

BOLETIM GEOGRÁFICO

INFORMAÇÕES
NOTÍCIAS
BIBLIOGRAFIA
LEGISLAÇÃO



CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA SECRETARIA-GERAL

(ÓRGÃO EXECUTIVO CENTRAL DE FINALIDADE ADMINISTRATIVA E CULTURAL)

Secretário-Geral

SPERIDIÃO FAISSOL

Secretário-Assistente

JOSÉ ALMEIDA

Consultor Jurídico

ALBERTO RAJA GABAGLIA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor — JOSÉ ALMEIDA

DIVISÃO DE CARTOGRAFIA

Diretor — ALIRIO H. DE MATOS

DIVISÃO DE GEOGRAFIA

Diretor — ANTONIO TEIXEIRA GUERRA

DIVISÃO CULTURAL

Diretor — AGENOR BARBOSA DE ALMEIDA

BOLETIM GEOGRÁFICO

Responsável

SPERIDIÃO FAISSOL

Diretor

AGENOR BARBOSA DE ALMEIDA

Secretário

MARIO BELFORT GALVÃO

Encarregado da Redação

ARNALDO VIEIRA LIMA

*

O "BOLETIM" não insere matéria remunerada, nem aceita qualquer espécie de publicidade comercial, não se responsabilizando também pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

ASSINATURA

ANO Cr\$ 120,00

REDAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Avenida Beira-Mar, 436, telefones 42-5704 — 52-1148

Edifício Iguaçu

Rio de Janeiro

DISTRITO FEDERAL

(Enderêço telegráfico) — SECONGEO.

*

Pede-se permuta

Pidese canje

We ask for exchange

On demande l'échange

Oni petas intersançon

Man bittet um Austausch

Si richiede lo scambio

BOLETIM GEOGRÁFICO

ANO XVII

MAIO-JUNHO DE 1959

N.º 150

Sumário

EDITORIAL: Operação Carta do Brasil ao Milionésimo — CLÓVIS DE MAGALHÃES (p. 187).

TRANSCRIÇÕES: Estudos sobre os Elementos do Organismo Urbano — PIERRE BONNOURE (p. 189) — Geografia no Século Dezenove (p. 198).

CONTRIBUIÇÃO À CIÊNCIA GEOGRÁFICA: Pioneiros no Vale do São Francisco — JOSÉ ALMEIDA (p. 227) — Um Balanço Rápido no Brasil — PIMENTEL GOMES (p. 229) — Escolha do Sítio para Brasília — ENG.º FLÁVIO VIEIRA (p. 231) — Antártica o Assunto do Momento — PROF.ª THEREZINHA DE CASTRO (p. 238).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Atualidades Geográficas (p. 246) — Cadastro de Professores de Geografia (p. 259).

BIBLIOGRAFIA E REVISTA DE REVISTAS: Registros e Comentários Bibliográficos — Livros (p. 258) — Periódicos (p. 259).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Presidência da República — Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (p. 261) — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia (p. 262) — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (p. 262) — Associação dos Geógrafos Brasileiros (p. 263) — Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro (p. 263) — Sociedade Brasileira de Geografia (p. 263) — CERTAMES — Quinta Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia (p. 264) — Primeiro Congresso de Paleontologia Brasileiro — VII Congresso Brasileiro de Ciência do Solo (p. 264) — Congresso Internacional de Geografia (p. 265) — Quinto Congresso Nacional dos Municípios (p.) — UNIDADES FEDERADAS — Ceará (p. 265) — Distrito Federal (p. 265) — Minas Gerais (p. 265) — Pernambuco (p. 266) — São Paulo (p. 266) — Rio Grande do Norte (p. 267) — EXTERIOR — Estados Unidos (p. 268).

RELATÓRIO DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS: Relatório dos Representantes Estaduais Apresentados à XVIII Sessão Ordinária da Assembléia-Geral do CNG — Rio de Janeiro (p. 269).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — íntegra da legislação de interesse geográfico — Atos do Poder Executivo (p. 276).

Operação Carta do Brasil ao Milionésimo

O Brasil é um país de imensa extensão territorial. Podemos afirmar que ainda não conquistamos a metade do nosso território. Este fato implica, conseqüentemente, quando se propõe a execução de uma obra de âmbito nacional, em tremendas dificuldades, algumas das quais praticamente intransponíveis

Somemos a isto a nossa condição de nação jovem, que, na ânsia de crescimento, procura resolver os seus problemas e, às vezes, de maneira tumultuada. Quando então o problema é fundamentalmente de ordem técnica — e a técnica não admite tumultos — o equacionamento e a solução de um problema nacional encontra barreiras, que aos menos audaciosos, não seria possível vencê-las. Por outro lado, o fator tempo, que requer uma obra técnica de grande envergadura, conspira contra o desenvolvimento vertiginoso, próprio das nações jovens. Acresce ainda que o desconhecimento do público em assunto técnico-especializado, proporciona um ambiente de crítica desfavorável a um esforço que, analisadas as condições em que fôra empreendido, é deveras gigantesco. São infinitamente pequenas as falhas em relação aos benefícios prestados

Desfrutando as vantagens da época, no que tange à evolução e ao progresso da ciência cartográfica, o Brasil é ainda, em Cartografia, bastante jovem, um moço, todavia, como os demais, que quer dar demonstração da sua capacidade e pujança, através de um empreendimento que, em tão boa hora, se denominou "Operação Carta do Brasil ao Milionésimo".

Ao Conselho Nacional de Geografia coube, por disposição legal, a tarefa de organizar a Carta do Brasil ao Milionésimo. O Conselho é um órgão público que, contando com pouco mais de duas dezenas de anos de existência, vem numa atividade incessante e árdua, coletando todo o material cartográfico existente no país, para reuni-lo num só trabalho, como se fôra a soma de todos os trabalhos cartográficos executados por tôdas as entidades públicas e particulares em tôda a nação.

A Cartografia é, realmente, uma ciência e uma arte admirável, porquanto, uma obra em cuja essência domina a colaboração coletiva, tem o grande mérito, pelo fato mesmo, de mostrar num só trabalho, no caso a Carta do Brasil ao Milionésimo, o produto do esforço conjugado de todos.

O Conselho Nacional de Geografia, tendo em vista uma nova estruturação na sua Divisão de Cartografia, vai envidar, êste ano, todos os seus esforços, no sentido de produzir, através da "Operação Carta do Brasil ao Milionésimo", o seu trabalho cartográfico máximo, cujo plano, batizado de

acôrdio com a moda da época, o define e o familiariza com as pessoas, dando-lhes uma permanente lembrança do problema em seu conjunto.

Consiste a "Operação Carta do Brasil ao Milionésimo", essencialmente, na coordenação de suas várias fases, estabelecendo-se uma sistemática para o andamento dos trabalhos, proporcionando o seu entrosamento perfeito e um rendimento máximo, a curto prazo, dentro de uma orientação técnica homogênea e funcional. Os funcionários selecionados em tôdas as secções, com alguns auxiliares, se constituirão em núcleos responsáveis por determinadas tarefas em suas diferentes fases. Atuarão inicialmente, em algumas secções ou setores, sob a supervisão dos respectivos chefes, deslocando-se em seguida para outras secções ou setores, a fim de executarem novas tarefas, dando cobertura às suas fases, e assim sucessivamente, até a fase final da organização da Carta.

A sistemática preestabelecida, de acôrdio com os múltiplos e complexos aspectos do problema, está dentro de uma previsão em que tôdas as fases do trabalho serão gradativamente terminadas, sem correr o risco de fracionar o seu andamento. Dentro dêste panorama, com rumo tècnicamente bem orientado e definido, então se poderá imprimir ao trabalho, um ritmo acelerado.

Assim é que o volume do trabalho, constituindo a quase totalidade das atividades cartográficas brasileiras, será apresentado, êste ano, através de uma soma de quarenta e seis parcelas representadas pelas quarenta e seis fôlhas da Carta do Brasil ao Milionésimo. Êste volume de trabalho é o produto do esforço contínuo, no setor cartográfico, do Conselho, em pouco mais de vinte anos de sua existência e da atividade em geral de todos aquêles que militam no exercício da Cartografia brasileira. Não é possível relacionar aqui, nem mesmo os elementos cartográficos essenciais, empregados na execução da Carta do Brasil ao Milionésimo, porque exigiria, por certo, que de algumas toneladas de papel extraíssemos uma relação do que seria julgado essencial.

O Conselho Nacional de Geografia ao entregar, dentro de pouco tempo, ao público, a Carta do Brasil ao Milionésimo, terá executado uma tarefa formidável, cumprido uma disposição legal, através de um plano ou meta, consubstanciado na "Operação Carta do Brasil ao Milionésimo". Será uma obra em cuja essência, estarão o labor e a experiência do passado, afirmando-se no presente, projetando-se no futuro, daí despontando perspectivas que nortearão a posteridade. Estará aberto o caminho para a continuação de um trabalho, que, constante e diariamente, estará a exigir a sua renovação, pois a humanidade não pára em suas atividades, e a Cartografia estará sempre espelhando estas atividades crescentes.

CLÓVIS DE MAGALHÃES
Superintendente da Divisão de Cartografia
de Gabinete



Estudos sôbre os Elementos do Organismo Urbano

I — A "banlieue"

PIERRE BONNOURE

Revue de Géographie jointe au Bulletin de la Société de Géographie de Lyon et de la région Lyonnaise — Vol. XXV, 1950, n.º 3, pp. 229-240.

Os estudos de geografia urbana, desprezados, ao menos pelos geógrafos, durante bastante tempo, quanto a seu interêsse próprio, assumem maior amplitude desde há alguns anos. Não queremos dizer com isto que o desenvolvimento histórico e os caracteres atuais das cidades não tenham sido objeto de trabalhos numerosos e às vêzes importantes. Mas o ponto de vista geográfico não era sistematicamente realçado. Parece chegado o momento em que correntes dispersas deverão convergir em um sentido unificado, único, da geografia humana propriamente dita, sentido que promete ser um dos mais bem alimentados. O estudo cuja apresentação hoje iniciamos, só tem por objetivo contribuir para solucionar o problema do vocabulário nos trabalhos de geografia urbana.

INTRODUÇÃO

O problema do vocabulário empregado nos trabalhos de geografia urbana está a pedir uma solução. É preciso que os autores procurem empregar os termos em um sentido preciso e, todos êles, com a mesma acepção. Cada termo deve poder evocar uma noção exata, isto é, tornar-se um instrumento científico em vez de permanecer como uma palavra do vocabulário comum. Cada termo deve assumir, pois, sentido especial. Foi o que se fêz em geografia física: foi preciso estabelecer um acôrdo sôbre uma definição exata e invariável das palavras ou das expressões tais como istmo, depressão ciclônica, plataforma continental, talvegue, nível de base, *cuesta*, *monadnock*, *cluse*, *padzol*, etc. Trata-se de termos retirados de uma língua e aplicados a certo fenômeno ou certa noção e depois generalizados, empregados sem alteração em certos idiomas ou traduzidos em outros por palavras ou expressões, estabelecidas uma vez por tôdas. Por vêzes, sobretudo se o fenômeno não é compreensível no consenso geral foi preciso recorrer a metáforas (dorsal barométrica, *charriage*, *horst*) que assumem sentido convencional, mas, ao mesmo tempo, se aplicam a um fato científico real, recebem uma acepção científica determinada e tornam-se indispensáveis na linguagem da ciência geográfica.

É a isto que os geógrafos devem se aplicar de ora em diante, a fim de fornecer à geografia urbana um vocabulário científico em que o mesmo termo, em cada língua, designe sempre o mesmo fato, o mesmo fenômeno, a mesma

noção científica, onde os termos se correspondam, de modo constante, de uma língua a outra.

Os autores sentem a fraqueza representada pela falta de precisão no emprêgo da terminologia. "Noções como as de *cit  * e *banlieue* sobretudo, são difíceis de precisar e deram lugar a discussões por vêzes extensas", disse Abel Chatelain¹ que, mais adiante, procura fazê-lo, recorrendo a uma compara  o segundo o processo comum a qualquer ciência que se inicia: "A cidade pode ser comparada a um fruto com seu núcleo, sua polpa e seu envoltório".

Mas meu colega e amigo Abel Chatelain    ainda muito otimista quando afirma que "os geógrafos encontraram termos para designar a primeira parte... e a terceira" (*banlieue*).² Na verdade, os geógrafos não estão todos de acôrdo quanto    defini  o de *banlieue*. Para nos limitarmos a conceitos de autores recentes vemos que Ren   Clozier, Pierre George e o próprio Abel Chatelain não dão uma única e mesma acep  o    palavra *banlieue*. Antes de tudo, Ren   Clozier baseia a no  o de *banlieue*³ no deslocamento alternante dos habitantes e, por tanto, nos transportes. Abel Chatelain prefere dar    no  o de *banlieue* um cont  do demográfico: "Fazem parte da zona suburbana ou *banlieue*, tôdas as comunas cujas densidades deixam de ser decrescentes".⁴ Para Pierre George a no  o de *banlieue*    mais complexa: Para o cidadino, diz   le, a no  o de *banlieue*   , ao mesmo tempo que uma no  o formal, calcada sôbre as contingências derivadas da concep  o administrativa, uma no  o de distância e, secundariamente, uma no  o de condi  es de habitabilidade e de natureza do povoamento.⁵

Desta simples frase se salientam duas impressões interessantes sôbre as quais Pierre George não se demorou (pois não era propósito) mas que nós gostaríamos de examinar: a complexidade da no  o de *banlieue* e também sua relatividade.

Primeiro a complexidade, pois o autor desta defini  o, que   le limita ao sentido *atual* do t  rmo em tela, estima inevitável e indispensável nela incluir ao menos três no  es diferentes a saber: no  o formal, de origem administrativa; no  o de distância; no  o de condi  es de *habitat* e de povoamento. A última, expressa em têrmos vagos, baseia-se, em todo caso, em um elemento muito diferente dos precedentes.    portanto, uma no  o complexa, pois, quando analisada, cont  m três conceitos distintos, todos os três indispensáveis para que a no  o de *banlieue* seja compreendida globalmente.

A complexidade aparece, pois, como indispensável para se obter a exatidão. Mas, não    só isso. Essa defini  o não nos    apresentada como passivel de um emprêgo científico, pois Pierre George não nos diz que ela resulte de suas próprias reflexões: e, diz   le, a no  o do cidadino, isto   , do homem da rua. Trata-se do emprêgo corrente da palavra *banlieue* e não de sua acep  o científica.

Esse exame de uma defini  o de um t  rmo geográfico em seu sentido corrente, ousaríamos dizer popular, ilustra a dificuldade do problema. O geógrafo — e Pierre George bem o sentiu — não pode violentar o vocabulário. Só tem    sua disposi  o os têrmos de uso corrente, poucos numerosos, portadores de um significado a um tempo impreciso e complexo. Trata-se de escolhê-los e adapt  -los a uma no  o científica para fazê-los escapar ao que tem de relativo o vocabulário do homem comum. O geógrafo pode tentar canalizar o emprêgo de um t  rmo corrente, mas não pode se permitir alterá-lo.   le se tornaria incompreensivel.

Quando se trata de fatos atinentes    geografia física, uma capta  o do sentido do t  rmo    possivel: uma *combe*    para todos os geógrafos o resultado de um fenômeno morfológico preciso. Para o homem da Sav  ia ou do Franche-Comt   uma *combe*    um vale qualquer. O geógrafo pôde, nesse, caso, arriscar-

¹ Abel Chatelain, Les notions géographiques de zones urbaines: de la "cit  " a la "banlieu", *Etudes Rhodaniennes*, XXI, 1946, pp. 111-118.

² Clozier escreve mais justamente: "com seus elementos desconjuntados e disparatados (a *banlieue*) aparece como de difícil defini  o". ("Essai sur la banlieue". *La Pens  e*, Paris, 11   me série, n.   4, julho-setembro 1945).

³ Ren   Clozier, *La gare du Nord*. Paris J. B. Baillere et fils, 1940, p. 262.

⁴ Abel Chatelain, artigo citado, p. 118.

⁵ Pierre George, *Etudes sur la banlieue de Paris* (*Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques*, n.   12, Paris, A. Colin, 1950).

-se a escolher um termo local, da linguagem popular e utilizá-lo para designar um lado científico preciso e restrito. Essas liberdades não seriam permitidas com termos como esse de *banlieue*. A linguagem corrente conserva um conjunto de direitos inalienáveis, irredutíveis. Se o geógrafo não os levar em consideração, a língua se vingará cedo ou tarde.

Tememos que Abel Chatelain em sua determinação da *banlieue* em bases demo-geográficas não tenha cuidado de que se afastava demais do emprêgo corrente do termo.⁶ Que valor pode ter a inclusão de Villefranche-sur-Saône ou de Vienne na *banlieue* de Lyon se o morador de Villefranche ou de Vienne não tem a consciência de fazer parte dessa *banlieue*? Expliquemo-nos: Em Lyon um habitante de Villeurbanne, de Caluire, de Saint-Genis-Laval dirá que mora em Villeurbanne, em Caluire ou em Saint-Genis-Laval, mas o mesmo, em viagem a Paris, dirá que é de Lyon ou, se por acaso precisar, "moro na *banlieue* de Lyon". Isto porque, fora da sua região o homem da rua simplifica e diz que é de Lyon ou da sua *banlieue*; e isso porque tem consciência de que Villeurbanne, Caluire, Saint-Genis-Laval fazem parte dessa *banlieue*. Mas um habitante de Villefranche-sur-Saône ou de Vienne, em lugar nenhum da França dirá que mora em Lyon ou na sua *banlieue*. Por que? Porque são cidades suficientemente importantes para serem conhecidas nominalmente, de modo independente. Em relação a Lyon, são cidades autônomas seja qual fôr a fôrça das relações humanas ou econômicas. Aqui o sentimento se impõe como lei e os elementos livrescos têm que se inclinar.

Que se tome por exemplo um habitante de Roubaix. Ele coraria de se dizer de Lille. Não que ele despreze os moradores de Lille, mas Roubaix tem sua autonomia, não depende daquela cidade. Pouco importa se a ciência geográfica tentar provar o contrário, Roubaix não será uma *banlieue* de Lille.

Do mesmo modo, um morador de Compiègne ou Rambouillet não é um parisiense, ele é de Compiègne ou de Rambouillet. Por outro lado, um habitante de Neuilly ou de Villeneuve-Saint-Georges dirá que é parisiense. Ele faz a aproximação, a que se recusaram os moradores de Vienne, de Compiègne ou de Roubaix. Um habitante de Versailles ou mesmo de Saint-Denis diria também que é parisiense, apesar da proximidade de Paris? Não é certo. A distância não é o único fator em jogo. A psicologia é mais complexa. Aqui, um obscuro sentimento de um passado histórico deve, sem dúvida, influir e modificar a linguagem.

Assim, os termos de que deverá se utilizar a geografia urbana são portadores, desde seu emprêgo corrente, de um sentido a um tempo vago e complexo. Não é possível fixar-lhes uma determinação geográfica sem antes proceder a um prolongado exame, sem ter levado em conta um grande número de elementos de toda sorte, cuja simples enumeração já constitui assunto delicado.

II — A noção de "banlieue". Origem e evolução

Littre definiu a *banlieue* nestes termos: "Território na vizinhança e sob a dependência de uma cidade". O dicionário Larousse, em 1867, dá uma definição análoga: "Território que cerca uma grande cidade e que dela depende". O *Larousse du Xème Siècle* precisa "Território cercando uma grande cidade à qual relações diárias ligam estreitamente seus habitantes".

Note-se que, entre a definição de Littre, de espírito mais clássico, e a de Larousse, contemporânea, mas de espírito mais moderno, uma palavra importante foi introduzida. Littre fala de uma cidade, em geral. Larousse parece não admitir a existência de *banlieue* senão nas grandes cidades. Comprovaremos, mais adiante, que não se trata apenas de um pormenor.

O termo *banlieue* é muito antigo, vindo desde a Alta Idade Média. Designava, como disse excelentemente Pierre George, "uma periferia jurídica".⁷ É uma noção abstrata. Ora, nos nossos dias e desde há bem um século, a palavra se aplica a um "fato geográfico",⁸ a uma noção concreta. A mudança é recente.

⁶ Abel Chatelain, artigo citado, pp. 112 e 114.

⁷ Pierre George, artigo citado, p. 13.

⁸ Idem.

Entre o sentido medieval e o sentido moderno, a descontinuidade não é duvidosa. A palavra se emprega nos costumes medievais e depois passa para a linguagem administrativa, caindo então em desuso, ao mesmo tempo que a própria noção jurídica que ela evocava. Loyseau, no fim do século XVI, nos diz que a *banlieue* se estende em um raio aproximado de dois mil passos, que fazem menos do que uma légua. Não se encontra nunca esse termo nos escritos do período clássico. P. L. Courier, que tem índole liberal mas linguagem conservadora, escreve ainda: "o camponês mora na cidade e lavra a *banlieue*". É bem o significado medieval, mas despedido de sua capa jurídica.

Foi, provavelmente, através do caminho administrativo que a palavra passou da língua de outrora à língua atual. Para têmos a certeza, seria preciso realizar uma longa pesquisa através dos textos administrativos da primeira metade do século XIX. Esse estudo, aliás fastidioso, ainda não foi feito, ao que se saiba. É verossímil, contudo, imaginar que os funcionários daquela época, em presença de problemas de administração e urbanismo tão variados, criados pelo nascimento da *banlieue* — no sentido geográfico da palavra — tenham exumado esse termo administrativo em desuso, e, livrando-o de seu sentido arcaico o tenham canalizado para uma acepção a um tempo próxima e diferente. Fizeram-no, conservando à palavra seu fundamento territorial que designa a zona periférica da aglomeração.

Pode-se, pois, adiantar que foi graças a sua origem jurídica que o termo *banlieue* se conservou em nossa língua. A administração lhe encontrou outro emprêgo. E como essa significação jurídica era inseparável de uma extensão territorial e que o espaço é um dado irredutível, em geografia mais ainda que em metafísica, foi a necessidade de denominar a nova função desse espaço que levou o termo em questão para sua acepção atual. Por esse motivo, Pierre George, ao analisar, como vimos acima, a palavra *banlieue* em seu sentido popular, descobriu-lhe inicialmente uma "noção formal" de origem administrativa. Essa noção é a mais antiga. É, sem dúvida, a mais fraca, mas não está inteiramente ausente no conceito atual.

É a ela que a Administração dos Correios apela quando pede aos parisienses para não colocarem na caixa da correspondência dirigida a Paris uma carta expedida para Vincennes ou Montrouge. O parisiense, diante dos dizeres "Paris" e "Departamentos", escolhia a caixa de Paris, porque, a seus olhos os Departamentos, isto é, a Província, começam longe dos limites oficiais de Paris e que Vincennes não depende dos Departamentos. Inconscientemente, agia como um geógrafo. Mas a Administração dos Correios não quer conhecer senão Departamentos e Comunas. Então, à menção "Departamento", fêz acrescentar *banlieue*, na mesma caixa. Ela convida, pois, o expedidor a se conduzir como funcionário: efetivamente, a menção *banlieue* desperta no íntimo deste a "noção formal" de que falava Pierre George. Vincennes, administrativamente, não é Paris, é a *banlieue*. Dócil, o expedidor afasta-se da caixa "Paris" e coloca sua mensagem onde está indicado "*Banlieue e Departamentos*".

A *banlieue* é e continua a ser uma extensão delimitada arbitrariamente por um limite legal, um fragmento da superfície. Na Idade Média, é um fragmento do "*plat prays*", uma zona desprovida de muralhas e fora da proteção das muralhas. É um fragmento da superfície rural.

Por não ser encimado por muros e tôres não se conclui daí que esse território rural seja vazio. Pierre George nos diz que, "no interior (da *banlieue*), os *faubourgs* se localizavam ao longo dos grandes caminhos". Mas a *banlieue*, outrora, como até uma época bem próxima de nós, não era somente interrompida por *faubourgs*, era também pontilhada de aldeias. Essas eram raras ou freqüentes, segundo a fertilidade dos campos e as necessidades em alimentos da cidade próxima. Sua densidade era forte em torno de Rouen ou das cidades flamengas, médias à volta de Paris, fraca nas proximidades de Toulouse, que só foi atingi-las nos dias de hoje. A *banlieue* atual, ao se constituir, deverá ter em conta a existência dessas aldeias.

III — A noção de "banlieue". Suas características

De seu sentido original, a *banlieue* atual conserva suas características essenciais:

1.º) A persistência de antigas aldeias que embora englobadas, nem sempre se fundiram ou foram absorvidas, isto é, ainda não foram digeridas.

2.º) Muito mais importante é a segunda característica: a permanência de espaço, de ar, de uma maneira qualquer. Só há *banlieue* onde persistem áreas não edificadas e nós entendemos por isso não somente as ruas, praças, *squares* (N.T. 1) mas a existência de vazios entre as casas, quer se trate de verdadeiros campos, de hortas, cercadas ou não, de resíduos de mata ou de vegetação de parque, de bosques esparsos, de jardins, abertos ou murados, em torno de residências imponentes ou de casinhas, ou então, mesmo, das áreas destinadas ao tratamento dos esgotos, das margens desnudas ao longo dos cursos d'água, dos morros deixados em abandono ou de encostas procuradas para despejo.

O romance, a canção e a imagem têm difundido a descrição dessa *banlieue* moderna, da *banlieue* geográfica. Os jovens personagens do desenhista Poubot, saídos das calçadas das ruas de Montmartre, daí alcançaram os taludes das velhas fortificações arrasadas a partir de 1920, a seguir a *zone* (N.T. 2) e, finalmente, os terrenos recobertos de escórias da *banlieue* industrial onde continuaram a fazer suas guerras infantis.⁹

O temperamento geográfico e concreto do termo *banlieue* acabou por triunfar completamente do sentido jurídico e abstrato herdado da Idade Média, sem, no entanto, ter chegado a apagá-lo inteiramente, até nossos dias. É o que nos testemunha a linguagem corrente, a princípio pela individualização, a personalização do termo: diz-se "moro na *banlieue*", mas também "moro em uma *banlieue*" (isto é, um certo bairro da aglomeração parisiense que possui os caracteres da *banlieue*). Dir-se-á também que Creteil é uma *banlieue* de Paris, Decines uma *banlieue* de Lyon, etc. A palavra assume um aspecto topográfico em que a supremacia do concreto se impõe.

Ela se firma melhor ainda pela formação da palavra *banlieusard* que designa uma categoria determinada de habitantes. A origem desta designação é inteiramente popular e não é impossível que, originariamente, tenha contido um certo sentido pejorativo. Mas esse, de qualquer maneira, já desapareceu completamente, hoje em dia. O *banlieusard* é um verdadeiro tipo humano. Possui traços característicos que seriam suficientes para identificar um gênero de vida próprio. Não é um cidadão e muito menos um aldeão. Adaptou-se a um certo gênero de vida oriundo de um fenômeno preciso, que não poderia ser confundido com nenhum outro.

O operário-horticultor, diz Pierre George,¹⁰ e, mais freqüentemente, o empregado-horticultor, como a dona de casa que cria galinhas, tornaram-se os novos tipos de residentes urbanos e o cidadão os considera como *banlieusards* por excelência.

O *banlieusard* é um ser humano que trabalha ou tem outra ocupação não rural na cidade, mas reside em uma área que não oferece mais caracteres estritamente urbanos. É um ser híbrido e, a seus próprios olhos, como aos olhos dos cidadãos, ou dos aldeões vizinhos, ele está instalado em uma paisagem que o define, tanto quanto o ritmo alternante de sua vida diária.

"O *banlieusard*, itinerante típico¹¹ diz ainda Pierre George é o empregado que chega a Paris entre 7 e 9 horas pelo "trens-ônibus" vindos de Villeneuve-Saint-Georges, de Juvisy, de Versailles... ou pelo metrô da linha de Saint-Remy e os ônibus suburbanos". É este, sem dúvida, o tipo mais difundido de *banlieusard*, mas ainda há outros, pois os gêneros de vida da gente da *banlieue* têm-se tornado complexos, à medida que ela se torna mais extensa.

A *banlieue* constitui hoje uma paisagem. É uma paisagem urbana, como existem paisagens rurais. Porque o habitante da cidade não deveria ter a per-

⁹ É oportuno citarmos o admirável *La Banlieue de Paris*, texto de Blaise Cendrars e 130 fotografias de Robert Doisneau, Paris, Pierre Seghers, 1949, pequeno in-4.º (NDLR).

¹⁰ Pierre George, artigo citado, p. 23.

¹¹ Pierre George, artigo citado, p. 21.

cepção das diferenças entre as várias paisagens urbanas que êle tem sob os olhos, do mesmo modo como o camponês tem conhecimento das diferenças entre as paisagens rurais? E o que faz o camponês través das idades, o cidadão o faz atualmente: a cada paisagem urbana característica, êle procura aplicar um termo, dar uma designação. Foi o homem da rua que desviou a palavra *banlieue* do seu sentido administrativo para lhe dar sua aceção actual. O geógrafo, seguindo-o, deve estar autorizado a fazer o mesmo, sobretudo se ella caminha no mesmo sentido.

Que o espaço se torne mais limitado, que a superfície não construída se reduza e os terrenos vagos e jardins se adelgassem, que as residências percam progressivamente seu isolamento, se tornem próximas, se toquem, se alteiem, e se alinhem ao longo das ruas, que os vazios sejam preenchidos e, então, o sentimento de *banlieue* e, com êle a noção de *banlieusard* se apagam. Neully e Vincennes, do ponto de vista administrativo, fazem parte da *banlieue* de Paris. Mas no modo de sentir do povo, há hesitação. Essas comunas, inteiramente construídas, são por demais semelhantes aos bairros vizinhos ou contíguos, que, oficialmente, são os bairros da capital. Entre Asnières e as Batignolles uma, comuna independente, outra um bairro do XVII *arrondissement*, qual é a diferença? Mesmos aspectos, mesmos gêneros de vida, mesmos elementos sociais. A linguagem popular vem de encontro a uma convenção, os fatos contrariando os quadros artificiais administrativos. O morador de Asnières ou de Vincennes não é mais um *banlieusard*. É um cidadão, no mesmo grau que um morador do Faubourg, Saint-Antoine ou da Place Clichy.

O geógrafo não se prenderá, pois, aos limites administrativos para delimitar, determinar e definir a *banlieue*. Êle iria contra o senso comum, contra o real. Estaria dando preferência aos traçados ou às estatísticas dos funcionários e não ao conhecimento adquirido com a experiência visual. Êle não hesitará em fazer penetrar a *banlieue* no interior da área considerada urbana, a despeito dos regulamentos administrativos. Assim, em Lyon toda a faixa situada a oeste dos bairros de Saint-Irenée e Saint-Just será para o geógrafo uma parte de Lyon ocupada pela *banlieue*, mesmo se tratando, administrativamente, de um simples *arrondissement* de Lyon.

Aqui a *banlieue* penetra no interior do perímetro administrativo da cidade de Lyon. A paisagem é a de uma *banlieue*, característica das *banlieues* de residências de Lyon, semelhante às que se encontram em Tassin, Ecully, Limonest, Collonges, etc... a diversos quilômetros da cidade, em comunas independentes.

Uma mesma comuna pode, pois, ser, como uma roupa de arlequim, em parte cidade e em parte *banlieue*. Assim, para continuarmos com o exemplo de Lyon, a comuna de Saint-Rambert-l'Île-Barbe compreende, do sul para o norte, e, em uma distância relativamente curta, três partes:

1) ao sul, a zona industrial que prolonga fora do perímetro da cidade, o bairro dito da indústria;

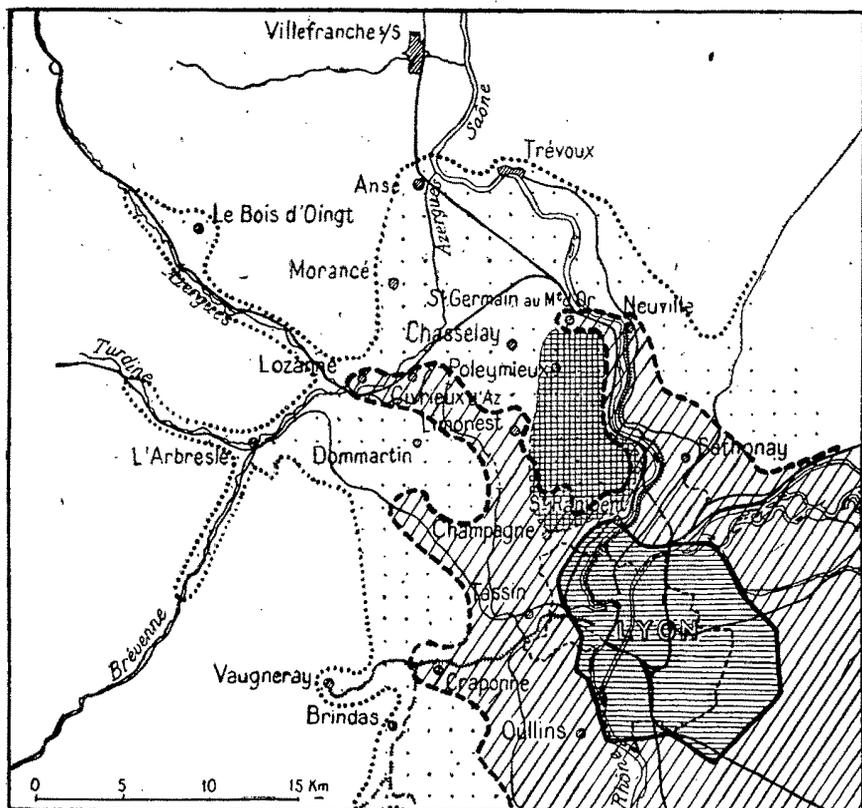
2) o núcleo da velha aldeia, compreendendo apenas a antiga rua principal e algumas vias transversais;

3) uma área de residências que pertence à *banlieue*. Assim, podemos identificar três zonas: ao sul, uma zona urbana; ao norte, uma zona de *banlieue* e, entre as duas, uma estreita zona de contacto que, na realidade, já sugere a *banlieue* (um outro tipo de paisagem de *banlieue*).

IV — As duas "banlieues"

A análise da noção de *banlieue*, quando considerada apenas do ponto de vista da linguagem corrente, ainda não se pode considerar encerrada. Foi o cidadão que definiu a *banlieue* e êle só sai da cidade ocasionalmente. Foi também êle que fez a distinção entre cidadão e *banlieusard*. Mas êle estende a idéia de *banlieue* o mais longe possível, no espaço, colocando-se no terreno absolutamente concreto, de sua própria vida material. Êle faz da sua cidade o centro de sua vida e da *banlieue* uma zona periférica, compreendida na dependência da cidade. Adiante da zona residencial, edificada pelos *banlieusards*, existe ainda uma zona, mais excêntrica, que ambos, cidadãos e *banlieusards*, frequentam. São como que áreas reservadas, onde todos encontram novamente a natureza, o verdadeiro camponês, os verdadeiros campos, a verdadeira zona

rural. A *banlieue* não tem esse caráter e, mesmo, ela é familiar ao cidadão pois ainda possui muita coisa da cidade: muitas casas, mesmo separadas, muita gente, mesmo se não atopeta as calçadas. Muitos pormenores — as calçadas, por exemplo — lembram que a natureza está ainda muito longe.



- | | | |
|--|--|------------------------------|
| Voies ferrées | Limite administrative de LYON | Massif du Mont d'Or lyonnais |
| Tramways sur route (lignes de pénétration) | Principales villes ou bourgades | Proche banlieue |
| Agglomération lyonnaise | Zone extérieure à la banlieue lyonnaise mais soumise à l'attraction économique et culturelle de Lyon | |
| Grande banlieue | | |

O cidadão vai mais longe. Sempre êle procurou ver mais longe. Boileau e seus amigos bebiam o vinho branco de Auteuil, Maupassant o de Argenteuil. Subia-se nos moinhos de Montmartre, mais tarde nos de Sannois. O burguês de Lyon do Grande Século ia cuidar de sua vinha na Croix-Rousse. Hoje as vinhas migraram para Poleymieux ou Morancé, às vêzes mais longe ainda. Mas êle é mais feliz que o parisiense que foi obrigado a renunciar ao vinho da região. O parisiense está sempre no encalço da floresta e esta, só bem longe pode ser encontrada. A *banlieue* envolve e assalta as florestas de Saint-Germain, de l'Isle-Adan, de Senart. O vale de Chevreuse, antes do metrô era de acesso relativamente difícil e bastante longo para exigir um certo esforço: era a excursão preferida para os domingos.

Com efeito, é essa a *banlieue* do domingo. Se se vai até ela aos domingos, para uma casa própria ou de um amigo, mais freqüentemente, para um

albergue ou hotel e, quando se prefere, acampa-se sob as estrêlas. Aqui, nesta área, o *banlieusard* clássico estudado acima, se não é desconhecido, não é mais o elemento dominante.

Essa *banlieue* já foi designada como "grande *banlieue*". Ela é muito diferente da *banlieue* próxima ou *banlieue* propriamente dita e seus limites exteriores são imprecisos. As duas expressões entraram na linguagem popular; pois indicam muito bem duas coisas bastante diferentes. Provêm ambas, sem dúvida, da linguagem administrativa. A expressão "grande *banlieue*" parece calcada sobre a de "grande cinturão", que é de origem ferroviária (N.T. 3). A segunda, "*banlieue* próxima" é de uma pureza duvidosa. Tôdas as duas são cômodas, no entanto, tendo entrado no vocabulário habitual e não há razão para serem deixadas de lado.

De Paris, onde nasceram e cresceram, as expressões "*banlieue* próxima" e "grande *banlieue*" passaram a ser aplicadas às grandes cidades da provincia. Esforçamo-nos em traçar na figura anexa (fig. 1) os limites da *banlieue* próxima e da grande *banlieue* no noroeste de Lyon. Esperamos que os importantes trabalhos em elaboração sobre a *banlieue* de Lyon confirmem a delimitação proposta, não, está claro, nos pormenores, mas em suas linhas gerais. Não se poderia tratar aqui senão de um rápido ensaio, uma aproximação.¹²

Note-se que as duas zonas "*banlieue* próxima" (n.º 2) e "grande *banlieue*" (n.º 3) acusam, fortemente, a influência das estradas de ferro, estendendo-se mais ao longo das linhas e retraindo-se nos intervalos. Esse fenômeno, certamente mais sensível em Lyon do que em Paris, deve-se à pequena importância dos transportes suburbanos. As ligações de certas aldeias relativamente próximas de Lyon, como Dommartin, deixam a desejar. Mas se surgir uma linha de bondes, com uma frequência satisfatória, como no caso de Neuville-sur-Saône ou de Vaugneray, logo as duas faixas de *banlieue* se estenderão, a primeira fazendo recuar a segunda.¹³

Pode-se notar, também, o papel repulsivo do Mont d'Or de Lyon que se comporta aqui como as grandes florestas na região de Paris. As estradas de ferro o contornam e os bondes procuram conquistá-lo, arranhando seus flancos, mas não o conseguem penetrar. Poleymieux continua a ser domínio de *banlieue* de domingo.

V — Conclusão

Ao termo desse estudo, não pretendemos sugerir nenhuma definição da noção geográfica de *banlieue*. Antes de mais nada, procuramos chamar a atenção sobre a complexidade do problema.

Clozier tem toda razão de nos indicar as migrações alternantes como o fenômeno essencial, o motor da *banlieue*. Mas ele não lhe é exclusivo. E mais, entre certos bairros de uma grande cidade e certas comunas da *banlieue* próxima, não há, a esse respeito, nenhuma oposição nem mesmo diferença sensível. Parece-nos que a noção de *banlieue* contém outras coisas além disso.¹⁴

¹² Clozier demarca a *banlieue* de Lyon por "Saint-Germain-au-Mont d'Or, Simonest, La Tour de Salvagny". (*Essai sur la Banlieue* p. 53, nota). Nosso traçado coincide exatamente nesses três lugares.

¹³ Ch. Armand Ferrin, Le Mont d'Or Lyonnais et ses abords, *Les Etudes Rhodaniennes*, III, 127, pp. 55-81.

¹⁴ Em sua tese *La Gare du Nord*, Clozier dá uma definição de certo modo exaustiva (n.º 262) da noção de *banlieue*, enumerando uma série de cinco condições, das quais uma só, quando preenchida, é suficiente para fazer de uma localidade suburbana uma localidade de *banlieue*. O autor obtém, assim, o limite externo da *banlieue* (na verdade, da *banlieue* próxima). No que concerne ao limite interno, prende-se ele aos limites da cidade de Paris, isto é, ao limite administrativo tradicional. A definição assim obtida oferece alguma coisa de híbrido e, também, de muito sistemático. O autor, em seu *Essai sur la Banlieue* (artigo citado, p. 49) começa por uma descrição, aliás notável, da *banlieue*, onde ele vê, antes de mais nada uma palagem. Julgamos que essa importante evolução de suas idéias sobre a noção de *banlieue* merecia ser assinalada. Ela cabe perfeitamente na nossa concepção.

N.T. 1 — Para os franceses *square* é um jardim cercado por grades, uma praça pública.

N.T. 2 — A *zone* compreende os bairros situados fora de Paris, na vizinhança das fortificações.

N.T. 3 — A *grande ceinture* era uma estrada de ferro que circulava em torno de Paris, assim denominada em oposição à *petite ceinture*.

Chatelain esforçou-se mais no sentido de delimitar a *banlieue* do que de defini-la. Mas, ao delimitar, êle chega, por via indireta, a uma definição. Parte Chatelain de um postulado: o crescimento demográfico de qualquer comuna próxima de uma cidade implicaria em sua integração na *banlieue* dessa cidade. É considerar a noção de *banlieue* sob êsse aspecto formal de que fala Pierre George, êsse aspecto administrativo puro que combatemos. A *banlieue* não poderia ser o resultado de estatísticas, de cálculos, de curvas, traduzidos em seguida sôbre o terreno que, por sua vez, nada podendo fazer nesse sentido, se recusa a expressá-los. A *banlieue* é uma realidade geográfica, alguma coisa que se olha e se vê, inicialmente, e só em seguida se mede e se calcula.

De modo mais geral, acreditamos ter suficientemente demonstrado que um esforço persistente no sentido de analisar a noção de *banlieue* nos leva a abandonar todos os limites administrativos que, para o geógrafo são um óbice e, ao mesmo tempo, uma ficção.

Pierre George não se prende por muito a essa "noção formal".

Nós tampouco o fazemos, e como êle, dirigimo-nos à linguagem corrente para perceber de mais de perto a noção de *banlieue* em todo o seu significado atual e real, já que a *banlieue* geográfica não concorda absolutamente com a *banlieue* administrativa. Ela não é um gráfico, é uma paisagem.

Convenhamos, no entanto, ela não é uma paisagem uniforme. Compreende diversas paisagens características e, de uma a outra, quantas transições, quantos matizes! O fato fundamental é que os edifícios contíguos que são a regra na cidade, na *banlieue* não serão mais que a exceção. A *banlieue* exige construções desafogadas. Esse ponto de partida aceito, todos os tipos podem ser admitidos: *banlieues* industriais, *banlieues* residenciais pobres, *banlieues*-operárias, *banlieues* de loteamentos, *banlieues* em antigas aldeias, *banlieues* de horticultores, se não *banlieue* leiteira. Deve-se esperar tôdas as misturas, em tôdas as proporções, ou, então, juxtaposições de tôda sorte, às vêzes explicáveis, mas em certos casos incoerentes.

Não é a distância do centro da cidade que faz a *banlieue*, menos ainda os elementos sociais que a compõem. Neuilly-sur-Seine, Saint-Mandé, Vincennes são zonas de população burguesa, mas não deixam por isso de serem *banlieues*. Charenton mal pode ser considerada uma *banlieue*. Mas, do outro lado do Marne, Charentonneau é uma *banlieue*, ainda que seus habitantes pertençam a uma classe social bastante modesta. São também *banlieues* as áreas de residências luxuosas do Vesinet ou de Maison-Laffite, sem uma única usina ou oficina. *Banlieues* também Villeneuve-Saint-Georges, Vaires-Sur-Marne, Achères, com as bifurcações ferroviárias, depósitos de locomotivas, oficinas de reparação e uma população de ferroviários.

Assim, a mais feliz diversidade pode combinar tôdas as paisagens, das mais variadas, na *banlieue* de uma grande cidade. O conjunto dessas paisagens encontra sua unidade na existência de espaços livres que opõem êsse conjunto à cidade prôpriamente dita, congestionada de imóveis e de edifícios. Os habitantes pertencem a tôdas as categorias sociais, do mais pobre ao mais rico e têm todos o sentimento de serem cidadãos de uma categoria diferente da dos moradores da cidade prôpriamente dita. Paisagens, sentimentos, eis o que criou a noção de *banlieue*.

Ulteriormente, propomo-nos a estudar os outros elementos do organismo urbano. Esperamos que a originalidade da noção de *banlieue* venha a se destacar de modo ainda mais nítido.



AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto, registrará ou comentará as contribuições sôbre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão de bibliografia referente à geografia brasileira.

A Geografia no Século Dezenove

Fonte: *Geography in the Twentieth Century* — Edited by Grissith Taylor — Cap. II.

1 GEORGE TATHAM

Geografia clássica

A geografia científica, conhecida em nossos dias, é o produto do século dezenove, ou precisamente, dos cento e cinquenta anos a partir de 1750. Foi durante esse período que os seus expositores (Kant, Humboldt, Ritter, Peschel, e Ratzel) definiram o âmbito e o conteúdo do assunto e elaboraram os métodos de arrecadação, organização e apresentação do material referente ao mesmo. No entanto, a ciência é muito mais antiga; as suas raízes se reportam a remota antiguidade. Os primeiros registros do interesse do homem sobre a natureza do mundo físico que o cercava contém observações e pesquisas de caráter geográfico. Nenhuma ciência pode reivindicar uma genealogia maior do que a geografia.

No mundo antigo, a geografia teve a sua expansão proveniente de três atividades estreitamente ligadas: a exploração, que provocou a compilação de fatos relativos à superfície da terra; a elaboração de cartas e mapas das áreas conhecidas; o estudo do material arrecadado. Toda a antiga civilização do Oriente Próximo estava interessada, em grau maior ou menor, nas duas primeiras, porém o estudo era quase um monopólio dos gregos e, por conseguinte, são eles considerados por nós como os primeiros geógrafos.

Todos os principais ramos da geografia foram estabelecidos pelos gregos. A geografia matemática, desenvolvida por Thales (580 A.C.), Anaximandro (611 A.C.) e Aristóteles (384-322 A.C.) atingiu o seu apogeu com Eratóstenes (Alexandria 276-194 A.C.). Provou-se a esfericidade da terra, as suas dimensões foram computadas, de acordo com medidas surpreendentemente certas. Calculou-se a latitude e a longitude de vários lugares e iniciou-se o trabalho de organizar mapas mundi sobre diagramas.

A geografia física progrediu menos rapidamente. Vários autores pesquisaram os fenômenos relativos à temperatura, às marés e ao vulcanismo. Desenvolveu-se uma exata explanação sobre as enchentes do Nilo, estudou-se a formação dos deltas, e Políbio (210-128 A. C.) chegou a demonstrar como as correntes, pouco a pouco, carcomiam os seus vales. Possidônio (135-50 A.C.), o mais importante conhecedor da geografia física, pesquisou as marés de Gades, mediu a profundidade do mar além da Sardenha, e procurou descobrir a origem dos cascalhos de Crau.

Teofrastes (nascido no ano 370 A.C.), discípulo de Aristóteles, escreveu uma história das plantas. Examinou a relação das plantas com o clima, com-

parou a vegetação dos prados da Macedônia com a das montanhas adjacentes e das ilhas de Creta. Foi o início da geografia das plantas. Os aspectos humanos da geografia, com exceção da geografia histórica, não foram estudados tão sistematicamente. Entretanto, registraram-se várias observações interessantes. Agartácides (170-100 A.C.) classificou as tribos da Etiópia de acordo com a sua dieta, e Possidônio fez acurada descrição dos povos montanhese da Galícia e das Astúrias.

Hedódoto inseriu considerável e valioso material geográfico em sua história pôsto que raramente considerasse o assunto do ponto de vista científico. Por outro lado, Políbio destacou-se pelo emprêgo científico dos fatos geográficos ao escrever assuntos históricos. Argumentava que "o que o homem desejava saber não é tanto a ocorrência de determinado fato, mas a maneira em que tal fato se deu" e, tendo constantemente tal objetivo em mira, sempre se esforçava, por exemplo, em relacionar a estratégia com a construção do país. Em seus trabalhos encontram-se várias excelentes descrições da situação das cidades. Finalmente, no trabalho de Hecataeus de Miletus (520 A.C.) que contém um levantamento geral do mundo habitado, em bases regionais, encontramos o início da geografia regional.

Esse princípio promissor terminou quase que súbitamente com o declínio do poderio político da Grécia. Aos romanos faltava o espírito científico, a sua maneira de encarar as coisas era mais prática do que filosófica. Interessavam-se primordialmente pelos problemas comerciais e administrativos e por planos de conquista militar. As campanhas militares e a extensão de rotas comerciais, particularmente na Ásia, produziram vários novos dados, porém muito pouco foi empreendido para organizá-los cientificamente. A maioria dos autores interessavam-se por itinerários ou por dicionários topográficos. Dois pesquisadores são, entretanto, importantes, e ambos, é interessante assinalar, escreveram em grego.

Strabo, (63 A.C. — D.C. 36) o primeiro deles, sintetizou a ciência geográfica do seu tempo em dezessete volumes. Reconheceu o valor intrínseco da geografia. Para ele, a geografia não era apenas um adjutório nas tarefas governamentais, tinha importância individual porque "nos familiariza com os habitantes da terra e do mar, com a vegetação, frutas e peculiaridades dos vários pontos da terra, tornando aqueles que a cultivam homens que levam a sério os grandes problemas da vida e da felicidade". Strabo era um geógrafo regional. Ptolomeu (Cláudio Ptolomeu de Alexandria, 150 D.C.) outra importante figura, interessava-se principalmente pela matemática geográfica. A sua grande obra, *Geographike Syntaxis* acompanhada de projeções, contém quadros com a latitude e longitude, assim como cálculos sobre as várias durações do dia de acordo com as várias distâncias do equador.

As tão conhecidas obras *Historia Naturalis* de Plínio e *De Chorographia*, de Pomponius Mela, tinham pouco valor científico se comparadas com as mencionadas acima. No entanto, como foram escritas em latim, tinham considerável importância nos primórdios da era medieval. Com a propagação da anarquia que acompanhou o colapso do poderio de Roma no Ocidente o conhecimento geográfico da era clássica gradativamente esvaiu-se do espírito do homem europeu. Em seu todo, o período medieval era de regressão. É verdade, que o comércio, que sempre representou um estímulo ao pensamento geográfico, continuou, mas, apegado às antigas rotas, e desprovido da proteção de um poder absoluto central, gradativamente decaiu. O missionário, que levou o Evangelho à Abissínia, China e às mais remotas partes do noroeste e do norte da Europa, substituiu o comerciante e o explorador e forçou as fronteiras da área conhecida, mas a geografia de tal fato pouco se beneficiou. A tendência de espírito predominante era indiferente à pesquisa da natureza.

Os peregrinos que visitavam os sagrados relicários ou que empreendiam a longa viagem à Terra Santa, viajavam "fervorosamente preparados para encontrar novas maravilhas" (Beazley), mas eram as maravilhas vistas com os olhos da fé o que eles relatavam ao regressar.

A geografia nos primórdios da era medieval

Em grande parte, a mesma atitude evidencia-se nas obras dos fabuladores como Solínio (terceiro século D.C.) cujo objetivo era "mais de surpreender e distrair do que de instruir" (Beazley). Muitos, como o geógrafo de Ravena (meados do século sete D.C.) interessavam-se pela estatística esforçando-se em estabelecer fatos e números sobre todos os países animando-os com histórias extraordinárias e fábulas. Entretanto, é o trabalho dos cosmógrafos que demonstra claramente quantos elementos foram perdidos. Esses cientistas (por exemplo, Cosmas Indicopleustes) tentaram dar forma pictórica à sua concepção do universo, mas agindo dessa forma, trabalharam exclusivamente tendo por base a fé e não a razão. A sua maneira de encarar os fatos era puramente teológica; a seus olhos, as declarações de Jô eram muito mais válidas do que os conceitos dos escritores clássico pagãos. Os seus mapas-mundi, embora excessivamente decorativos, não tinham absolutamente relação com os fatos reais.

A Renascença Carolíngia marca o término dessa regressão e a volta a uma pesquisa mais científica. A partir do século oito, o reinício do estudo do grego revivesceu grandemente a instrução que fôra abandonada. Mas o espírito clássico da pesquisa não reviveu. A Renascença continuou sendo um movimento religioso, mais preocupado em preservar os conhecimentos do passado do que expandi-los em pesquisa científica. Em confronto com a decadência da Cristianidade, o progresso do mundo muçulmano, embora não muito considerável, destacava-se relevantemente. Vários fatores contribuíram para incentivar o interesse dos muçulmanos na geografia.

Em primeiro lugar, a imensidão do Império Árabe que se estendeu sobre as várias diferentes áreas, partindo do Atlântico e terminando nas fronteiras da China; depois, a magnífica rede rodoviária, legado de Roma, e os caminhos do deserto que encorajavam o movimento e facilitavam as peregrinações a Meca exigidas pelo sentimento de fé. O comércio surgiu naturalmente da diversidade dentro do Império, tendo sido estimulado ainda pela elevada situação do comerciante muçulmano na sociedade, decorrência da promessa de Maomé, êle próprio também comerciante, de que no dia do Juízo Final o honesto negociante muçulmano colocar-se-ia ao lado dos mártires da fé. Tal fato influiu, também, no estudo da geografia. O mais importante de todos, no entanto, foi a conquista da Síria, Pérsia, e Bactria, onde a cultura grega brotada das sementes espalhadas por Alexandre, ainda florescia dando ao muçulmano o rico fruto do aprendizado da Grécia.

É interessante notar que a geografia muçulmana não se desenvolveu senão depois da fundação da dinastia Abasside (D.C. 766), quando Califates foi transferido de Damasco para Bagdad e a cultura persa, fortemente influenciada pela Grécia, triunfou sobre a árabe. A ciência grega era o ponto de partida. Os trabalhos de Aristóteles e Ptolomeu eram estudados com a mais acentuada assiduidade. Assim sendo, não é de admirar ter a geografia matemática sido alvo de maior atenção. A claríssima atmosfera da região do deserto e do semi-deserto, favorável às observações astronômicas, pode ter, em parte, a responsabilidade dessa tendência.

Foram feitos acurados cálculos da latitude e longitude, assim como várias tentativas para calcular o tamanho da terra. É curioso que tais cálculos não trouxeram nenhum melhoramento marcante para a cartografia. Cartas marítimas baseadas em projeções cilíndricas parecem ter tido algum mérito (Vasco da Gama as tinha em elevado apêço), porém os mapas terrestres foram mal interpretados em virtude do gosto pela ornamentação. Por outro lado, a geografia descritiva floresceu. Sob o patrocínio do Califa excelentes descrições regionais da Índia e da Arábia foram publicadas e as obras de Idrisi (o mais produtivo escritor), permanecem extraordinárias pelo tratamento científico de uma riqueza de detalhe regional.

Em seu conjunto, entretanto, Beazley acha que o desenvolvimento de uma ciência verdadeira entre os árabes foi embargada pelo estado de superrefinamento da língua e pelo prazer de escrever histórias, o que ocasionou a mistura da fantasia oriental a intercalar-se com os fatos geográficos e históricos.

Não obstante, os árabes mantiveram viva a erudição grega, e foi de suas mãos que a Europa a recebeu, ao término da Idade Média.

A transição da geografia medieval para a moderna não se realizou no início da era renascentista, nem o fato se deu rapidamente. Tinha de ser feito considerável número de trabalho preliminar, o que fez com que a nova maneira de encarar os fatos apenas gradativamente entrasse no domínio da geografia. A partir dos meados do século quinze, os exploradores ampliaram os limites do mundo medieval. Colombo, Vasco da Gama e seus sucessores trouxeram extraordinária quantidade de fatos novos, que rapidamente se tornaram acessíveis através das compilações de Hakluyt, Ramusio e Bry. Tais novos fatos tinham de ser cartografados. Os esforços para realizar tal trabalho, com a maior perfeição possível, deu início ao desenvolvimento da cartografia, que atingiu o auge com os mapas de Gerhard Kremer (Mercator, 1512-94) e Abraão Ortelius. (1527-98).

Cluverius e Varenius

Simultaneamente, tentativas foram feitas para reescrever as antigas geografias. Os primeiros trabalhos representaram na maioria compilações de dados velhos e novos, mas gradativamente surgiu um novo estilo que se tornou expressivo no princípio do século dezessete, em duas obras formativas geralmente consideradas como o marco do término da era de transição da época medieval e o princípio do período moderno. A primeira, *Introdução à Geografia Universal* por Cluverius, escritor alemão, foi publicada postumamente em 1626. Princípiam com um sucinto e insuficiente relato da geografia matemática e, em seguida, passa a uma descrição regional dos países do mundo que ocupam quatro quintos do todo. Foram essas excelentes descrições que Cluverius escreveu, como contribuição ao estudo da história, que deram ao trabalho a sua importância. Estabeleceram um padrão na geografia regional não ultrapassado por muito tempo.

De maior influência, entretanto, no desenvolvimento do pensamento geográfico foi a obra de Varenius. A sua *Geographia Generalis*, publicada em 1650, foi a primeira a incluir a nova teoria do universo. Tão impressionado ficou Varenius com os trabalhos de matemática de Copernicus, Kepler e Galileu, que definiu a geografia como um ramo das matemáticas mistas, e censurava os que a limitavam a uma descrição dos vários países. A contragosto, concedia à geografia humana um lugar na "geografia especial", a segunda de suas duas principais divisões da matéria, porém, assim agindo, procurava justificar-se e explicava essa inclusão como uma concessão ao hábito.

A geografia geral ou universal, a sua primeira subdivisão principal, era a única com a qual tratava.¹

Dividiu-a em três partes:

Absoluta — parte terrestre, na qual a terra como um todo, sua forma, tamanho, etc., eram tratados.

Parte relativa ou planetária — que tratava da relação da terra com outras estrêlas.

Parte comparativa — que apresentava uma descrição geral da terra, a relativa localização dos lugares em sua superfície e os princípios da navegação.

A sua morte prematura (vinte e oito anos) impediu-o terminasse a obra. Tudo que ficou da sua geografia especial foram as definições e suas subdivisões em:

Propriedades da astronomia — inclusive o clima.

Propriedades terrestres — descrição do relêvo, vegetação e a vida animal nos diversos países.

Propriedades humanas — descrição dos habitantes, comércio e governo dos países.

¹ *Geographia Generalis* (o mais extraordinário trabalho publicado antes da época de Ritter) foi traduzido em vários idiomas. Newton conseguiu uma edição em inglês, para uso de seus alunos, tendo o mesmo permanecido como padrão por mais de um século.

A geografia no século dezoito

O século posterior a Varenius não testemunhou qualquer progresso na geografia científica propriamente dita. Foi essa a época em que a quantidade de conhecimentos empíricos, acumulada em grande parte sob a orientação das academias científicas, foi organizada em linhas sistemáticas. Os trabalhos de pesquisadores, tais como Dampier (1723), Halley e Hadley, amparados pelo crescente número de registros relativos à temperatura e às chuvas de todos os cantos do mundo, estabeleceram a meteorologia como ciência independente. Em 1780, a Academia Meteorológica de Mannheim foi fundada. Progressos paralelos relacionados com os nomes de Stené (1667), Woodward (1665-1728), Strachey (que publicou o primeiro padrão geológico em 1719), James Hutton (1726-97), e William Smith, assentaram as bases da geologia.

A admiração pela beleza dos Alpes foi despertada pelos livros de Rousseau, o que ocasionou o renascimento do interesse científico pelas montanhas. Antes do término do século dezoito, o estudo da estrutura e origem das montanhas (Pallas, 1777, de Saussure, 1740-99), seu clima e vegetação (Wildenow 1792) e das características das geleiras, já tinha sido todo publicado. Pesquisas fisiográficas desse tipo foram facilitadas em virtude da melhoria dos métodos da representação dos relevos nos mapas. Linhas desenhadas no mapa para representar as diferenças de elevação do solo surgiram em 1676, contornos em 1728. Igualmente, melhorias na composição do microscópio (1650) abriu novos horizontes à pesquisa no setor da ciência da biologia.

O estudo sistemático da botânica principiou com John Ray (1627-1605). Em 1735 Linnaeus publicou a sua primeira, famosa e empírica classificação das plantas. Da mesma forma, embora mais tarde, salientaram-se os progressos da zoologia com o aparecimento da *História Natural dos Animais* de Buffon (1707-88). A antropologia ficou aquém das ciências naturais. Entretanto, ocorreram progressos marcantes, principalmente na física antropológica (Camper e Blumenbach), e a filologia comparativa. De maior importância imediata para a geografia foi o trabalho de Achenwall (1748) e Süßmilch (1747) sobre o estudo estatístico da população, e de Montesquieu e Herder que chamaram a atenção relativamente aos efeitos da natureza sobre o homem. Essa expansão do conhecimento, sem precedentes, preparou o terreno para novo avanço da geografia. Os esclarecimentos feitos sobre a natureza dos fenômenos físicos e biológicos por meio das ciências naturais possibilitou, em meados do século dezoito, uma descrição mais científica da superfície da terra, do que anteriormente: na mesma ocasião, o problema da posição do homem em face da natureza, se a terra era ou não local propositadamente criado para o desenvolvimento do homem e da sua cultura, tornou a referida descrição urgente e necessária.

Igualmente importante, era o crescente anseio de qualquer síntese dos dados fornecidos pela ciência sistemática. "As ciências naturais tinham mais uma vez chegado a um ponto em que o esparso trabalho de minúciaurgia uma concepção viva da natureza como um todo" (Windelband). Essas circunstâncias fizeram reviver o interesse pela geografia, dando-lhe, ao mesmo tempo, posição mais elevada.

Anteriormente, a atitude utilitária havia prevalecido. A geografia tinha apenas valor pelo esclarecimento que dava aos fatos históricos, ou pela sua ajuda com relação à ciência governamental. Mesmo tão tarde como em 1807, Pinkerton, o geógrafo inglês, cujos escritos gozavam de grande prestígio tanto em sua terra natal, quanto no continente, podia declarar categoricamente: "A geografia, assim como a cronologia, aspiram apenas ilustrar a história". Agora em confronto com tarefas novas e um número cada vez maior de matéria sobre o assunto, as amarras que a restringiam à história foram cortadas. A geografia tomou o seu lugar de direito como ciência independente e "de servente da história elevou-se à posição de sua mestra, e, realmente empossada de visões proféticas, viu-se com o poder de predizer o futuro". (Peschel, *Geschichte der Erdkunde*, p. 805).

Deve-se aos cientistas alemães a conquista dessa independência. Até então, pouco haviam eles contribuído. "O melhor que os geógrafos alemães podiam oferecer era luz reflexa, informações obtidas das pesquisas efetuadas

pelos ingleses e pelos franceses" escreveu Peschel na sua argumentação sobre o período anterior ao século dezoito; o ano de 1754, quando foi publicado o trabalho intitulado *Neue Erdbeschreibung*, de Büsching, marca o término de tal inferioridade e o início de uma nova era. Nos 150 anos seguintes, a geografia era quase unicamente uma ciência germânica; na verdade, até o princípio do século atual, todos os progressos mais significativos desse ramo, constituíam trabalho de cientistas alemães.

As primeiras geografias modernas, as quais foram organizadas de acordo com Büsching, eram puramente descritivas. "Meu objetivo", escreveu Büsching, "é apresentar uma descrição da conhecida superfície da terra". Quase não foram feitas tentativas para explicar fatos, ou procurar as relações de causa, o único objetivo eram as descrições, as mais acuradas.

As unidades políticas foram escolhidas para base das descrições regionais, processo incentivado pelo uso extensivo de material estatístico fornecido por Achenwall e Süßmilch, e mais tarde, pelo grande censo nacional. Por conseguinte, o trabalho não era diferente do executado pelos velhos mestres, tal como Strabo; a única contribuição de Büsching residia na insistência com referência ao manuseio crítico de todo material fundamental e o estabelecimento de um alto padrão de precisão.

Os geógrafos da chamada "escola político-estatística (por exemplo Mentelle) desenvolveram a arte de descrições regionais tanto quanto possível dentro do sistema rígido, artificial, estatístico usado por Büsching. Porém a fragmentação política da Alemanha do século dezoito patenteou que não se devia esperar um desenvolvimento sólido sem que os geógrafos se descartassem da camisa de força constituídas pelas fronteiras.

Leyser, entre outros, muito cedo, em 1726, salientou este ponto e advogou o emprêgo das fronteiras naturais. Tais críticas não obtiveram resultados práticos até que foram reforçados pelos ensinamentos de Buache (1700-73) sobre o sistema do globo (*Charpente de Globe*). Segundo Buache, o esqueleto da terra era simplesmente um determinado número de bacias separadas por extensa linha de montanhas e serras submarinas. Essa teoria foi elaborada um século antes por Athanasius Kircher, porém ignorada. Agora, revivendo-se de certa expressão gráfica nos acurados mapas de contorno dos relevos, tal como o que Buache construiu para o seu estudo do Canal da Mancha (1737). A reação dos geógrafos foi rápida. Esta continua linha de montanhas parecia oferecer uma estável e natural alternativa para a mudança, efetada pelo homem, das fronteiras das unidades políticas. Gatterer (*Abriss der Geographie*, 1775) usou o novo limite para dividir o mundo em partes naturais. No seu trabalho, encontram-se pela primeira vez expressões tais como: Península dos Pirineus, Terras Bálticas, Terra dos Carpatos, Regiões Alpinas do Oeste, Sul e Norte. Gatterer não se ajustou com os geógrafos político-estatísticos. A classificação natural das regiões (Vol. 2) seguiu-se de uma descrição das unidades políticas (Vol. 3), segundo a moda de Büsching, pôsto que mais resumida. No entanto, a sua obra deu início à tendência para a geografia pura, (*Reine Geographie*).

Hommeyer levou o conceito às suas conclusões lógicas. Abandonou completamente as limitações políticas e dividiu suas áreas em "terrenos", regiões naturais que eram na maioria dos casos as bacias dos rios. Proclamava que a sua *Reine Geographie von Europa* (1810) justificava o atributo de *Reine* pois não explicava nada; "apenas fornece um aspecto (*Ansicht*) da forma atual (*Gestalt*) da superfície da terra e de suas partes, assim como uma ilustração do tamanho, posição e a relação das regiões naturais (*Zusammenhang der natürlichen Länder*).

Zeune (Gäa, *Versuch einer wissenschaftlichen Erdbeschreibung*) trabalhou de acordo com os mesmos princípios. Separava rigorosamente a matéria histórica da geográfica; onde a descrição regional reclamava dados históricos, ele a sintetizava em capítulo separado. As bacias fluviais constituíam, também, suas unidades naturais, porém chamava a atenção para as plantas, os animais, e até os homens que dentro dos limites das referidas bacias, adquiriam aspectos especiais, a fim de que as bordas das montanhas, além de serem divididas pela água, eram os limites naturais das plantas, animais e tipos humanos. Seguindo

esta orientação, procurou saber a correlação das plantas, dos animais e dos homens, e definir suas subdivisões da superfície da terra com referência aos vários fatores (clima, vegetação, etc.) e não apenas o relêvo.

J.R. e J.G. Forster

Completamente à parte das duas escolas do pensamento geográfico (político-estatístico e *Reine* geografia) acha-se a brilhante contribuição dos dois Forsters. Johann Rheinhold (o pai), acompanhado do seu filho de onze anos (Johann George), visitou a estepe do Volga em 1765, a convite do governo russo a fim de investigar os problemas do povoamento. Sete anos depois, ambos acompanharam Cook em sua segunda viagem aos Mares do Sul (1772-5). As observações de Johann Rheinhold durante tal viagem foram publicadas na Inglaterra em 1778.

Forster considerava a geografia do ponto de vista prático. Despertava-se-lhe o interesse apenas pelo contacto direto com uma variedade de naturezas em diversas partes da terra, e a sua contribuição é o método adotado por ele no tratamento dos dados arrecadados. Dotado de acurados dotes de observação, assim como científica tendência de espírito, colecionava fatos, comparava-os e classificava-os, e extraía dessa classificação generalidades para as quais procurava, então, a explicação da causa. O tratamento sistemático da matéria é sobejamente demonstrado na classificação de suas observações nos Mares do Sul. Foram publicadas sob seis títulos, Terra e Países, Água e Oceano, Atmosfera, Variações do Globo, Corpos Orgânicos (animais e plantas), e o Homem.

Além dêsse cuidadoso método científico, o trabalho de Forster é extraordinário pela sua contribuição à geografia humana. Reconheceu o estreito laço entre o homem e o meio e, embora não fôsse o primeiro a fazê-lo, foi um dos primeiros que tentou explicá-lo, procurando uma solução do tipo mecânico. Particularmente, chamou a atenção para a mobilidade dos povos e a freqüente necessidade de procurar a explanação de suas características físicas e culturais, com referência ao meio primitivo. Suas descrições das ilhas dos Mares do Sul contêm a análise do povoamento, da densidade de população, e a relação entre a densidade e os recursos do meio, fato que ordenou o respeito dos geógrafos, chegando mesmo até Ratzel.

Os tratadistas da metodologia pagaram tributo às qualidades do trabalho de Forster. Plewe² chama-o "o primeiro grande metodologista alemão, geógrafo na concepção moderna". Peschel descreve-o "o primeiro viajante que fez um levantamento físico das partes do mundo vistas por ele, e o primeiro a desempenhar a mais alta função de geógrafo, a da comparação científica". (p. 494).

Johann George, o filho, embora grandemente dotado, tem menor importância como inovador. Entretanto, durante a sua existência foi mais respeitado do que o pai. Isto, deve-se a uma personalidade mais acessível, e em parte, à sua destacada eficiência literária, acrescida do fato de ter tido mérito devido à alta qualidade das *Observações*, obra do seu pai, que ele traduzira para o alemão, (1783). Outra razão foi a sua amizade com Humboldt. Humboldt encontrou-o em Göttingen em 1789 tendo o conhecimento se desenvolvido em amizade que durou toda a vida e que influiu profundamente nos progressos de Humboldt. Em várias oportunidades, expressou este último a dívida para com "o distinto mestre e amigo cujo nome não pronuncio jamais, sem um sentimento de sincera gratidão". (*Cosmos*, vol. I, p. 327).³

Em contraposição aos reiterados elogios a Johann George, Humboldt raramente mencionava Johann Rheinhold, cuja obra conhecia bem e com o qual se correspondera. Isto, naturalmente, tinha por base a maior fama gozada pelo filho na atualidade. É no entanto, apenas em relação a seu pai que a fama de George Forster parece exagerada. Sua contribuição foi notável, bem à parte da publicidade por êle dada às pesquisas de seu pai.

² E. Plewe, Untersuchungen Über den Begriff der "Vergleichenden" Erdkunde, G. F. *Eräkunde*, Berlin, 1932.

³ Vide também carta a Heinrich, König, 28 de julho de 1958, p. 92 Bruhns e Lassell.

Foi o "primeiro escritor a despertar o amor e a sensibilidade para a beleza da paisagem" (Peschel, p. 493) e o seu sensível espírito descritivo estabeleceu os padrões seguidos por Humboldt. Em obra relativa à descrição da área da região do Baixo Reno (*Ansichten von Niederrhein*) "deu fundamento mais sólido ao método empregado por seu pai e preparou o caminho para o desenvolvimento sistemático da geografia regional" (Plewe).

A contribuição de Kant

A última importante personalidade do século dezoito com relação à geografia foi o grande filósofo Emmanuel Kant. Kant ensinou geografia física na Universidade de Königsberg, de 1756 a 1796, durante cujo período deu cursos quarenta e oito vezes. Em contraste com J. R. Forster, Kant era geógrafo de gabinete. Seu interesse na geografia física não se estimulava em experiências reais sobre a variabilidade da natureza nas diferentes partes da terra, porém era despertada pela pesquisa filosófica de todo o ramo do conhecimento empírico.

Por esta razão, a contribuição de Kant era mais filosófica do que a de Forster, uma vez que consistia da definição da natureza da geografia e sua relação com as ciências naturais. A dita definição, feita na introdução de suas aulas, descreveu tão cabalmente o âmbito da geografia, que influiu direta ou indiretamente nas subsequentes discussões sobre a metodologia. Pode-se ir ainda mais longe e afirmar que a desordem sobre a finalidade e o conteúdo da geografia apenas existiu quando a análise de Kant era ignorada.

Em épocas recentes, principalmente na obra de Hettner, da Alemanha, e Hartshorne, nos Estados Unidos, as idéias de Kant foram amplamente divulgadas e, das mesmas, originaram-se os conceitos sobre a geografia, em geral, mais em voga. O sumário que se segue sobre a introdução de Kant tem, por conseguinte, mais do que um valor histórico.⁴

Kant principia sua argumentação dizendo que o conhecimento científico se obtém pelo emprêgo da razão pura, ou através dos sentidos. As sensações perceptivas são de duas espécies: percepções sensoriais subjetivas e as percepções sensoriais objetivas, que, juntas, fornecem o conjunto do conhecimento empírico do homem com relação ao mundo. O mundo, visto através da percepção subjetiva, é a alma (*Seele*), ou o homem, (*Mensch*), (isto é, o eu); através da percepção objetiva é a natureza. A antropologia (Kant faz uso da antropologia segundo a concepção moderna da psicologia) estuda a alma do homem; a geografia física (*Physische Geographie oder Erdbeschreibung*) estuda a natureza. Assim, a geografia física é a primeira parte do conhecimento do mundo (*Weltkenntnis*) na verdade é a preliminar essencial (*Propaedeutic*) para a compreensão de nossas percepções do mundo.

Faz-se mister que as nossas experiências não sejam apenas um conjunto de coisas, mas que sejam organizadas em um todo sistemático. Assim como, antes de construir uma casa se deve ter a concepção (*Idee*) do conjunto de onde se formarão as várias partes, torna-se necessário que, antes de iniciar o estudo do mundo, tenha-se a concepção do todo, um sistema arquitetônico de onde os diversos detalhes serão formados. A geografia física fornece tal sistema para o estudo da natureza.

O conhecimento do mundo requer mais do que apenas vê-lo. Aquê que deseja captar o que fôr útil de suas viagens, deve previamente elaborar um plano de viagem, e não apenas observar o mundo segundo a percepção sensorial objetiva (p. 157) ... Se nós nos prepararmos antecipadamente, por meio da educação, obteremos, então, um todo, um sistema de conhecimentos (*Unbegriff von Kenntnissen*) que nos ensinará a conhecer o homem. Somente assim, estaremos em situação de colocar cada experiência em seus devidos lugares, como um todo. Por intermédio das viagens pode-se expandir o conhecimento do mundo exterior, o que será de pouca utilidade se não estivermos preparados por meio da educação. (P. 158).

⁴ A discussão baseia-se na versão de D. F. T. Rink sobre a *Physische Geographie*, de Kant, 1802. Werke, de Kant, volume IX, Berlin e Leipzig, 1923.

Desde que a experiência de uma pessoa é limitada tanto tempo quanto no espaço, cada uma deve suplementar a sua experiência com a de outras, tendo sempre o cuidado de examinar minuciosamente a fidedignidade daquilo que está sendo emprestado. Essas experiências emprestadas indiretamente são de duas espécies: são ou uma narrativa (*Erzählung*) ou uma descrição (*Beschreibung*). A primeira, é uma história (*eine Geschichte*) a segunda, uma geografia (*eine geographie*).

Além disso, o conhecimento empírico pode ser classificado de duas formas: de acôrdo com um conceito (*Begriff*), ou com a distribuição no tempo e no espaço. A classificação relativa ao conceito é um sistema da natureza (*Systema Naturae*), como a de Linnaeus; a que se relaciona com o tempo e o espaço é uma classificação física e fornece-nos uma descrição geográfica da natureza.

Classificar o gado colocando-o em primeiro lugar entre os quadrúpedes, e na subclassificação desse grupo em geral, os de cascos fendidos, é fazer uma classificação de acôrdo com o sistema que se tem em mente; é uma classificação lógica, um *Systema Naturae*. "O *Systema Naturae* é, além disso, um registro do todo onde coloco tôdas as coisas, cada uma em sua classe adequada, embora, na terra, elas sejam encontradas em lugares diferentes, amplamente separadas".

Em contraposição a êsse método de classificação racional, encontra-se a classificação física, a descrição geográfica da natureza, que considera as coisas de acôrdo com o local de sua ocorrência na terra. Assim, o crocodilo e o lagarto que são, basicamente, o mesmo animal, distinguindo-se apenas pelo tamanho, seriam classificados juntos, de acôrdo com o Sistema da Natureza. No entanto, são encontrados em partes do universo bem diferentes, o crocodilo, no Nilo, o lagarto, na terra, e sôbre grande expansão de latitude. Em uma classificação geográfica, essa diferença seria reconhecida, porque "acima de tudo, considera-se aqui o aspecto da natureza, a própria terra, e as regiões onde as coisas são efetivamente encontradas", e não, como no sistema da natureza, a semelhança da forma.

A história, bem como a geografia, podem ser designadas como descrições, porém a história é o registro de acontecimentos que se sucedem no tempo, (*nacheinander*) a geografia é o relatório de fenômenos que se sucedem no espaço (*nebeneinander*). Juntas, representam o todo de nossa percepção (isto é, o Conhecimento Empírico).

A história, desde que tenha de registrar todos os acontecimentos nos diferentes períodos, nada mais é do que uma geografia contínua, pois constitui grande imperfeição na história não saber em que lugar os fatos se deram, e as características (*Beschaffenheit*) do mesmo, em consequência da ocorrência.

A seguir, há uma argumentação, a fim de provar que uma verdadeira história natural (*Naturgeschichte*) é impossível, tudo que se pode obter é uma descrição natural (*Naturbeschreibung*), uma vez que uma história natural completa teria de registrar o relato completo do desenvolvimento das coisas através de todos os tempos, desde o principio do mundo, para o que não existem dados disponíveis.

Continuando, faz Kant a pergunta: o que existiu em primeiro lugar, a história ou a geografia? Afirmou ter a geografia existido em todos os períodos, sendo a estrutura da história, pois os fatos devem ter sempre ocorrido em determinado local. No entanto, à medida que as mudanças registradas na história iam-se sucedendo, elas se tornaram uma nova geografia; assim sendo, se existe uma história antiga, também deve existir uma geografia antiga, que contribui para o esclarecimento dos fatos históricos.

De tôdas essas geografias, é a moderna a que melhor conhecemos e que preenche várias finalidades. Por exemplo, a inteligência prática relaciona-se com a experiência, porém a experiência não pode ter grande expansão sem o conhecimento da geografia. Muitas são as pessoas que se mantêm indiferentes às notícias dos jornais relativas aos acontecimentos que ocorrem, por não possuírem um aspecto de conjunto da terra, do mar e da totalidade da superfície terrestre, e assim sendo, não sabem como fazer uso de tais informações.

Os peruanos são, de certo modo, simples, pois põem tudo que lhes é oferecido, na boca. Fazem isso por não compreenderem de que maneira pode-

riam usá-la mais adequadamente. As pessoas que não compreendem como usar as informações dos jornais por não saberem como aplicá-las, são semelhantes a estes peruanos, senão nas mesmas, porém em condições similares.

A geografia física é, portanto, um esboço geral da natureza (*ein allgemeiner Abriss der Natur*) e constitui não apenas a base da história como também de quaisquer outras geografias.

Essas outras geografias definidas por Kant são:

1. Geografia matemática — que trata da forma, tamanho, movimentos da terra, e de sua posição no sistema solar.

2. Geografia moral — que trata dos diferentes costumes e características do homem, isto é, examina os contrastes da civilização oriental, onde o parricídio é um crime dos mais hediondos, com os costumes da Lapônia, em que, o pai, ferido na caça, pede que o filho o mate.

3. Geografia política — estudo da relação entre as unidades políticas e a sua base física. Por exemplo, na antiga Pérsia, existiam dois estados cuja independência mútua foi feita e sustentada pelo deserto de Kerman que os dividia.

4. Geografia comercial — que examina a razão pela qual determinados países possuem excesso de uma mercadoria, enquanto outros têm deficiência da mesma, condição esta que provoca o comércio internacional.

5. Geografia teológica — que estuda as alterações sofridas pelos princípios teológicos segundo os diferentes meios (Boden). Por exemplo, pode-se comparar a forma do Cristianismo no Extremo Oriente com o da Europa, assim como das variações das crenças cristãs nas diferentes partes da Europa.

Finalmente, Kant conclui com a declaração: “A necessidade desse estudo é muito grande. Dá certa ordem às nossas percepções, dá-nos muito prazer, e fornece abundante material para discussões amigáveis”.

Comparadas com a introdução, as aulas de Kant têm pouca importância. Embora com o título de geografia física, incluem, de conformidade com o uso corrente, a distribuição de plantas, animais e do homem. O tratamento dos animais é particularmente detalhado e não muito geográfico, os assuntos sendo divididos em capítulos com os títulos: “os que têm cascos”, “os de pés fendidos”, “os de pés ligados por membranas”, “quadrúpedes que põem ovos”, etc.

Refere-se à influência entre o homem e o meio, porém não desenvolve o tema. Da mesma forma, urge a necessidade do estudo das variações da natureza, que dão a cada terra a sua originalidade, porém não tenta fazer o mesmo capítulo relativo às regiões (Parte 3). Essas descrições são bastante ligeiras e, efetivamente, não contêm mais do que se poderia esperar, com relação ao título: *Resumo das considerações sobre as curiosidades mais dignas de nota, de todas as terras dispostas geograficamente*. Na verdade, não denuncia sinais de terem sido influenciadas pelo trabalho de Forster, e não constituem contribuição ao desenvolvimento da geografia regional.

Vista em conjunto, a obra dos geógrafos do fim do século dezoito é extraordinária. Os debates acadêmicos entre os político-estatísticos e os geógrafos puros aplainaram as barreiras do pensamento tradicional, abrindo o caminho para um progresso puro e sem obstáculos. Os Forsters demonstraram o método de pesquisa e estilo literário, enquanto Kant definiu claramente o ramo. Foram, deste modo, colocados os primeiros alicerces sobre os quais, no decorrer dos cinquenta anos subsequentes, elevou-se o edifício da geografia científica. Esta tarefa de sistematização associou-se a dois homens: Alexander von Humboldt e Karl Ritter, e o período no qual eles trabalharam foi, com justiça, considerado o período clássico da evolução do pensamento geográfico.

Karl Ritter

Karl Ritter nasceu em 1779. Recebeu os primeiros ensinamentos numa escola em Schnepfenthal, perto de Gotha, onde o ensino baseava-se nos princípios de Rousseau e Pestalozzi. Foi lá que o seu interesse pela geografia surgiu. Um dos objetivos do sistema de Pestalozzi era despertar o entusiasmo pela natureza, sendo os alunos treinados em fazer acuradas observações, durante longos passeios pelos campos.

Insistia-se, também, sobre as relações espaciais. Os estudantes aprendiam a observar a relação das coisas com a vizinhança imediata: a escola, depois, o pátio da escola, em seguida a região do lar, os limites da área iam-se gradativamente expandindo até abarcar o mundo inteiro. O interesse nas terras estrangeiras assim despertado era ainda mais aguçado, como no caso de Humboldt,⁵ pelo desenho de mapas. Um ensinamento desta ordem era quase o ideal para um geógrafo.

Aos dezessete anos, entrou para a Universidade de Halle, onde estudou matemática e filosofia e, mais tarde, história e ciências naturais. Decorridos os tempos escolares, aceitou o posto de preceptor dos filhos de um rico banqueiro de Frankfurt, ali permanecendo 20 anos. Sua primeira obra, *Europa, Quadros Geográficos, Históricos e Estatísticos* foi publicada em 1804.⁶ Dois anos depois, publicou seis mapas da Europa, seguidos de algumas páginas sobre metodologia.

Em 1807, em Göttingen, onde o mais velho de seus discípulos freqüentava a Universidade, publicou o primeiro volume do *Erdkunde*⁷ relativo à África. O volume II dedicava à Ásia e apareceu um ano mais tarde. Esses trabalhos causaram grande sensação. Foi nomeado professor de história e geografia, em 1819, do Ginásio de Frankfurt, mas, ao término de doze meses, pediu demissão a fim de tornar-se primeiro professor de geografia da Universidade de Berlim, recentemente fundada.

Naquele posto, passou o resto de sua vida ensinando, escrevendo e dirigindo o *Gesellschaft für Erdkunde* (fundado em 1828) do qual era presidente, com poucas interrupções, até a sua morte, em 1959.

Em 1827, Humboldt, que Ritter encontrara vinte anos antes, voltou de Paris e estabeleceu-se em Berlim. Os dois homens tornaram-se íntimos amigos e, desse intercâmbio profissional, surtiu mútuo estímulo ao qual ambos pagaram tributo.

É difícil fazer uma clara exposição do contacto de Ritter com a geografia, em virtude de sua volumosa obra carecer muitas vezes de clareza e precisão de expressão. Os seus primeiros trabalhos registram posição inequívoca, mas à medida que suas idéias foram se desenvolvendo "a pureza básica dos princípios tornou-se nebulosa", os conceitos metodológicos complicaram-se e, por vezes, ficaram até em desacôrdo com as experiências adotadas no *Erdkunde*. Por esta razão, foi Ritter várias vezes incompreendido, e os mestres que surgiram depois dele, atribuíram-lhe opiniões variadas e até contraditórias.

É, agora, opinião unânime de que a posição de Ritter não pode ser definida por intermédio de consulta a qualquer tratado de metodologia, nem por meio de seus trabalhos, conjuntos, sobre esse assunto, porém tão-somente, pelo levantamento integral da sua obra. Tal opinião parece bem fundamentada tendo em vista o fato de que as idéias de Ritter se mantinham em contínua evolução, e, tudo indica que ele próprio jamais considerou terem as mesmas recebido a sua forma final.

Ritter rejeitou a concepção de Gatterer e de Hommeyer sobre a geografia pura. O seu conceito, um tanto semelhante ao de Zeune, embora de maior alçada e logicamente mais consistente, formou-se cedo, como ficou demonstrado no prefácio da sua primeira publicação (*Europa*). No referido prefácio, ele declara que o seu objetivo é

apresentar um quadro vivo do conjunto da terra, seus produtos naturais e cultivados, seus aspectos naturais e humanos (*der*

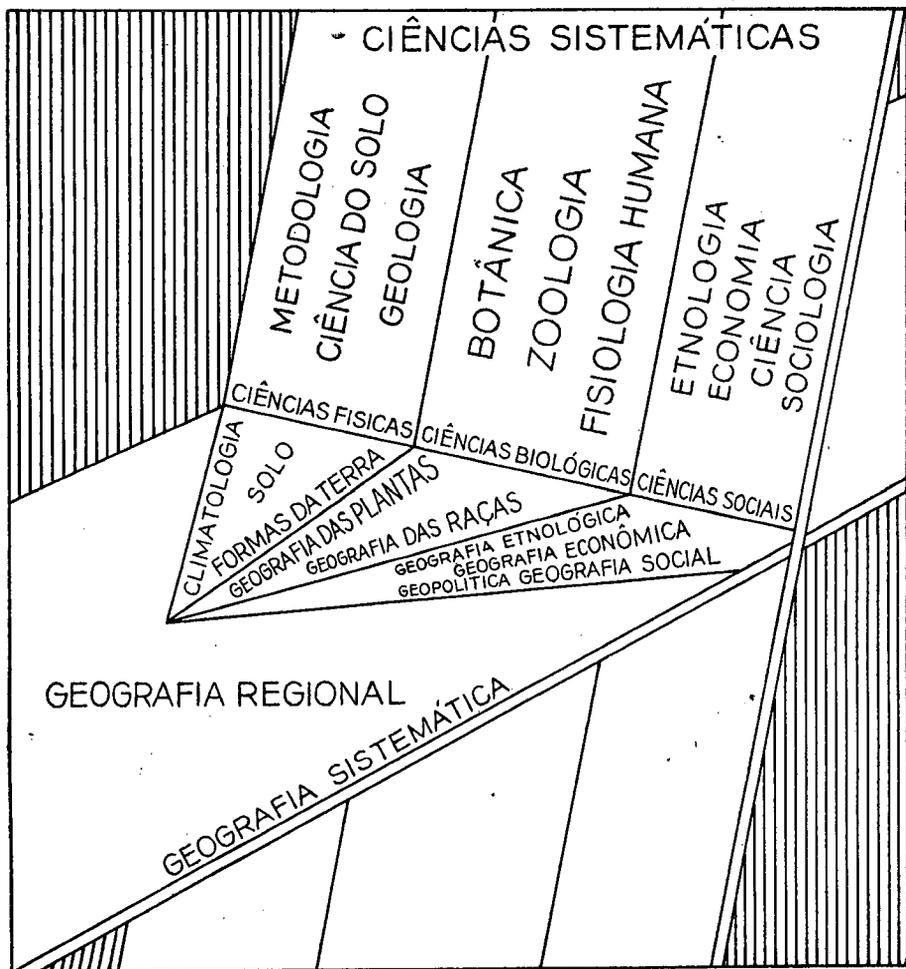
⁵ As espessas praias do Mar Cáspio, vistas através do delta formado pela embocadura do Volga, não me pareceram pitorescas, no entanto, esta primeira visão do vasto interior do mar asiático, deu-me grande prazer em virtude de, na infância, ter desenhado o seu contorno em um mapa. Os gostos primeiramente despertados pelas impressões de infância e moldados pelas circunstâncias, mais tarde, tornam-se sempre, quando imbuídos da circunspecção da maturidade, o incentivo ao trabalho científico ou a grandes empreendimentos. (Humboldt, *Ansichten der Natur*, 418 (Bohn, ed.).)

⁶ *Europa, Ein Geographisch-Historisch-Statistisches Gemälde für Freunde und Lehrer der Geographie*, vol. I, 1804; vol. II, 1807.

⁷ *Die Erdkunde in Verhältnis zur Natur und zur Geschichte des Menschen oder allgemeine vergleichende Geographie*. A segunda edição foi publicada em dezenove volumes, 1822-59.

Menschenwelt und Naturwelt), e demonstrá-los como um todo coerente, de tal forma que a mais significativa conclusão sobre o homem e a natureza ficarão evidentes, principalmente quando comparados lado a lado.⁸

Mais tarde, faz êle a observação: "A terra e seus habitantes mantêm-se na mais estreita reciprocidade, não podendo um ser apresentado em todos os seus aspectos sem o outro. Assim, pois, a geografia e a história devem sempre andar inseparáveis. A terra tem influência sobre os habitantes e êstes últimos sobre a terra."⁹



Quando se comparam êsses extratos com a definição de Hommeyer, da geografia pura (dada seis anos mais tarde), como "nada mais do que uma descrição geral do terreno", ou com a sua definição anteriormente referida (p. 30), pode-se perceber o abismo entre Ritter e seus contemporâneos.

Comentou as idéias do tempo, em trabalho elaborado em 1806, condenando-as sob a alegação de que a geografia deve ser mais do que pura descrição,

⁸ Citação de Plewe, p. 30.

⁹ Citação de Plewe, p. 30.

“seu objetivo é familiarizar o homem com o cenário de suas atividades, sendo, por conseguinte, não a descrição desse cenário, mas o da sua relação com o homem.”¹⁰

Ritter atribuía a preocupação dos geógrafos com a descrição à inadequada denominação de *Erdbeschreibung* (geografia). *Erdkunde*, sugeriu êle, era nome mais adequado para a geografia científica. Foi o que êle empregou como título de sua obra-prima, e, definindo-o, escreveu: “*Erdkunde* tentará abarcar o mais completo e o mais cósmico aspecto da terra, juntando e organizando em bela unidade tudo quanto sabemos com relação ao globo, e mostrando “a relação desse todo unificado, com o homem e o seu criador”.¹¹

Os referidos extratos patenteiam que, para Ritter, a geografia centralizava-se no homem; seu objetivo era o estudo da superfície da terra, do ponto de vista antropocêntrico; procurar relacionar o homem com a natureza, e ver a conexão entre o homem e a sua história e o solo onde viveu. Desta forma, um elemento dinâmico entrava no seu ensinamento, “viu que não devia apenas descrever a superfície da terra e subdividi-la em regiões naturais, porém compreendê-la como sendo a causa fundamental dos acontecimentos” (*Ursache von Geschehnissen*).¹²

Com relação ao método, Ritter seguiu a orientação de Forster, esforçando-se por desenvolver a geografia como ciência empírica. Cuidadosa compilação de observações constituía o primeiro fundamento. “A regra fundamental, que asseguraria a verdade a todo o trabalho, seria partir da observação para a observação, e não, da opinião ou da hipótese, para a observação”.^{12a} Trata-se de um dos livros mais eruditos sobre geografia jamais escritos em língua inglesa. Neste capítulo, são feitas frequentes referências aos primeiros capítulos que sintetizavam o desenvolvimento da geografia no século dezanove. Os leitores interessados no estudo das tendências do pensamento geográfico no século vinte encontrarão interessantes comentários dos problemas tratados no livro de Hartshorne, juntamente com ampla bibliografia. A lista que se segue, dos títulos referentes aos capítulos, indicam a amplitude deste livro.

- I — Introdução;
- II — Natureza da geografia segundo o seu desenvolvimento histórico;
- III — Afastamento do curso do desenvolvimento histórico;
- IV — Justificativa do conceito histórico da geografia como ciência corográfica;
- V — *Landschaft* e “paisagem”;
- VI — Relação da história com a geografia;
- VII — Limites dos fenômenos geográficos com as percepções sensoriais;
- VIII — Base lógica para selecionar dados geográficos;
- IX — Conceito de região como elemento de unidade concreta;
- X — Método de organizar o mundo segundo as regiões;
- XI — Que espécie de ciência é a geografia?
- XII — Conclusão: natureza da geografia.

“O meu sistema não se baseia em teoria *Raisonnement*, porém em fatos”.¹³ Colecionar fatos não seria em si uma finalidade. “Não se trata de acumular material, mas dispor a multiformidade em individualidade”¹⁴ cujo princípio seria a relação no espaço.

Acreditava que os fenômenos da superfície da terra eram governados por leis, e que somente se tornariam patentes quando todos os fatos e suas relações fossem observadas em todos os pontos da terra. “Precisamos solicitar da terra as suas leis”.¹⁵ Teorias apressadas devem ser evitadas.

¹⁰ Citação de Plewe, p. 32.

¹¹ Dickinson e Howarth, p. 152.

¹² A. Penck, *Neue Geographie* *Sunderband der Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, 1928, p. 31.

^{12a} *Erdkunde*, vol I; citação de Hartshorne, p. 54. *The Nature of Geography. A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, R. Hartshorne (primeira edição, 1939; segunda edição, 1948).

¹³ Carta citada por Plewe, p. 35.

¹⁴ Idem.

¹⁵ *Erdkunde*, vol. I, p. 4; Hartshorne, p. 55.

*Willst du in Unendlichkeitschreiten
Such'nur im Endlichen nach allen seiten*

era a sua divisa, segundo Richthofen.

As relações causais seriam pesquisadas pelo método comparativo, que lograra tanto êxito em outras ciências, particularmente a anatomia. Por isso, possuía a *Erdkunde* um subtítulo, *Allgemeine vergleichende geographie* (geografia comparativa geral).

Tôda a geografia que ultrapassava a mera descrição, era comparativa, e o esquema de uma geografia comparativa geral conteria, em amplas linhas, o sistema de uma *Erdkunde*.

As primeiras tentativas de Ritter, de uma geografia sistemática, influenciaram-se na obra de Humboldt sobre vegetação (1806). Humboldt demonstrou que tôdas as espécies de vegetação poderiam reduzir-se a tipos básicos (*Urtypen*). Ritter tentou fazer o mesmo, com relação ao relêvo, reconhecendo quatro tipos principais: Terrenos Elevados e Planaltos, Montanha, Planície, e Terras Transitórias ou Terraplanos. Cada um podia subdividir-se.¹⁶

Pôsto que não muito satisfatórias, empregou tal classificação em seus estudos da região. Mais tarde, êsse método comparativo de pesquisar conexões causais foi aplicado principalmente no estudo das regiões, na tentativa de selecionar as unidades naturais, área que possuísse individualidade.¹⁷

O conceito de individualidade regional, derivado das idéias de Zeune e Forster, combinado com o conceito de *ganzkeit* ou conjunto, segundo Kant, tornaram-se uns dos motivos do *Erdkunde*. Os "conjuntos" individuais podiam ser de várias dimensões. Cada continente possuía diversos *ganzkeiten*, sendo, entretanto, em si, um "conjunto". Assim, também, a totalidade da terra era um "conjunto" cósmico, com organização individual (*ens sui generis*). Pesquisar e apresentar a individualidade da terra constituía a maior tarefa da ciência geográfica.

Escritores, anteriores a Ritter, (Forster, Zeune) que estabeleceram o conceito dos "conjuntos" nunca os distinguiu de mero agregado de partes. Ritter foi o primeiro a tentar a reunião dos diversos elementos e apresentá-los como uma totalidade distinta. No primeiro volume do *Erdkunde*, por exemplo, dividiu a África em quatro partes. Cada uma delas era, em seguida, subdividida,¹⁸ porém, após essa compilação detalhada, tôdas as partes eram unidas novamente, e apresentadas mais uma vez como um continente inteiro, ou como um conjunto individual, que era mais do que a totalidade de suas partes.

No idealismo de Fichte, Schelling, e Hegel, o conceito de "conjunto" relacionava-se com o conceito teleológico do universo. Schelling, por exemplo, afirmava que a natureza não era apenas uma unidade viva, mas que ela se desenvolvia para determinado fim. "A natureza é o ego ou o eu no processo de existir", tal é o tema da filosofia da natureza, de Schelling", disse Windelband.¹⁹

Êste conceito teleológico, aceito por Ritter e reforçado por sua tendência ao pietismo, (outra afinidade com Kant), levaram-no a pesquisar a íntima relação que estabelecia a união das diferentes partes em um "conjunto" e das quais podiam originar-se as indicações da finalidade dêsse "conjunto". O universo, em sua totalidade, teria uma finalidade e essa finalidade, segundo Ritter, parecia ser o de campo de treinamento ou local da criação do homem (*Erziehungshaus*). Dessa forma, a configuração dos continentes não era fortuita, e sim determinada por lei. Cada um recebera forma e posição que os possibilitaria desempenhar o papel que lhes cabia no desenvolvimento da espécie humana.

Escritores mais recentes, os do século dezenove, criticaram essa teleologia, que enfraquecia a totalidade da obra de Ritter, tornando-a, de certo modo,

¹⁶ Vide Dickinson e Howarth, p. 156.

¹⁷ Com relação a êste tópico, vede Hartshorne, p. 57, onde as definições de Ritter sobre geografia como o "estudo *Der irdisch erfüllten Räume der Erdoberfläche*, estipulam "que as áreas terrestres não devem ser estudadas como meras divisões da superfície da terra, nem as coisas encontradas na mesma devem ser estudadas no que elas contêm dentro da geografia, e, ao contrário, as áreas da superfície da terra devem ser estudadas nos termos das características resultantes dos fenômenos interrelacionados em si e a terra que ocupa a área.

¹⁸ Para um breve estôco, vide Dickinson e Howard, p. 158.

¹⁹ Windelband, *História da Filosofia*, p. 597.

pouco científica. Não há, no entanto, base para tal crítica. O desenvolvimento atual da ciência demonstrou que a filosofia teleológica pode aliar-se à mais rígida e precisa pesquisa científica, havendo toda evidência de que no trabalho de Ritter tais requisitos andavam lado a lado.

Pôsto que, como foi dito anteriormente, seja difícil sintetizar os conceitos de Ritter adequadamente, não há problema em avaliar a sua importância no desenvolvimento do pensamento geográfico. Era um grande formulista. Tomou os pontos de vista incoordenados dos geógrafos do século dezoito, revisou-os, e planeou-os em conceitos geográficos em vigor até hoje. Demonstrou a importância dos métodos empíricos e comparativos de pesquisa. Indicou o caminho da análise da relação do homem com o meio, evitando, no entanto, uma generalização drástica. A sua obra, *Landerkunde*, salientou a importância das divisões naturais em oposição com as divisões políticas da superfície da terra, estabelecendo o sistema da geografia regional. Até o ponto de vista teológico era instrutivo quando realçava a importância de não "apenas considerar o presente, mas também, o futuro", não apenas o que "é", mas o que "vai ser". Em resumo, usando as palavras de Penck, "êle deu à geografia o seu aspecto sistemático". (*ihren systematischen Ausbau*).²⁰

Alexander von Humboldt

Alexander von Humboldt (1769-1859) é outra grande figura da geografia clássica. Homem de grande gênio e versatilidade, contribuiu para tantos ramos da ciência, que a sua obra é quase tão difícil de sintetizar como a de Ritter. Várias vezes pesquisou a botânica, geologia, física, química, anatomia, fisiologia, história, e todos os aspectos da geografia. Empreendimento tão variado e amplo ocasionou críticas. Por diversas ocasiões, Humboldt teve de defender-se contra a acusação de ser demasiadamente versátil.

Teve treinamento muito diferente do de Ritter. Nascido de pais abastados, teve educação particular até a idade de dezoito anos, quando entrou para a Universidade de Frankfort-sobre-o-Oder, ali permanecendo seis meses. Um ano mais tarde, reiniciou os estudos na Universidade de Göttingen, onde o seu irmão Wilhelm o havia precedido. Já se interessava pela botânica, e estimulado nesse interesse, em virtude da sua amizade por Wildenow, com quem travara relações em 1788, desenvolveu o estudo desta matéria da qual se tornou entusiasta por toda a sua vida.²¹

Em Göttingen, interessou-se pela geologia. Embora sem experiência anterior no ramo da mineralogia ou da geologia, publicou pequena monografia e vários folhetos sobre os basaltos do Reno, os quais estudara por ocasião de curta "viagem científica" no outono de 1789. Nesses folhetos, ressaltou por meio de argumentos engenhosos a teoria corrente da origem aquosa das rochas basálticas.

O gosto pelas viagens, que o animara desde a infância, foi, então, aguçado, em virtude de suas relações com George Forster. Em sua companhia, Humboldt empreendeu a primeira viagem ao exterior, através da Holanda, Bélgica, centro e sul da Inglaterra, e norte da França, cujo relato foi feito por Forster no seu *Sketches of the Lower Rhine*. O interesse de Forster pela geografia, seu método de cuidadosa observação e crítica dos fatos e, acima de tudo, o talento para a artística, pôsto que científica, descrição da paisagem, produziram indelével impressão em seu jovem companheiro. Após curto período de estudos em Hamburgo, Humboldt ingressou na Escola de Minas, em Friburgo, (Saxônia) naquele tempo (1791) dirigida pelo famoso geologista Werner.

Decorridos oito meses, deixou Friburgo para ocupar posição oficial no Departamento de Minas da Prússia. Essa posição oficial proporcionou-lhe oportunidade para viajar por todo o sul da Alemanha e levar a efeito extensivas pesquisas no setor da botânica, geologia e meteorologia. Visitas ao seu irmão Wilhelm, então vivendo em Iena, botou-o em contacto com Goethe e Schiller,

²⁰ Sonderband, der *Gesellschaft für Erdkunde*, p. 31. 1928.

²¹ Seu primeiro trabalho, publicado anonimamente em 1789, intitulava-se *Sur le Bohun Upas*, par un jeune gentilhomme de Berlin.

os quais fortaleceram seu prazer estético na contemplação da natureza e filosófica aproximação da mesma. Após a morte de sua mãe deixou o serviço público a fim de viajar. Vários planos foram feitos e postos de lado até que, finalmente, logrou permissão do governo espanhol para visitar suas colônias no Novo Mundo. Partiu para Coruna em 1799.

Desembarcou ali, no ponto onde, atualmente, situa-se a Venezuela, e, de lá, iniciou o longo itinerário que durou cinco anos, cuja extensão foi de mais de 40 000 milhas. Em primeiro lugar, explorou o Orinoco, estabelecendo a evidência de sua conexão com a Amazônia. Em seguida, depois de uma excursão a Cuba, subiu o vale do Madalena e atravessou a cordilheira, chegando a Quito, em seguida, Lima e Calau, onde esperava juntar-se a uma expedição francesa em sua viagem através do globo. Não tendo logrado tal desejo, voltou por via marítima a Acapulco, passando doze meses no México. Regressou ao seu país por Havana, Filadélfia, dando volta até Washington no intuito de avistar-se com o presidente Jefferson, e desembarcou em Bordéus, em abril de 1804.

Os vinte anos que se seguiram passou-os principalmente em Paris preparando o relato dos frutos obtidos da expedição, que seriam publicados. O incomparável vigor e o brilhantismo intelectual da vida parisiense daqueles tempos, estimularam grandemente a Humboldt. Gay-Lussac, Laplace, Lamarck, Cuvier, Arago, Jussieu, De Candolle, Pictet, e muitos outros eminentes cientistas, eram seus amigos e colaboradores. Richthofen atribui grande parte da importância intelectual de Humboldt ao enxêrto da cultura francesa na base da sua experiência germânica. Retornou a Berlim em 1827. Em 1829, a convite do governo russo, empreendeu uma viagem, que durou nove meses, através das regiões metalíferas do Ural, e da parte ocidental da Rússia Asiática, até as montanhas Altai.

Os anos restantes de sua existência passaram-se em Berlim onde vivia profundamente envolvido na rotina diária de seus deveres na corte, que o seu posto de camarista do rei lhe impunha. Apesar deste fato, que constituía obstáculo à sua atividade, encontrou ainda meios para realizar o desejo alimentado desde muito e completar, nos cinco volumes do *Cosmos*, o extensivo levantamento do universo, esboçados, anteriormente, em aulas ministradas em Berlim, no inverno de 1827.

A fama de Humboldt surgiu originariamente das suas realizações na qualidade de viajante, e, é provável, que seja por tal fato que a posteridade lhe tributará maior homenagem. Desenvolveu a técnica dos Forsters ao máximo da perfeição, tendo o seu método servido tanto de modelo quanto de incentivo aos exploradores que surgiram depois. De todas as suas viagens, embora curtas, fazia grande número de observações. Temperaturas atmosféricas e do solo, pressão, ventos, latitude, longitude, elevação do nível do mar, variações magnéticas, natureza das rochas, tipos de plantas e sua relação com o tempo e a altitude, aspectos humanos, tudo era registrado com precisão. Nada escapava aos seus olhos, nenhum aspecto da natureza deixava de despertar-lhe a curiosidade científica.

O diário mantido, por ocasião de sua visita à Inglaterra, com George Forster, demonstra como adquirira, tão cedo, o hábito da cuidadosa observação.

Caverna de Poole — 560 jardas de distância — situa-se a sudoeste de Buxton, em direção da montanha de pedra calcária de Axe Edge, às margens do pequeno rio Vye. Em virtude da estreiteza da caverna, formam-se ali mais belas estalactites do que na caverna Peak. Um riacho sai da caverna. No caminho que vai de Buxton para a caverna encontrei suficiente quantidade de *saxifraga granulata* e *saxifraga tridactylites*. A entrada da referida caverna encontrei *Vida montana*, *Alchemilla*, *vulgaris* e *Polipódio vulgaris*. Nas imediações da caverna Poole existem vários fornos de cal a céu aberto, pois na Inglaterra, a cal é queimada assim, e as telhas, na fornalha cônica, exatamente o contrário do que se faz na Alemanha.²²

²² Apêndice — *Life of Humboldt*, Bruhns e Lassell, pp. 393-4.

Pormenores científicos quase ultrapassam os limites das margens dos seus livros de notas e das suas cartas. O *post-scriptum* de uma carta de Cumana diz o seguinte:

Durante nossa estada nesta provincia procedemos à secagem de mais de 1 600 plantas e à descrição de cêrca de 600 variedades novas, inclusive alguma criptogamia desconhecida; colecionamos também os mais belos mariscos e insetos. Fiz mais de 60 desenhos de plantas, além de ilustrar a comparativa anatomia de vários mariscos. Levamos o cronômetro de Berthoud e os sextantes de Ramsden e Troughton, através de Garapichi. Determinei a latitude e a longitude de mais de quinze lugares — observações que serão de utilidade no futuro, para fornecer pontos fixos na construção de mapa do interior. Por meio do barômetro, medi a altitude das cordilheiras. O cume mais elevado é de pedra calcária e não excede em elevação a 6 405 pés. Mais a oeste, em direção a Ávila, há montanhas de quase 10 500 pés de altitude, que ligam essas cordilheiras às de Santa Marta e Quito.

O calor opressivo e quase insuportável não me impediram de observar o eclipse do sol, ocorrido a 28 de outubro. No mesmo dia, calculei as altitudes do sol com o quadrante de Bird; forneço os resultados abaixo, e gostaria que você os examinasse e corrigisse... Quando levei a efeito as referidas observações, o meu rosto ficou tão seriamente queimado que me vi obrigado a me acamar por dois dias e aplicar remédios. Os reflexos provenientes da pedra calcária branca fazem muito mal aos olhos, podendo até prejudicar a visão. O metal do instrumento exposto aos raios do sol atinge a temperatura de 124°.

Se você tomar conhecimento da minha última obra sobre *Meteorologia do Subsolo*, poderá verificar que a temperatura do interior da terra é um problema do mais alto interesse. Aqui, sob 10° de latitude, a temperatura na profundidade de 371 braças é de 66°. Os meus instrumentos meteorológicos foram comparados com os do Observatório Nacional de Paris, e corrigidos de conformidade com aquêlê padrão. Ao nível do mar, o termômetro, à sombra, mesmo durante a estação mais quente do ano, não se eleva acima de 91°; a temperatura conserva-se estável, raramente com flutuações acima de 75° a 82°. Nas primeiras horas da tarde, quando o calor chega ao máximo, sobrevém uma tempestade, com uma sucessão de relâmpagos, cuja duração é de nove horas. Na verdade, trata-se de um clima vulcânico!

A 4 de novembro, passamos pela experiência de forte terremoto; felizmente, sem nenhum dano. Surpreendeu-me comprovar que, durante o terremoto, a inclinação da agulha magnética ficou reduzida ao total de 11°. Ao terremoto sucederam-se choques menores e, a 12 de novembro tivemos um espetáculo de fogos de artifício. De duas horas até cinco da manhã, grandes bolas de fogo corriam sem cessar através do céu, descarregando raios de fogo de dois graus de diâmetro. A parte leste da provincia da Nova Andaluzia está repleta de pequenos vulcões, que despejam água morna, enxôfre, hidrogênio sulfuretado, e petróleo.²³

Tentativas para coordenar tôdas estas observações dos fenômenos naturais levaram Humboldt à geografia; entretanto, não obstante esta aproximação prática e o seu cabedal de conhecimentos bem diferentes, a concepção de Humboldt da geografia era, básicamente, a mesma que a de Ritter. Em um dos primeiros trabalhos (*Flora Friburgensis*) focalizou rapidamente os limites das várias ciências, fazendo a discriminação entre *Physiographie* (ciências naturais sistemáticas), *Naturgeschichte* (história natural) onde era dada ênfase ao desenvolvimento das coisas no tempo, e *Geognosie* ou *Weltbeschreibung*, que discutia a distribuição espacial.²⁴

Essas designações foram alteradas, mais tarde, porém a distinção entre as mesmas, êle as manteve em tudo quanto escreveu. No primeiro volume do *Cosmos*, ampliou êste tema. Sua argumentação discorre da maneira seguinte:

"A catalogação dos séres organizados, os quais foram anteriormente designados pelo pomposo título de "Sistemas da Natureza", apresentam admi-

²³ Bruhns e Lasseu, pp. 270-1.

²⁴ Vede também Hartshorne, p. 77.

rável e concatenada classificação pelas analogias da estrutura... No entanto, êsses pretensos sistemas da natureza, não obstante a eficiência que possa ter a maneira de classificação, não nos apresentam os séres orgânicos de acôrdo com sua distribuição, em grupos, por todo o nosso planêta, na conformidade das diferentes relações de latitude e elevação acima do nível do mar e as influências climáticas, oriundas de causas gerais e até muito remotas...

A distinção que necessariamente deve ser feita entre a botânica descritiva (morfologia dos vegetais) e a geografia dos vegetais, é que, na história física do globo, a inumerável quantidade de corpos organizados que embelezam a criação, são considerados mais de acôrdo com as "zonas de habitação", ou "estações" e com as diferenças de direção das "linhas isotérmicas" do que com referência ao princípio de gradação no desenvolvimento do organismo interno".²⁵

A ciência da distribuição espacial, assim estabelecida, não se limitava à superfície da terra, não era uma *Erdbeschreibung* porém uma *Weltbeschreibung*, não a descrição da terra, porém uma descrição do mundo, isto é, a ciência do Cosmos.

"A comum, no entanto, definida expressão da ciência do Cosmos, chama a atenção dos habitantes da terra de que estamos nos referindo a horizontes de limites mais largos; da reunião de tôdas as coisas que enchem o espaço, desde as mais remotas nebulosas até a distribuição climática dos delicados tecidos de matéria vegetal que se espraiam em cobertura constituída dos mais variados matizes, sôbre a superfície de nossas rochas."²⁶

... Se os termos científicos não estivessem desde muito desviados de sua verdadeira significação verbal, o presente trabalho deveria, antes, ter por título "Cosmografia", que se dividiria em "Uranografia" e "Geografia".²⁷

A "Uranografia", que tem por finalidade descrever a parte celeste do cosmos, pode ser traduzida como "astronomia descritiva". A geografia, ou geografia física (os termos são sinônimos para Humboldt) descrevia a parte celeste. O seu fim último era "reconhecer a unidade na grande diversidade dos fenômenos e, exercitar o pensamento, juntamente com as observações, a fim de distinguir a constância dos fenômenos em meio de aparentes alterações".²⁸

Humboldt diferencia, também, a história física, da geografia física do mundo, dentro dos moldes das argumentações de Kant sôbre *Naturgeschichte* (vide acima, p. 40).

Até que ponto o pensamento de Humboldt se origina de Kant? Naturalmente, é êste um ponto para discussão. *Flora Friburgensis* foi publicada nove anos antes das aulas de Kant sôbre geografia, porém Humboldt estava tão intimamente familiarizado com a filosofia e a opinião científica de Kant, desde a idade de dezesseis anos,²⁹ que se torna muito provável já tivesse noção do conceito de Kant a respeito de geografia, antes de escrever a *Flora*. Não há, entretanto, nenhum esclarecimento conclusivo. É evidente que Humboldt mantinha e expôs os conceitos de Kant no *Cosmos*.

As citações transcritas indicam, mais uma vez, que Humboldt partilhava com Ritter o conceito da unidade da natureza, concordando que a geografia física tinha por fim demonstrar a referida unidade. Neste ponto, ambos refletiam o ponto de vista filosófico de seu tempo. A concepção da unidade viva da natureza, recomendada por Spinoza, havia sido revivida pelos idealistas. Constituiu parte primordial do pensamento de Fichte, Schelling e Hegel, e expresso de maneira admirável na poesia de Goethe e Schiller.

²⁵ *Cosmos*, vol. I, pp. 42-3, edição de Bohn.

²⁶ *Cosmos*, p. 50.

²⁷ *Ibid.*, p. 53.

²⁸ *Ibid.*, p. 43.

²⁹ Neste particular, as notas e os sumários que se seguem, relativos à biografia de Humboldt, de Bruhns e Lassell são sugestivos:

"Em 1785, Humboldt assistiu às aulas de Marcus Herz, ardente discípulo de Kant, sôbre a física e a filosofia do mestre" (p. 40).

"Humboldt foi educado segundo a escola liberal, que se tornou tão popular, em virtude de Mendelssohn e Engel, juntamente com os severos regulamentos sôbre o pensamento e a percepção ministrados por Kant". (J. Lowenberg) (Bruhns e Lassell, p. 200). Entrementes, em Göttingen (1789) Humboldt escrevia, referindo-se ao seu irmão: "Ele está se matando de tanto estudar, tendo já lido tôda a obra de Kant, e vive e age de acôrdo com êsse sistema" (p. 59).

"A natureza (escreveu Humboldt na Introdução do *Cosmos*), se considerada racionalmente, isto é, submetida ao processo do pensamento, representa unidade na diversidade dos fenômenos, harmonia que reúne tôdas as coisas da criação, mesmo as mais desiguais na forma e atributos, um grande todo animado pelo sôpro da vida. O resultado mais importante de uma pesquisa racional da natureza é, por conseguinte, estabelecer a harmonia dessa estupenda massa de força e de matéria, a fim de determinar imparcialmente o que se deve às descobertas do passado e do presente, e analisar as partes individuais dos fenômenos naturais sem sucumbir sob o pêso do todo".⁸⁰

A fim de estabelecer esta unidade, as relações da vida orgânica (inclusive o homem), com a inorgânica superfície da terra, devem ser pesquisadas. "Minha atenção estará sempre voltada para a observação da harmonia entre as forças da natureza, reparando a influência exercida pela criação inanimada sôbre o reino animal e vegetal."⁸¹

A pesquisa da citada relação constitui tarefa atribuída à geografia.

Deve ser lembrado, entretanto, que a crosta inorgânica da terra contém dentro de si os mesmos elementos que entram na estrutura dos órgãos animal e vegetal. Por conseguinte, a cosmografia física seria incompleta se omitisse considerações dessa importância, e das substâncias que entram nas combinações fluidas dos tecidos orgânicos, sob condições que, em virtude de ignorarmos a sua natureza real, designamos pelo termo vago de "forças vitais", grupando-as dentro de vários sistemas, de acôrdo com analogias mais ou menos perfeitamente concebidas. A natural tendência do espírito humano, involuntariamente nos impele a seguir os fenômenos físicos da Terra através de toda a variedade de suas fases, até atingirmos a fase final da evolução morfológica das formas vegetais, e os poderes conscientes do movimento nos organismos animais. Assim, é por tais elos que a geografia dos seres orgânicos — plantas e animais — se liga com os esboços dos fenômenos inorgânicos de nosso globo terrestre.⁸²

O aspecto geral da terra que tentei delinear estaria incompleto se eu não me aventurasse a traçar uma das mais marcantes características da raça humana, considerada com relação às gradações físicas — com a distribuição geográfica dos tipos contemporâneos — com a influência exercida sôbre o homem pelas forças da natureza, e, a recíproca ação, pôsto que mais fraca, que êle, por sua vez, exerce sôbre as forças naturais. Dependente do solo, embora em menor escala, do que as plantas e os animais, e dos processos meteorológicos atmosféricos dos quais se encontra rodeado — escapando mais rapidamente ao contrôle das forças naturais pela vivacidade de espírito e o adiantamento da cultura intelectual, e no menos pela sua extraordinária capacidade de adaptar-se a todos os climas — o homem, em toda a parte, torna-se mais intimamente associado com a vida terrestre.⁸³

Da mesma forma que Ritter, Humboldt encareceu, pôsto que mais incisivamente, a importância do método empírico da pesquisa.

Limite-me ao domínio das idéias empíricas. Os fatos sempre permanecem os mesmos quando os edifícios teóricos há muito já ruíram. Sempre conservei os meus fatos à parte das minhas conjecturas. Este método de tratar os fenômenos da natureza, parece-me o de melhor fundamentado, e o mais viável de lograr êxito.⁸⁴

Tentativas de compreender o plano do universo — a ordem da natureza — devem principiar com a generalização dos fatos particulares e o conhecimento das condições sob as quais as alterações físicas regularmente e periodicamente se manifestam; e devem conduzir à atenta consideração dos resultados obtidos pelas observações empíricas, porém não "à contemplação do universo baseada em deduções especulativas e desenvolvimento sômente do pensamento, ou a uma teoria de absoluta unidade, independente da experiência". Estamos, repito, bem longe da época em que se pensou ser possível concentrar tôdas as percepções sensoriais na unidade de uma única idéia da natureza. A verdadeira trilha

⁸⁰ *Cosmos*, vol. I, pp. 2-3.

⁸¹ Bruhn e Lassell, p. 247.

⁸² *Cosmos*, vol. I, p. 349.

⁸³ *Cosmos*, pp. 360-1.

⁸⁴ *Ibid.*, pp. 360-1.

foi indicada há mais de um século, antes do tempo de Lord Bacon, por Leonardo da Vinci, nestas poucas palavras: "Cominciare dall' esperienza e per mezzo di questa scoprirne la regione". "Comece pela experiência e, por seu intermédio, descubra a razão". Em muitos grupos de fenômenos, devemos contentar-nos com o reconhecimento das leis empíricas; porém o mais alto e mais raramente atingido objetivo de toda pesquisa natural, deve sempre ser a descoberta da *conexão causal*.³⁵

Ao fazer essas variadas observações, Humboldt demonstrou, muito mais claramente do que Ritter, o valor do método comparativo, de tal forma que este último lhe atribuiu a idéia da geografia comparada. O ensaio "Estepes e Desertos", em *Views of Nature*, como salienta Plewe,³⁶ contém diversas comparações³⁷ da estepes e do oceano, de todas as estepes do mundo, das charnecas da Europa Central, lhanos, pampas, planícies da América do Norte, deserto da África, estepes da Ásia Central — todas essas comparações tendo por objetivo salientar as principais características do solo, clima, e elevação do nível do mar. As suas cartas demonstram que, quase todas as suas observações novas eram logo comparadas com as de igual espécie, feitas anteriormente, assim como as semelhanças ou diferenças encontradas.

Um exemplo tornou-se célebre. Durante uma viagem à Rússia, escreveu a um membro do governo russo: "As montanhas do Ural são um verdadeiro Eldorado, e, acredito, a julgar por sua analogia com a conformação geológica do Brasil... que diamantes poderão ser encontrados nos garimpos de ouro e platina das referidas montanhas". Poucos dias depois, encontraram-se diamantes nos garimpos de ouro e platina.³⁸

Outra importante feição do método de Humboldt consistia na representação gráfica dos dados. Quando a serviço do Departamento de Minas, na idade de vinte e três anos, pesquisou as ocorrências de sal em Reichenhall. Em carta ao geólogo Freisleben, seu amigo, relatou a descoberta nos seguintes termos:

"Desejo completar a minha carta geográfica pela apresentação da relação entre todas as ocorrências de sal na Alemanha... Este mapa origina-se de um ensaio anexo ao meu relatório: "Sobre o método de perfuração das salinas". A idéia dominante é que as montanhas da Francônia, Suábia e Turíngia encontram-se situadas na região principal da estrada e ligam-se por meio de um vale cuja extensão é de vinte a trinta milhas entre Eisenach, nas montanhas da Floresta da Turíngia, e Osterode, entre as longínquas montanhas de Hartz; que todo o sal da Francônia e da Suábia passa pelo alto "gypsum"; de que todas as nascentes de sal da Alemanha se situam em um só local; de que é possível desenhar linhas no mapa ao longo das quais se pode encontrar nascentes de sal, de milha em milha, e, que essas correntes salinas seguem pela elevação mais acentuada da terra a sudoeste e noroeste da Alemanha, contornando as rochas em qualquer um dos pontos que estas emergem à superfície."³⁹

É esta a prova patente da sua técnica cartográfica, bem no início de sua carreira. Mais tarde, inventou os isotérmicos a fim de facilitar os seus estudos de comparação dos climas. Traçou divisões através dos Andes, baseadas em 1 500 de suas próprias medidas, e iniciou o emprego desses perfis para demonstrar a faixa longitudinal da vegetação, idéia concebida por ocasião de uma visita a Tenerife (1799). Usou-as, ainda, na demonstração da estrutura geológica e, embora não fôsse o primeiro a fazê-lo, revelou tão bem o seu valor e o corte transversal geológico, que tal invenção lhe é frequentemente atribuída.⁴⁰

Foi, também, o primeiro a dividir as regiões, que havia explorado, em províncias botânicas, cujos mapas foram publicados no seu *Atlas Geographique et Physique du Nouveau Continent* (1814-19). Efetivamente, é a Humboldt que

³⁵ *Cosmos*, vol. 3, p. 7.

³⁶ Plewe, p. 51.

³⁷ Vide *Views of Nature*, pp. 1-21.

³⁸ O Dr. Charles T. Jackson, no relatório referente ao centenário do nascimento de Humboldt, publicado pela Sociedade de História Natural de Boston, registra uma previsão igualmente feliz sobre a descoberta de diamante e platina nos Estados Unidos. (P. 84)

³⁹ Brunhes e Lassell, p. 130.

⁴⁰ Vide discurso de L. Agassiz, por ocasião do centenário de Humboldt, (Sociedade de História Natural de Boston, p. 25).

os modernos geógrafos devem a maioria dos métodos gráficos que possibilitam o seu trabalho.

Em todos estes pontos, Humboldt esposava fundamentalmente as idéias de Ritter. No entanto, os dois divergiam na aproximação filosófica da natureza. Como foi demonstrado anteriormente, Humboldt acreditava na unidade da natureza. Aceitava também a idéia de casualidade inerente. "Esforcei-me, no meu esbôço da terra, em dispor os fenômenos naturais de tal maneira que permitisse indicar a sua conexão causal". (conf. com a declaração de Ritter, na p. 46). "Nos vários grupos de fenômenos devemos, ainda, contentar-nos em reconhecer as leis empíricas; no entanto, o objetivo mais alto e mais raramente atingido da pesquisa natural, será sempre o de descobrir a sua conexão causal".⁴¹

Porém, no conceito de Humboldt sobre a unidade e a casualidade, não havia nada da atitude antropocêntrica de Ritter, nem seus pontos de vista teleológicos. Humboldt não podia ir além dos filósofos idealistas, como Ritter. Era antipático a Hegel. Sua concepção da unidade era muito mais estética do que teleológica, e mais semelhante ao conceito de Goethe do que de Ritter. Este elo com Weimar, o próprio Humboldt reconhecia. Em carta dirigida a Frau Caroline von Wolzogen, escreveu:

"As vastas cordilheiras e os incomensuráveis mares, assim como os aspectos da natureza, se possível, mais impressionantes e sublimes, intrômeteram-se entre aqueles dias e o presente — embora mil maravilhas passassem, desde então, pela minha mente, "o novo sempre se tem entrelaçado com o velho", as coisas desconhecidas assimilaram-se às associações dos tempos idos; e, vejo-me obrigado a admitir, enquanto percorro as florestas da Amazônia, ou escalo a cordilheira dos Andes, de que existe apenas um espírito que anima toda a natureza de pólo a pólo³ porém uma vida inspirada das pedras, plantas, e animais, e até no próprio homem. De todas as minhas peregrinações, impressionou-me a convicção da poderosa influência exercida sobre mim pela sociedade de Jena, de como, através da associação com Goethe, minhas considerações sobre a natureza exaltaram-se, vendo-me possuído de novas sensações perceptivas."⁴²

Wie alles sich zum ganzen webt

*Eins in dem Andern wirkt und lebt*⁴³

Isto era o que Humboldt procurava na natureza. Aparentemente, não sentia necessidade de ver essa unidade, ordenada por Deus, para o desenvolvimento do homem. A sua atitude, embora não lhe desse expressão formal, era tão panteísta que, até antes da sua morte, acusaram-no de ateísmo, e o humanismo, desde então, homenageou-o como um de seus fundadores.

Tais julgamentos, entretanto, estão longe de ser verdadeiros. Louis Agassiz que o conheceu, em discurso pronunciado em Boston, por ocasião do centenário do nascimento de Humboldt, refutou a acusação e chamou a atenção para a descrição feita pelo mesmo sobre o universo como "Gottes erhabenes Reich". No mesmo documento, T. S. Fay relata a indignação de Humboldt, uma ocasião, em que foi acusado de não acreditar em Deus.⁴⁴

Humboldt e Ritter diferenciavam-se bastante com relação ao âmbito de trabalho. O domínio de Humboldt era o estudo sistemático; a geografia regional (*Länderkunde*) era o domínio de Ritter. No entanto, pode-se dar pouca importância a essa diferença. Nas aulas, Ritter encarecia a importância do estudo sistemático nas bases do *Länderkunde*, e o seu plano do *Erdkunde* incluía um volume final sobre geografia sistemática. Por outro lado, Humboldt publicava vários estudos regionais, tendo como modelo essa espécie.⁴⁵ E ainda mais, ele não apenas reconhecia a existência da região, como parecia aceitar a idéia

⁴¹ *Cosmos*, vol. 3, p. 7.

⁴² Brunhes e Lassell, vol. 1, p. 359.

⁴³ *Faust*, parte I, p. 447.

⁴⁴ Centenário do nascimento de Alex. von Humboldt, na Sociedade de História Natural de Boston, em 1869.

⁴⁵ Vide "Plateau of Coxamana" em *Views of Nature* e Ensaio, s/Cuba (publicado em separado) e México, nos relatórios de *Journey in the Equinoctial Regions of the New World*, de sua autoria.

da individualidade geográfica, tão preeminentemente colocada no pensamento de Ritter.

"A divisão das montanhas em cadeias separa a superfície da terra em bacias diferentes, que muitas vezes são estreitas e colocadas entre paredes, formando vales em forma de caldeirão (como na Grécia e parte da Ásia Menor) constituindo um clima local individual com relação ao calor, umidade, transparência atmosférica e frequência de ventos e tempestades. Essas circunstâncias, em todos os tempos, exerceram poderosa influência sobre a qualidade e a cultura dos produtos naturais e nos costumes e instituições das nações vizinhas, e até nos sentimentos com os quais consideram umas as outras. Esse feito de individualidade geográfica atinge o máximo, se assim podemos nos expressar, nos países onde as diferenças da configuração do solo são as maiores possíveis, tanto em direção vertical como horizontal, e igualmente no relevo e na articulação do continente.⁴⁰

Humboldt, no entanto, não desenvolveu este tema. Não se importava primordialmente com o *Länderkunde*, nem se pronunciou com relação à sua posição dentro do trabalho geográfico.

Ritter e Humboldt, pôsto que seus trabalhos se entrelaçassem, eram, entretanto, complemento um do outro. Humboldt emprestou método e forma à geografia sistemática (climatologia e geografia das plantas), Ritter fundou o estudo regional. Juntos, empreenderam um quase completo e moderno programa de geografia.

Assim, é de lamentar-se que Ritter, através de seus ensinamentos na universidade, e nos vários estudos sobre metodologia, houvesse influenciado muito mais à geração subsequente do que Humboldt, cujos trabalhos, dispersos por tantos jornais, fossem menos conhecidos, pelo menos entre os geógrafos. A princípio, a influência de Humboldt foi muito maior no desenvolvimento das ciências sistemáticas e, quando uma década mais tarde, elas principiaram a preocupar os geógrafos, estes consideraram a sua obra, não como complemento, mas como contrária à obra de Ritter, usando-o com a finalidade de fortalecer o dualismo existente entre a geografia regional e a geografia física, o que durou até o término do século.

Ambos Humboldt e Ritter morreram em 1859. No mesmo ano, a *Origin of Species* foi publicada. A morte dos dois, marcou não apenas o fim de um período de desenvolvimento geográfico, como o princípio de uma crise do pensamento científico e filosófico.

O idealismo que, sob diversas formas, ocupara o campo pelo espaço de meio século, sucumbira agora, ante a investida materialista. No ramo científico, o materialismo ocupou lugar de realce nas leis naturais e da casualidade. No entanto, decorreu uma década até que a influência materialista afetasse decididamente o pensamento geográfico. O intervalo foi de confusão.

Embora os trabalhos de Ritter e Humboldt abarcassem todo o ramo da geografia, não deixaram eles um sistema claro e inconfundível sobre o assunto; realmente, o caráter complementar de suas obras não foi compreendido de pronto. Além disso, os seus sucessores, sem compreenderem quão fortemente a maneira dos referidos mestres encararem os fatos estava moldada no idealismo de Kant, procuraram deduzir uma filosofia por meio da leitura do que haviam escrito, especialmente do que escrevera Ritter. Primeiro um aspecto, depois outro, foram tomados e proclamados como o âmago essencial da geografia, cada proponente reivindicando a autoridade do mestre para a sua particular interpretação.

O conceito de Ritter com referência a *Ganzheit*, ou o *Todo*, tão fora da alçada do pensamento materialista, foi rejeitado na sua maioria, e, com ele, parece que se foi também, o reconhecimento da necessidade que tem uma ciência de estudar a relação dos fenômenos no espaço. Destituído desse importantíssimo fator de unificação, tornou-se impossível realizar um sistema geográfico coerente.

A terminologia de Ritter, não muito feliz, aumentou tal complexidade. Da mesma forma que os primeiros geógrafos tentaram deduzir o âmbito da

⁴⁰ *Cosmos*, vol. I, p. 334.

matéria, pela designação *Erdbeschreibung* e limitaram-se à descrição, novas definições foram, outrossim, derivadas de *Erdkunde* e *Vergleichende Geographie*, difundindo-se a idéia de que geografia era realmente, a ciência comparativa do universo.

Fröbel e Peschel

A interpretação correta de "comparativo" ocasionou muita controvérsia sobre metodologia. Fröbel, (1831-6) quando Ritter ainda vivia, criticou o emprêgo desse termo, reclamando a sua definição. A resposta de Ritter evidenciou não ter o referido termo significação muito clara, sendo apenas um termo adequado para distinguir a geografia do século dezoito, da geografia do século dezoito. Parece, entretanto, que Fröbel nunca o entendeu plenamente.

Ele argumentava que comparar uma região da superfície da terra com uma outra, era equivalente a comparar anatômicamente uma perna com um braço. A ciência comparativa da terra podia apenas ser justificada como título, se empregada a fim de designar a comparação da terra com outros corpos celestes. Continuando, disse que a geografia, tomada como o estudo da superfície da terra, podia apenas empregar a comparação no tratamento do detalhe, isto é, comparando uma única montanha (ou rio, etc.) com outra, e, uma vez que tal comparação já estava implícita nas designações estabelecidas de estepes, rios, planaltos, povo nômade, *Vergleichend* era supérflua como qualificação geográfica.

Fröbel também rejeitava a teleologia de Ritter. "A geografia não pode mais considerar a terra como mera habitação da humanidade, nem o botânico conservar o ponto de vista de que a relva existe apenas para servir de forragem ao gado."⁴⁷

Reclamava para a geografia o termo de ciência natural, que se relacionava com a superfície da terra estudada de maneira sistemática, isto é, no relevo, clima, vegetação, animais e homem, e tentava esclarecer em todos os seus aspectos, a interrelação dos vários fatores. Assim sendo, não havia lugar na geografia para a *Länderkunde* de Ritter, nem para o método de síntese exigido por tais estudos. Os geógrafos deveriam usar apenas a análise. Argumentava desta forma, tendo por exemplo a anatomia, onde o anatomista primeiramente encontrava o corpo e depois, principiava a dissecá-lo em partes subordinadas ao estudo. Os geógrafos, afirmava, primeiro, defrontavam-se com a região inteira; estas, por sua vez, deviam ser analisadas em partes separadas, relevo, clima, vegetação, etc., para estudo. Neste ponto, Fröbel deixou de compreender que a síntese de Ritter na *Länderkunde* foi precedida da própria análise proposta por ele.

Mais tarde, Fröbel, na elaboração de suas opiniões, limitou a geografia à geografia física sistemática, inclusive a etnografia. Juntamente, poderia haver uma geografia filosófica e histórica, que tratasse do estudo sistemático da terra como a pátria do homem, porém, as duas, jamais poderiam ser anexadas a uma única ciência.⁴⁸

Os menos críticos discípulos de Ritter viram-se, também, na incerteza da essencialidade da designação *Vergleichend* e puseram de lado muitas definições.

O mais lógico desenvolvimento da obra de Ritter foi provavelmente o dos geógrafos que estudaram a interrelação dos vários fenômenos, relevo, clima, vegetação, animal e homem, dentro de uma área particular. Lüdde foi um deles. Salientou, por exemplo, a existência de três tipos de comparação geográfica.

1. Comparação de um elemento com outro em determinada região, isto é vegetação com clima e solo.
2. Comparação das condições atuais de uma região com as da mesma região, em etapa anterior de desenvolvimento.
3. Comparação de uma região com a outra, cada uma delas considerada como um todo.

⁴⁷ De conformidade com a citação de Leighly, "Controvérsia metodológica sobre a geografia na Alemanha do século dezoito". *Annals of the A.A.G.*, vol. 28.

⁴⁸ Vide Hartshorne, p. 104.

Tôdas eram essenciais, nenhuma de per si, poderia reivindicar o título de "geografia comparativa", e, na verdade, somente quando eram estudados os aspectos físicos e biológicos de uma região, com o homem, sua história e cultura (inclusive a ética, religião e forma estética) é que se podia realmente dizer estar fazendo *Vergleichende Geographie*, dentro da concepção de Ritter.

Wappäus (1885) dá a mesma definição na sua *Geografia Física* quando diz: "*Vergleichende Erdkunde* é geografia quando na apreciação da superfície da terra, ela não separa os pontos de vista físicos e históricos, porém apresenta em cada unidade, as relações físicas e éticas (*ethischen*) na sua dependência e influências mútuas".⁴⁰

Outros, influenciados pelo antropocentrismo de Ritter limitaram *Vergleichende Erdkunde* ao estudo do homem em relação com o meio físico, alguns estendendo essa interpretação tão longe ao ponto de deixarem a geografia a fim de se tornarem historiadores. Muitos, desejando justificar o adjetivo *comparativo*, compararam tudo, forma geométrica dos países, comprimento e largura, altitude das montanhas, etc. estendendo-os absurdamente.

Uma medida de ordem foi restabelecida e dada nova direção, quando Oscar Peschel, (considerado por Kirchoff, juntamente com Humboldt e Ritter, um dos três *Hauptlehrer der neuerer Erdkunde* (1826-75), publicou *Das Wesen und die Aufgaben der Vergleichende Erdkunde* (1867) e *Neue Probleme der Vergleichende Erdkunde als Versuch einer Morphologie der Erdoberfläche* (1870). Imbuído da filosofia materialista do seu tempo, Peschel afastou-se do sistema idealista construído por Kant, Humboldt e Ritter.

A geografia seria ciência sistemática e empírica; e o seu método consistiria da observação, obter deduções dessas observações, e corrigi-las por novas observações. O seu grande respeito pelas leis naturais levaram-no a tentar a classificação causal dos aspectos do relevo da superfície da terra. Em tais estudos, empregou o termo *Vergleichend* para designar o método da investigação que comparava tôdas as formas de um particular tipo de relevo (isto é, *fiords*) com outro, a fim de que, reconhecendo fases intermediárias, podia-se chegar à compreensão de sua formação. Peschel procurava a casualidade puramente mecânica, nada tendo a ver com a finalidade; os pontos de vista teleológicos de Ritter eram quase inaceitáveis.

A crítica feita por Peschel à filosofia de Ritter e do emprêgo de *Vergleichend* provocou discussão acalorada porém não produziu coisa alguma que tivesse valor duradouro, em virtude de basear-se na má interpretação da posição de Ritter.

Por outro lado, a pesquisa morfológica de Peschel ocasionou revolução na geografia física. O interesse desviou-se do *Länderkunde*, e focalizou os estudos sistemáticos de maneira que fazia lembrar o amplo interesse de Humboldt, embora não revivesse o seu amplo interesse em todos os aspectos da geografia física, nem a sua ênfase idealista da unidade da natureza. Os estudos sistemáticos, dentro de sua maneira nova, eram altamente especializados, e levados a efeito por cientistas que tendiam em ser primeiro geomorfologistas e climatologistas, e geógrafos apenas em segundo lugar.

A classificação genética de Peschel sobre os tipos de relevo proveram o conceito do qual a formulação da geomorfologia podia originar-se e de fato originou-se. Iniciou o desenvolvimento que culminou no trabalho de W. M. Davis, e o reconhecimento do ciclo da erosão. Esta realização foi tão extraordinária e as possibilidades de investigação abertas pela mesma tão sedutoras que, por algum tempo, o estudo das formas do terreno tornou-se a parte dominante da geografia, e, na verdade, é possível, designar universidades onde tal situação ainda persiste.

Estudos sistemáticos sobre climatologia (Buchan, Loomis, Hahn, Köppen), geografia das plantas (Von Sachs, Haberlandt, Grisebach, Warming) confirmaram tal concentração na geografia física (no sentido moderno) introduzindo nova forma de dualismo à matéria. Anteriormente, houve uma dupla divisão; uma, entre a geografia física e a geografia histórico-política (vede

⁴⁰ *Handbuch der Geographie und Statistik*, Stein e Hörchelmann, 7.ª edição, vol. I. J. E. Wappäus.

Fröbel), a outra, entre os estudos sistemáticos e a *Länderkunde*. Atualmente, resolveu-se dividir a geografia física sistemática, da geografia humana regional, das quais a primeira foi considerada muito mais importante.

Um exemplo marcante deste tipo de atitude foi fornecido por Gerland (1887). Aceitando *Erdkunde* como a correta designação da geografia, argumentou significar ela a "ciência da terra", e, por conseguinte, a própria terra (não apenas a sua superfície) constituía o próprio objeto da investigação geográfica.

"A terra é um conjunto de matéria em processo de desenvolvimento... A tarefa do geógrafo é pesquisar a influência das forças que operam no material dessa terra, e os resultados da operação de tal força no formato e na modificação desse material"⁵⁰

A geografia, assim definida, deve ser uma exata ciência física, isto é, uma ciência cujas leis são fixas e exatas. O homem, por conseguinte, deve ser excluído, em parte porque não pode ser tratado por leis exatas, e em parte porque estudos tais como a antropologia, etnologia, geografia histórica, que se relacionam com o homem, não nos ensinam nada sobre a própria terra, e, nos mesmos, a geografia serve apenas como auxílio elucidativo dos dados.

Este argumento foi levado tão longe que, não somente, excluiu-se da geografia o estudo do homem em relação ao meio, como Gerland realmente afirmou que o destino dos povos se determinava não pelo meio geográfico, mas pelo caráter e *background* histórico.⁵¹ A geografia de Garland consistiu, dessa forma, em uma combinação da geofísica e da geografia física descritiva, incluindo, por estranho que pareça, a geografia das plantas e dos animais. Essas opiniões pouco afetaram o curso principal do pensamento geográfico. Em seu conjunto, todos os geógrafos, embora não muito certos sobre o verdadeiro lugar do homem no seu campo de estudo, não estavam preparados a excluí-lo completamente; de fato, como foi logo salientado, a própria tese de Garland era ilógica quando excluía o homem e conservava animais e plantas.

Friedrich Ratzel

A incerteza terminara, e o lugar do homem fôra firme e finalmente assegurado dentro da geografia, por intermédio da obra de Ratzel e seus adeptos. A *Anthropogeographie*, cujo primeiro volume foi publicado em 1882, exatamente antes da controvérsia de Garland, fez, com relação à geografia humana, o que a obra de Peschel havia feito com relação à geomorfologia, isto é, estabeleceu o estudo de todos esses aspectos da superfície da terra que estão relacionados com o homem dentro de moldes sistemáticos. Ratzel entrou em contacto com a geografia de maneira muito semelhante à de Humboldt, "por meio de viagens, pelo contacto direto com a realidade".⁵² Em suas próprias palavras: "Viajei, desenhei, descrevi. Desta forma, fui levado ao *Naturschilderung*". Seus interesses eram vários, sua instrução profunda. Pesquisou sobre geografia física nos *fiords* e nos cumes de neve das montanhas da Alemanha, editando o *Geographischer Handbúcher*, obra pertencente à série na qual apareceram *Gletscherkunde* de Heim, *Klimatologie* de Hahn, e *Morphologie* de Penck.

É interessante recordar o seu interesse na *geografia física* porque serve para explicar a razão de nunca ter Ratzel perdido de vista as forças circundantes, quando voltou a atenção para a complexidade dos fenômenos humanos.

"Possuía em alto grau o senso das realidades terrestres (escreveu Brunhes). Distinguia os fatos humanos sobre a terra, não mais como filósofo, historiador ou simples etnógrafo, ou economista, porém como geógrafo. Reconhecia suas inúmeras, complexas, variadas relações com os fatos de ordem física, altitude, topografia, clima, vegetação. Observava os homens povoando o globo, trabalhando na sua superfície, procurando o sustento, e fazendo história na terra; observava-os com olhos de verdadeiro naturalista".⁵³

O volume I de *Anthropogeographie* tentou mostrar de que maneira a distribuição do homem sobre a terra havia sido mais ou menos controlada pelas

⁵⁰ Citado por Leighly, "Metodologia e controvérsia sobre a geografia na Alemanha do século dezanove. *Anais da A.A.G.*, vol. p. 28, p. 250.

⁵¹ Leighly, op. cit., p. 252.

⁵² Brunhes, *Human Geography*, p. 33.

⁵³ *Ibid.*, p. 33.

fôrças naturais. O volume III, publicado em 1891, descreveu a distribuição existente. O primeiro volume consistia na repetição do tema tratado por Ritter na *Erdkunde*, e o próprio Ratzel salientou o fato de estar desenvolvendo as idéias de Ritter, na conformidade do recentemente estabelecido método científico.

Na sua grande e última obra *Die Erde und das Leben. Eine Vergleichende Erdkunde* (1901-2) escreveu êle: "Este livro contém o subtítulo *Vergleichende Erdkunde* porque apresenta a interrelação dos fenômenos da superfície da terra, segundo a concepção de Karl Ritter". A semelhança de Ritter, tentou compreender o "mundo como um todo integral, uma unidade interdependente". Entretanto, a obra de Ratzel diferia da de Ritter, em dois importantes aspectos: considerava a geografia humana sistematicamente e não regionalmente, e do ponto de vista de Darwin.

Ratzel via o homem como o produto final da evolução, uma evolução cuja principal consequência era a seleção natural dos tipos na conformidade da capacidade de ajustarem-se ao meio físico. Assim, enquanto Ritter escrevera sobre a relação recíproca do homem e da natureza, relação esta que era parte de um todo harmonioso, servindo às finalidades criadoras de Deus, Ratzel tendia a ver o homem como o produto de seu meio, moldado pelas fôrças físicas que o cercavam e somente vencendo quando adequadamente adaptado à exigência das mesmas; a finalidade última de tal adaptação, se houver, está fora da laçada de suas pesquisas. Dessa forma, há um matiz determinista na maioria das obras escritas por êle.

Em 1897 deu outra grande contribuição por meio da *Political Geography*. Esta dá nova versão ao velho tópico, dentro dos moldes relativos aos princípios enunciados por êle na *Anthropogeographie*. Na introdução, salienta Ratzel que, tendo Ritter demonstrado a importância dos geógrafos estudarem a influência do meio no desenvolvimento histórico, seus sucessores tinham feito chegar "a descrição regional, compilação de estatísticas, e mapas políticos e históricos a um estado de perfeição nunca atingidos anteriormente"; entretanto,

— o desenvolvimento da geografia política está ainda muito aquém de todos os ramos de nossa matéria, e as ciências políticas mostram raras e ligeiras influências geográficas, quer seja a de ter a geografia pôsto à disposição das mesmas, crescentes melhoramentos na feitura dos mapas, estudos regionais e estatísticos de área e população. —

O que era necessário, argumentou êle, era "organizar o grande volume de assuntos obedecendo a uma clara classificação" e iniciar a procura de um método comparativo e o ponto de vista evolucionário (*eine vergleichende und auf die Entwicklung ausgehende Durchforschung*). Em outras palavras, "o que ainda resta fazer para dar melhor destaque à geografia política, pode somente ser feito por meio de investigação comparativa das relações entre o estado e a superfície da terra".

A influência da biologia evolucionista levou Ratzel a adotar a teoria orgânica do estado e sociedade, isto é, o conceito do estado como um organismo, parte humano e parte terrestre (*Ein Stuck Menschheit und ein Stuck Boden*).

Neste livro, (escreveu, os estados são considerados em tôdas as fases de sua evolução como organismos, cujo aspecto geográfico reside na sua necessária relação com o solo. Nesse solo evoluem, como demonstram a história e a etnografia, enquanto cada vez mais se aprofundam em seus recursos. Dêste modo, parecem formas limitadas em áreas e nelas localizadas (*räumlich begrenzt und räumlich gelagerte*) no círculo de fenômenos que podem ser geográficamente descritos medidos, mapeados, ou comparados.

Embora praticando tal conceito, Ratzel compreendia a sua insuficiência, considerando-o apenas um sistema conveniente. Em sua magnífica exposição sobre o método de Ratzel, Semple pôde eliminá-lo sem no entanto, destruir o que quer que fôsse do valor real da obra.

— A teoria orgânica da sociedade e do estado torna a *Anthropogeographie* permeável, pois Ratzel formulou seus princípios numa época em que Herbert Spencer exercia grande influência sobre o pensamento na Europa. Essa teoria, agora geralmente abandonada pelos sociólogos, tinha de ser eliminada

de qualquer nova declaração relativa ao sistema de Ratzel e, embora tenha sido por várias vezes aplicada no original, manteve-se mais como um andaime ao redor de um edifício terminado; a estabilidade da estrutura, após a remoção do andaime, demonstrou o quanto éste era estranho ao conjunto. No entanto, a teoria prestou relevante serviço, inculcando no espirito de Ratzel a duradoura conexão entre a terra e o povo.⁵⁴

Mais recentemente, é lamentável dizer, geógrafos destituídos da inteligência de Semple fizeram reviver o referido conceito, de uma forma muito rígida, tornando-o princípio básico da geopolítica. O desenvolvimento da teoria orgânica do estado, constitui apenas uma parte da *Political Geography*. No restante do livro, as relações entre o desenvolvimento e o caráter das unidades políticas e sua posição na superfície da terra, tamanho, fronteiras, relação com o mar, etc., são tôdas sistemática e criticamente investigadas.

Tais idéias, tão comuns atualmente, não tinham jamais sido cientificamente expostas antes; e, é apenas depois de comparar o tratamento de Ratzel sobre a geografia política, com a insípida compilação estatística de seus predecessores imediatos, que se tem a idéia da qualidade revolucionária de sua obra.

As contribuições de Ratzel no tocante à geografia foram imensas e nem a menor delas constituiu sua invenção do termo *Anthropogeographie* que poderia ser empregado com referência ao novo grupo de estudos sistemáticos, porém é como "inventor de idéias que reside a sua grandeza, e não no desenvolvimento de disciplina metódica" (Brunhes). A opinião de Semple está de acôrdo com éste conceito.

— A própria fecundidade de suas idéias por muitas vezes não lhe deixaram tempo para testar a validade de seus princípios. Enuncia brilhante generalização, uma após a outra.

Por vezes, revela espirito de profeta ou de poeta, quando expande conclusões altamente sugestivas aos crédulos, e que, entretanto, sendo examinadas, demonstram inviabilidade, ou que, pelo menos, requerem classificação dentro de outras qualificações. No entanto, estas, constituem apenas as escórias oriundas da grande fornalha do seu espirito, nem sempre destituídas de valor. A despeito do brilhantismo e do longo alcance de suas conclusões éle não executou um plano bem delineado. Ou antes, cresceu com a sua obra, e esta juntamente com seus problemas, cresceram com éle. Tinha uma visão do alto, com relação às coisas, mantendo as vistas tornadas para o horizonte longínquo e, na esplêndida elevação de suas concepções científicas, muitas vezes descuidava-se dos pormenores próximos a éle. Nisto reside sua grandeza e suas limitações.⁵⁵

Qualquer que seja o veredicto final da obra de Ratzel (e Brunhes coloca-o ao lado de Ritter) foi éste de grande importância pelo fato de ter corrigido a tendência preponderante de superestimar os aspectos físicos da geografia, estabelecendo um ponto de vista mais equilibrado.

As lacunas da sua obra foram preenchidas pelos estudiosos mais moços, os quais se inspiraram nêle. Da mesma forma que a obra de Peschel ocasionou a predominância da geomorfologia sobre a geografia, por algum tempo, Ratzel também, estabeleceu a demasiada importância da geografia humana. Isto era particularmente certo na Inglaterra e na América onde, em grande parte em virtude do interesse despertado por Semple pela antropogeografia, principiouse a definir a geografia como o estudo da relação do homem com o meio. O desenvolvimento dêste ponto, entretanto, pertence à história do século vinte, estando fora da laçada dêste capítulo.

Ratzel livrou o estudo do homem da sua anterior dependência como fazendo parte da *Länderkunde*, porém agindo assim, não prejudicou o dualismo da geografia. Na verdade, a sua obra serviu para reter o interesse ainda mais firmemente sobre os estudos sistemáticos, e continuou-se a dispensar pouca atenção à geografia regional.

⁵⁴ E. C. Semple, *Influences of Geographic Environment*, 1911, p. v.

⁵⁵ E. C. Semple, *Influences of Geographic Environment*, 1911, p. v.

Entretanto, nunca se deixou de considerar a importância dos estudos regionais. Marthe (1877) foi um dos que salientou a sua importância. Definiu a geografia "a ciência da distribuição", ou mais ligeiramente, "o lugar das coisas", e definiu a *Vergleichende Geographie* a procura das relações causais. Nessa procura, argumentou que o ponto de partida era o estudo de uma área restrita; o reconhecimento das relações causais em pequenas localidades constituía a elementar premissa de seu reconhecimento em regiões maiores, ou pelo mundo inteiro, como um todo. No estudo das áreas menores restabeleceu os termos usados pelos gregos, "corografia", "corologia".⁵⁰ Tal ponto de vista foi expandido novamente, em termos mais incisivos, por Richtofen na sua aula inaugural, em Leipzig, 1883.

Embora fôsse a geomorfologia a sua principal preocupação, Richtofen reconhecia que o princípio relativo à área era indispensável à geografia. A natureza heterogênea dos fenômenos da superfície da terra, argumentava, tornou necessários os estudos sistemáticos, os quais êle dividia em três: aspectos das características físicas; da vida animal e vegetal; do homem e suas obras. Porém, eram apenas preliminares à principal missão da geografia, "a compreensão das relações causais nas áreas" (Hartshorne). Desta forma, Richtofen sugeriu uma relação entre os estudos regionais e sistemáticos, relação esta que evocava o ponto de vista de Ritter e Humboldt.

A última década do século viu a referida sugestão transformada em sistema estabelecido. Novamente, mudanças no pensamento filosófico prepararam o caminho. O materialismo absoluto, pôsto que atraente aos cientistas, é raramente aceitável aos filósofos profissionais. Logo em 1860, surgiram contestações à tese materialista, e tentativas foram feitas para juntar em um só sistema, o ponto de vista científico com o idealismo de Kant. Nos tempos modernos, o neo-kantismo tornou-se muito mais aceitável aos cientistas do que aos filósofos profissionais. Esta mudança de atitude por parte dos cientistas evidenciou-se pela comparação entre o discurso de Tyndal, na Associação Britânica, em 1874, em que falou "da absolutamente natural e inevitável marcha da evolução dos átomos das primeiras nebulosas às normas da Associação de Ciência Britânica, e o de Sir James Jeans, na Associação Britânica, 1934, quando disse que "Pouco resta do materialismo proibitivo dos cientistas da era vitoriana, a física moderna desloca-se em direção do idealismo filosófico".

A transposição dessa nova filosofia para a geografia foi empreendida por Alfred Hettner, geógrafo conhecedor profundo da filosofia. Em seus trabalhos, reviveu as definições de Kant sobre geografia, e dentro desse sistema anexou os estudos sistemáticos de Humboldt, Peschel, Ratzel, e os estudos das regiões de acôrdo com as definições de Ritter, Marthe, Richtofen, transformando-os em um todo coerente. E em grande parte graças a Hettner que o dualismo, que por tanto tempo constituiu obstáculo à geografia, foi transposto com êxito. A grande parte da obra de Hettner, no entanto, foi publicada depois de 1900 e, por conseguinte, o exame mais pormenorizado dessa contribuição, está fora da laçada deste capítulo.

A geografia fora da Alemanha

Outras importantes realizações acompanharam a ascensão do regionalismo. Consistiram na ampliação do interesse pela geografia científica, além das fronteiras da Alemanha. Durante as últimas décadas do século, escolas similares estabeleceram-se em muitos países europeus e nos Estados Unidos da América, e a sua fundação pôs um término ao monopólio da Alemanha com relação à geografia, que se havia mantido sem rival desde 1750.

Em 1898, um relatório da situação em curso, da autoria do Prof. C. R. Dyer, da Escola Normal do Estado de Indiana, revelou que a geografia estava sendo ministrada por 121 professores em 92 instituições do estudo secundário. A Alemanha encabeçava a lista com 32 professores em 22 instituições escolares; França, possuía 22 professores e 16 instituições; Rússia, 16 professores e 11 instituições; Áustria, 14 professores e 10 instituições; Itália, 9 professores e 7

⁵⁰ Hartshorne, pp. 91-2.

instituições; Grã-Bretanha, 6 professôres e 6 instituições; Suíça, 6 professôres e 4 instituições; Estados Unidos, 3 professôres e 3 instituições. Quase todo êsse progresso registrado pelo referido professor C. R. Dryer havia-se processado depois de 1850, na grande maioria, depois de 1880.

Nos Estados Unidos, o interesse acadêmico pela geografia estava mais difundido do que as cifras acima citadas podem sugerir. O primeiro professor de geografia foi nomeado em Princeton, em 1854. Foi êle Arnold Guyot, discípulo de Ritter e amigo de Humboldt, que deixara sua terra natal, a Suíça, em 1848, e, por sugestão de Louis Agassiz, estabeleceu-se na América.

Por ocasião da data da sua nomeação até 1900, doze universidades haviam inaugurado cursos de geografia, embora nem tôdas fizessem desta disciplina, parte permanente do currículo. Além disso, a geografia física era frequentemente ministrada em departamentos de geologia por professôres que talvez não tivessem figurado na *Minerva* como geógrafos, de onde o Prof. Dryer havia tirado os dados.

Na verdade, embora os Estados Unidos tivessem classificação baixa com relação ao número de departamentos universitários de geografia, foram beneficiados pela glória de possuir um grande professor, William Morris Davis, cuja capacidade igualava à dos maiores geógrafos do século dezenove e cuja obra já havia influenciado o pensamento científico alemão.

Na França, o interesse pela geografia foi despertado pela volumosa obra de Élisée Reclus, um dos discípulos de Ritter. Reclus publicou *La Terre*, geografia física, em 1866-7, e a *Nouvelle Géographie Universelle*, um levantamento geral do mundo dentro dos moldes da *Erdkunde*, de Ritter, em dezenove volumes (1875-94).

Pesquisas relativas à geografia humana foram incentivadas pelo sociólogo Le Play (1806-82), pela ênfase dada à estreita relação entre o *habitat* e a sociedade. Dos seus ensinamentos resultou *Les Sociétés Africaines*, de Prévile (1894) e *Comment la route crée le type sociale* de Demolin (1901-3).

A verdadeira criação da escola francesa, no entanto, é atribuída ao ano de 1898 quando Paul Vidal de la Blache deixou o pòsto de professor na École Normale Supérieure para ocupar a cátedra de geografia na Sorbonne.

Nos vinte anos subsequentes, até à sua morte, em 1918, Vidal de la Blache, através de sua obra e ensinamentos, moldou a geografia na França. Seu *Tableau de la Géographie de la France* (1903) e as monografias sôbre o termo francês *pays* escritas pelos seus adeptos (Gallois, Demangeon, Levainville, etc.) são clássicos da geografia regional, e certamente, no desenvolvimento do conceito regional, Vidal de la Blache teve papel preponderante.

Na Grã-Bretanha, a geografia universitária teve início em 1887 quando a Real Sociedade de Geografia (fundada em 1831) deu concessões a Oxford e Cambridge com relação ao salário de conferencistas-professôres.

Halford Mackinder foi nomeado para Oxford em 1887 e Yule Oldham para Cambridge, no ano de 1893 (onde os dois primeiros professôres tinham pedido demissão logo após as suas nomeações).

Doze anos depois, fundou-se a Escola de Geografia de Oxford e A. J. Herbertson tornou-se assistente de Mackinder. Tendo-se realizado acontecimentos semelhantes na Rumânia, Áustria, Itália, Suíça, etc., a geografia científica ingressou no século vinte numa onda expansionista que se tem mantido em permanente crescimento, sem curva, até o presente.

O trabalho dessas diferentes escolas nacionais ampliaram grandemente o campo da pesquisa, aprofundando e enriquecendo a corrente do pensamento geográfico, com resultados interessantes, alguns dos quais são descritos nos capítulos que se seguem.

Fazendo um retrospecto final sôbre a evolução geográfica esboçada no presente trabalho, provavelmente o ponto mais interessante de tôda a história é a maneira sensível pela qual as idéias geográficas de todos os períodos refletiram os rumos do pensamento filosófico através dos tempos. Qual a relação entre a geografia moderna e os atuais sistemas filosóficos? É a geografia ainda tão sensível? Em caso afirmativo, a influência de pensadores tais como Bergson e Whitehead fará reviver o interesse pela teleologia semelhante à de Ritter, e em virtude da qual foi êle tantas vezes criticado?

Eis um fascinante campo para pesquisa e meditação.

Contribuição à Ciência Geográfica

Pioneiros no Vale do São Francisco

JOSÉ ALMEIDA

O problema da produção agrícola, no país, ao qual, indubitavelmente, está condicionado o da alimentação, mostra-se, ainda, rebelde a uma solução satisfatória, embora os esforços de certos setores governamentais e colaboração privada.

Vivemos uma fase marcante para a economia nacional. Em nenhuma outra oportunidade se apresentou tão premente a necessidade de emprestarmos atenção excepcional às possibilidades das várias regiões. A iniciativa oficial nem sempre se orienta por um sentido realístico e seus objetivos se apresentam confusos. Não há, não tem havido planejamento; realizamos à base da improvisação, do espontaneísmo, sem embasamento, e o que aqui se iniciou com êxito, com perspectivas promissoras, é abandonado a seguir — com desperdício de verbas e desestímulo aos técnicos — em favor de novas experiências que não estão calcadas em observação prévia, em equacionamento justo. Entretanto, possuímos regiões cuja fertilidade do solo é inegável e que se prestam às mais variadas culturas. O Brasil ainda não se mobilizou no sentido de empregar ao máximo a capacidade de recursos, não só para vencer as dificuldades do momento crítico que atravessamos, como para fruir maiores resultados, preservando, para o futuro, a garantia de aproveitamento de quantas possibilidades sejam entreabertas ou incrementadas. Falta-nos, de maneira generalizada, o espírito pioneiro, o arrôjo, a audácia, a iniciativa, tolhidos, via de regra, pelas peias do burocratismo estéril. Aqui e ali, é verdade, verificam-se esforços que culminam em frutos apreciáveis, mas não devidamente aproveitados. Entidades oficiais existem — que trabalham, mas sua atividade é isolada, não desenvolvida em concordância com outros órgãos, o que lhe limita, portanto, a repercussão do trabalho no plano econômico e mesmo administrativo.

Ainda há pouco, por exemplo, *Gleba* (novembro de 58), órgão de Confederação Rural Brasileira, focou, em substancial estudo sobre a bacia do rio São Francisco, seus aspectos econômicos e sociais, apontando as suas possibilidades agrícolas, principalmente no seu trecho setentrional.

E o que ali se diz comprova à saciedade a justeza das nossas observações. Zonas que até há muito foram consideradas impróprias ou mesmo abandonadas pelos poderes públicos revelaram uma fertilidade do solo assombrosa. A vinha e o trigo plantados experimentalmente em regiões banhadas pelo grande rio superaram a expectativa pelos resultados colhidos. O Ministério da Agricultura, que mantém próximo a Juazeiro uma estação experimental e que ali plantou videiras de origem européia, ainda não soube valer-se das conclusões alvissareiras daquele órgão. O Serviço de Expansão do Trigo olvidou por completo o Leste Setentrional, Nordeste e Norte. E qualquer dessas regiões pode produzir trigo. Há variedades para todos os tipos de clima e solo. Os planaltos baianos apresentam trigais belíssimos; no Pará já se plantou trigo com êxito na zona bragantina entre Belém e Bragança, e até mesmo nos arredores da primeira.

A zona de Vitória da Conquista, na Bahia, é considerada excelente para essa cultura. Ceará, Paraíba e Pernambuco já ostentaram os seus trigais. E morreu-se de fome no Brasil!

Mas, se por um lado a desídia, a negligência ou a incapacidade de planejar de alguns órgãos oficiais se revelam prejudiciais à nossa economia, por outro lado, com exiguidade de recursos — compensada por entusiasmo e orientação metódica e realista — outros órgãos se esmeram em destacar as nossas possibilidades. E não se detêm apenas na revelação: executam com vistas para o futuro, capitalizando os resultados, ampliando a conquista feita. O que vem mostrar apenas, a falta de coordenação, a ausência de entrosamento.

A Comissão do Vale do São Francisco enquadra-se no esquema com um elemento positivo de realização, dinamizador, pela visão clara e aguda do problema, pelo senso objetivo e pelo pioneirismo. Adquiriu em 1956, no Rio Grande do Sul, enxertos e estacas de videira, e em São Paulo, em 1957, 30 mil mudas, e, no ano seguinte, 31 350 bacelos de castas selecionadas, providenciando o seu plantio. Os vinhedos dão duas safras anuais e um hectare pode produzir 40 mil quilos de uva. A Comissão ampliou a cultura da videira, estimulou a iniciativa particular e se lança, agora, diretamente ou amparando particulares, à cultura da oliveira. A título experimental plantou um trigal irrigado à margem do São Francisco e colheu 2 100 quilos de grão por hectare, ou seja o dôbro do rendimento dos trigais americanos, argentinos e australianos e quase 3 vezes o dos trigais portugueses. O índice produtivo é, portanto, dos melhores.

O meio físico já não apavora, pois que o trabalho da Comissão do São Francisco tem sido dos mais notáveis no terreno do saneamento e das iniciativas que estimulem o povoamento e proporcionem elementos de fixação do homem à terra. Povoar e sanear não resumem tudo, porém, para a recuperação — melhor se diria integração — da grande região abandonada. É necessário estimular o produtor, dar-lhe assistência técnica, descortinando-lhe pelo exemplo, as possibilidades à sua frente, descobrindo-lhe as imensas perspectivas de lucros certos e a segurança de um futuro sólido.

A ação da Comissão desenvolve-se, igualmente, em plano que não pode ser desmerecido: sacudir do marasmo em que se encontram os órgãos técnicos agrícolas dos estados nordestinos, despertando-lhes a atenção para o tesouro que a terra ubérrima e virgem guarda e que lhes poderá ser de grande valia, em futuro próximo, pela elevação dos índices no quadro geral da produção, por maior circulação de riqueza, aumento da capacidade aquisitiva do povo, contribuição para diminuição dos *deficits*, e recursos que facilitem o encaminhamento de outros problemas permanentemente em pauta, permanentemente considerados urgentes e permanentemente insolúveis à falta de recursos financeiros.

A Comissão do Vale do São Francisco é um exemplo, pela sua atuação, do que se pode alcançar quando se quer trabalhar.



Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Avenida Beira-Mar, 436 — Edifício Iguazu — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatoriamente.

Um Balanço Rápido no Brasil*

PIMENTEL GOMES

O Brasil atingiu a maioridade. Tornou-se um grande país sob todos os pontos de vista. Ainda existem, sem dúvida, vários pontos fracos. Não faltam, porém, pontos fracos no gigantismo dos Estados Unidos e da União Soviética, as duas super-potências do terceiro quartel do século XX. Outras virão depois e não estarão na Europa. Também têm muitos pontos fracos o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e, a França, grandes potências em declínio, e a China e a Índia, grandes potências que surgem. Um balanço completo mostraria quanta razão tem o presidente Kubitschek para não mais aceitar um simples lugar de humilde caudatário na política internacional. Seria preciso escrever um livro. Contentemo-nos com alguns dados.

Estamos na época dos países-continentes. O Brasil é um país-continente, com os seus 8 513 000 quilômetros quadrados, em números redondos. A União Soviética tem 22 403 000 quilômetros quadrados; o Canadá, 9 960 000; a China, 9 736 000, com a Ilha Formosa; os Estados Unidos têm 7 827 000 num único talhão; a Austrália, 7 704 000; a Índia, 3 288 000; a Argentina, 2 778 000 quilômetros quadrados. A França tem apenas 551 000 quilômetros quadrados e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, 244 000. Quanto à área, e isto é importantíssimo, situa-se o Brasil em quarto lugar. Mas apenas a União Soviética tem mais área útil, mais ecúmeno. Os problemas dos trópicos interiores, que eram muitos, a ciência os solucionou. Ainda não solucionou os dos desertos nem os das regiões glaciais e subglaciais. No Canadá, os territórios do noroeste têm 3 379 000 quilômetros quadrados e 19 000 habitantes. O Incon, 536 000 quilômetros quadrados e 12 000 habitantes. Nos Estados Unidos, os oito Estados da Montanha, áridos em parte e semiáridos no restante, têm 2 237 000 quilômetros quadrados e 5 milhões de habitantes. Existem outras zonas pouco aproveitáveis. No Brasil, o discutido Acre tem 154 000 habitantes. A sua população cresce anualmente de 7,6%, enquanto a do Brasil cresce de 2,7% e a dos Estados Unidos de 1,4%.

Quanto à população, a conjuntura brasileira também já é de acentuado destaque. Em 1955, a China tinha 600 milhões de habitantes; a Índia, 381 milhões; a União Soviética, 200 milhões; os Estados Unidos tinham 165 milhões; o Japão tinha 89 milhões; o Paquistão, 82 milhões; a Indonésia, 81 milhões, a Alemanha, 70 milhões; o Brasil, 55 milhões; o Reino Unido, 51 milhões; a França, 43 milhões de habitantes. A população brasileira cresce muito mais depressa do que a de qualquer outro dos países citados. Atualmente, tem 63 milhões de habitantes. Terá 66 milhões em 1960 e 105 milhões em 1980.

O Brasil ocupa um posto destacado na criação de bovinos. Em 1955, tinha 66 milhões de bovinos. Outros países: — Índia, 158 milhões; Estados Unidos, 96 milhões; União Soviética, 67 milhões; China, 66 milhões; França, 17 milhões; Austrália, 15 milhões; Reino Unido, 10 milhões; Canadá, 9 milhões de bovinos.

* Transcrito do *Correio da Manhã*, edição de 10-8-1950, suplemento econômico.

O rebanho brasileiro aumenta de mais de três milhões de cabeças, anualmente. O Brasil terá o maior rebanho mundial de bovinos.

O Brasil tem a terceira grande aviação doméstica do mundo. Em 1956, os aviões comerciais brasileiros voaram 121,4 milhões de quilômetros, e transportaram 3,6 milhões de passageiros e 84 290 toneladas de carga. Havia 347 aeroportos.

As estradas de rodagem ainda deixam muito a desejar. Em todo o caso, em 1955, as rodovias nacionais se alongavam por 22 250 quilômetros; as estaduais, por 54 048 quilômetros e as municipais por 383 416 quilômetros. Havia, no país, 459 714 quilômetros de rodovias. Em 1960, haverá mais de meio milhão de quilômetros de estradas de rodagem. Nunca se construiu tanta rodovia como agora e nunca se pavimentou tanto. Em 1960, Minas Gerais terá três vezes mais estradas concretadas do que o Brasil em 1955.

Tem o país aproximadamente 38 mil quilômetros de ferrovias e mais de 30 mil quilômetros de rios navegáveis. A Marinha Mercante ressurgiu e ressurgiu baseada nos grandes estaleiros navais que teremos em breve.

Ainda há pouca energia elétrica. Em 1949, a potência instalada montava a 1 735 mil quilowatts e a produção se elevava a 8 021 milhões de quilowatts-hora. Em 1952, respectivamente 1 985 mil e 10 029 milhões; em 1955, 3 148 mil e 12 490 milhões; em 1957, 3 550 mil e 15 046 milhões; em 1960, mais de 5 milhões de quilowatts de potência e uma produção aproximada de 25 000 milhões de quilowatts-hora. Em 1965, mais de 8 milhões de quilowatts instalados e uma produção aproximada de 40 milhões de quilowatts-hora.

Em 1961, o Brasil poderá fabricar mais de 230 mil automóveis — automóveis, caminhões, ônibus, jipes, peruas...

Entre 1955 e 1961, a produção brasileira de celulose passará de 90 mil a 260 mil toneladas, no mínimo. A produção de papel de imprensa irá de 40 mil a 200 mil toneladas. A produção de álcalis subirá de 20 mil a 152 mil toneladas.

O Brasil se encontra em franco desenvolvimento. Comprovam-no as estatísticas. Decididamente o Brasil atingiu a maioridade. Não pode continuar como humilde caudatário.

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se este à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

Escolha do Sítio para Brasília

Eng.º FLÁVIO VIEIRA

Do Diretório Central do Conselho Nacional
de Geografia

Para que o acontecimento histórico fique registrado no *Boletim Geográfico*, do Conselho Nacional de Geografia, vamos procurar narrar, sucintamente, como se procedeu à escolha do sítio para Brasília, a nova capital federal dos Estados Unidos do Brasil, que está sendo construída e com a data de 21 de abril de 1960 marcada para sua inauguração.

Com êsse intento, tomamos para ponto de partida a lei n.º 1803, de 5 de janeiro de 1953, que autorizou o governo da República a realizar estudos definitivos sobre aquela escolha e motivou a criação da Comissão de Localização da Nova Capital Federal (CLNCF).

Como é sabido, antes dessa Comissão houve outras visando a interiorizar, no Planalto Central, a nossa metrópole, como a primeira, em 1892, chefiada pelo eminente astrônomo e professor Luís Cruls; a presidida pelo ilustre e saudoso general Djalma Polli Coelho; e a de "Estudos sobre a Localização da Capital do Brasil", organizada pelo Conselho Nacional de Geografia.¹

Os excelentes estudos e relatórios das comissões acima referidas, assim como o belo "Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil", de L. Cruls, publicado em 1894, constituíram magnífico subsídio para os trabalhos que levaram a citada CLNCF à escolha definitiva do sítio mais apropriado à implantação da nova metrópole brasileira.²

¹ A Comissão chefiada por Luís Cruls, em fins do século passado, para exploração do Planalto Central e de que resultou a demarcação do retângulo que recebeu o seu ilustre nome, teve como excelentes auxiliares, entre outros, os astrônomos Oliveira Lacaille e Henrique Morize e mais Tasso Fragoso, Hastínfilo de Moura, Alípio Gama, Antônio Cavalcante Albuquerque e Eugênio Hussak. A comissão foi dividida em quatro turmas: a de NW chefiada por Tasso Fragoso, a de SW por Cruls, a de NE por Cavalcante e a de SE por Henrique Morize, conforme consta do magnífico relatório em que Luís Cruls deu conta dos estudos feitos e da demarcação da área do futuro Distrito Federal, com 14 400 metros quadrados.

A Comissão de Estudos sobre a localização da Nova Capital do Brasil organizou em 1947 duas expedições geográficas ao Planalto Central. A primeira, sob a chefia do Prof. Francis Ruellan, realizou estudos de detalhe das oito zonas previamente selecionadas por essa Comissão, com o objetivo de indicar "sítios" adequados para a localização da capital. A segunda, sob a chefia do Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães e a orientação científica do Prof. Léo Walbel, estudou o Planalto Central, tendo em vista o problema da "posição" da capital e os tipos de sítios convenientes.

Esta segunda Comissão percorreu cerca de 10 000 quilômetros numa área de 200 000 quilômetros quadrados.

A Comissão presidida pelo general Polli Coelho, denominada oficialmente "Comissão Técnica para o Estudo da Localização da Nova Capital da União", era integrada pelos engenheiros Cristóvão Leite de Castro, Jerônimo Coimbra Bueno, Luís Anhaia de Melo, Jorge Leal Burlamaqui, Luís Vieira, Francisco de Sousa, Odorico de Albuquerque, Lucas Lopes, Antônio Castro Cardoso e Srs. Artur Tórres Filho e Geraldo de Paula Sousa.

² No "Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil", segundo palavras do general Polli Coelho, "permanece, como principal documento entre todos os que possuímos, a possibilidade de localizar a nova capital do Brasil naquele mesmo lugar em que o pressentimento ou intuição geopolítica dos homens da Independência e do Império já a

Em seu artigo 3.º dizia a mesma lei: "O governo federal mandará realizar estudos definitivos sobre as condições do abastecimento de água e energia elétrica; reconhecimento sobre o estabelecimento do plano rodo-ferroviário, que deverá ligar a futura capital a todos os estados, com sua adaptação ao Plano Geral de Viação Nacional; o estudo definitivo das vias de transportes necessárias à efetivação da mudança da capital; o plano de desapropriação das áreas necessárias e o plano urbanístico da nova capital".

A 8 de junho de 1953, o senhor presidente da República baixou o decreto n.º 32 976 criando a comissão especial a que já nos referimos, para incumbir-se dos estudos definitivos destinados à escolha do sítio e da área da nova capital, dentro do perímetro delimitado pela lei n.º 1 803. Tomou ela o nome já dito de Comissão de Localização da Nova Capital Federal, nomeada por decreto presidencial e assim constituída: um presidente de livre escolha do presidente da República; um representante de cada Ministério; representantes do Conselho de Segurança Nacional, do Departamento Administrativo do Serviço Público, do estado de Goiás, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Fundação Brasil Central. Completava esses membros um diretor técnico, com atribuições fixadas no regimento interno da Comissão.

Fizemos parte dessa Comissão, como representantes do Ministério da Viação e Obras Públicas. Como representantes do IBGE participaram, primeiro, o então coronel (atualmente general) Deoclécio De Paranhos Antunes, depois, o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, ambos ex-ocupantes do cargo de secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia.

A primeira presidência da CLNCF foi exercida pelo ilustre general Aguiñaldo Caiado de Castro, que foi substituído, em outubro de 1954, pelo preclaro marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, a quem coube concluir os trabalhos levados a efeito para a escolha do sítio da nova metrópole brasileira.³

Na presidência daquele general foi firmado contrato entre Donald J. Belcher & Associates Incorporated e a Comissão do Vale do São Francisco (com delegação da CLNCF) para encarregar-se essa firma dos estudos de foto-análise e foto-interpretção, necessários à seleção dos sítios mais favoráveis para localização de Brasília, dentro da área delimitada pela lei n.º 1 803.

Sob a presidência do marechal José Pessoa, depois de modificado o decreto n.º 32 976, de 8-6-1953, pelos de números 33 769, de 5-9-1953, e 36 598, de 11-12-1954, com o objetivo de melhorar a estrutura da CLNCF, facultar a designação de subcomissões técnicas e a participação nas mesmas de pessoas estranhas, mas de reconhecida capacidade técnica — foram criadas tais subcomissões, visando à intensificação das atividades da referida Comissão.

Assim é que os estudos na área destinada ao território do novo Distrito Federal foram realizados pela Subcomissão composta pelos engenheiros: Professor Alirio H. de Matos, do Conselho Nacional de Geografia; general técnico Aureliano Luís de Farias, representante do Ministério da Guerra; e coronel Luís Eugênio Pelxoto de Freitas Abreu, do Serviço Geográfico do Exército.

A escolha, baseada na fixação de critérios e em normas técnicas para comparação dos vários locais, foi também feita por uma subcomissão de engenheiros, a saber: general técnico Nelson de Castro Sena Dias, diretor do Serviço Geográfico do Exército; Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, secretário-geral do CNG; Paulo de Assis Ribeiro, representante do Ministério da Educação e Cultura; José de Oliveira Reis, da Prefeitura do Distrito Federal; brigadeiro-do-ar Júlio Américo dos Reis, representante do Ministério da Aeronáutica; arquiteto Raul Pena Firme e Salomão Serebrenick, da Comissão do Vale do São Francisco.

A subcomissão acima, denominada de Fixação de Critérios e Normas Técnicas; depois de demorado exame e cotejo que fez dos cinco sítios selecionados para o fim em vista e chamados de Amarelo, Azul, Verde, Vermelho e Castanho, emitiu seu parecer favorável à escolha deste último, baseada em metuculoso estudo que fez de cada um dos referidos sítios.

³ O marechal José Pessoa presidiu a CLNCF até a extinção desta, em virtude da criação da NOVACAP.

Esse parecer, bem como os estudos que o motivaram foram, como veremos mais adiante, aprovados por unanimidade pelo plenário da Comissão de Localização da Nova Capital Federal.

Tais estudos, assim como outros, concernentes à escolha do sítio em causa, demandaram providências várias e indispensáveis ao êxito dos trabalhos. "O levantamento aerofotogramétrico inicialmente; os trabalhos e pesquisas realizadas pela firma Donald J. Belcher and Associates; as constantes viagens do presidente e de membros da Comissão no Planalto Central, além de outras numerosas providências, formam o conjunto das medidas postas em prática, as quais levaram a Comissão de Localização da Nova Capital Federal a eleger o melhor sítio para a futura capital e a demarcar a área que há de constituir o novo Distrito Federal".⁴

A sessão solene que sagrou a escolha do sítio castanho, no qual está sendo construída Brasília, pode ser lembrada pela ata de 14.^a reunião da CLNCF que, a seguir, transcreveremos.

"As nove horas e trinta minutos do dia 15 de abril de 1955 reuniu-se a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, na sede da Comissão do Vale do São Francisco, sita à avenida Presidente Wilson, número 210, décimo-primeiro andar, na Capital Federal, sob a presidência do excelentíssimo senhor marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque e presentes os senhores general Nelson de Castro Sena Dias, representante do Serviço Geográfico do Exército; general Francisco Borges Fortes de Oliveira, representante da Fundação Brasil Central; secretário de embaixada Artur Gouveia Portela, representante do Ministério das Relações Exteriores; engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; engenheiro Flávio Vieira, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; coronel Aureliano Luís de Farias, representante do Ministério da Guerra; capitão-de-mar-e-guerra Sílvio Borges de Sousa Mota, representante do Ministério da Marinha; doutor Felinto Epitácio Maia, representante do Departamento Administrativo do Serviço Público; engenheiro-agrônomo José Eurico Dias Martins, representante do Ministério da Agricultura; coronel-engenheiro-aviador Júlio Américo dos Reis, representante do Ministério da Aeronáutica.

Estêve também presente o engenheiro Raul Pena Firme, relator da Subcomissão da Fixação de Critérios e Normas Técnicas.

Aberta a sessão, foi lido pelo engenheiro Raul Pena Firme o relatório da Subcomissão de Fixação de Critério e Normas Técnicas para comparação dos vários locais e seleção de sítios da nova capital, através do qual a Comissão tomou conhecimento dos estudos procedidos por essa subcomissão, desde a fixação dos critérios, com os seus respectivos pesos, até o método a que recorreram os seus diversos membros para a escolha do melhor sítio. O minucioso trabalho foi profusamente explanado pelo relator, que realçou de passagem a eficiência e a dedicação com que se houveram os membros da subcomissão.

Tomando a palavra, o doutor presidente teve então oportunidade de exaltar e louvar o trabalho elaborado pela referida subcomissão.

Depois da apresentação do relatório, sugeriu o capitão-de-mar-e-guerra Sílvio Borges de Sousa Mota que fôsse homologado o trabalho da subcomissão, o que foi pôsto em votação. Eram, exatamente, onze horas. Os membros da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, de pé e com uma salva de palmas, aprovaram a escolha do chamado sítio castanho, situado a sudoeste da cidade de Planaltina, no estado de Goiás, homologando assim o parecer daquela subcomissão. O senhor marechal José Pessoa solicitou, então, que cada membro da Comissão desse seu voto por escrito, a fim de constar do arquivo da CLNCF.

A seguir, foi proposto pelo capitão-de-mar-e-guerra Sílvio Borges de Sousa Mota um voto de louvor à Subcomissão de Fixação de Critério e Normas Técnicas pelo seu brilhante trabalho, sendo a proposta aprovada por unanimidade.

⁴ Do livro *Nova Metrópole do Brasil* (Relatório geral de sua localização), recém-publicado pelo seu autor, o senhor marechal José Pessoa.

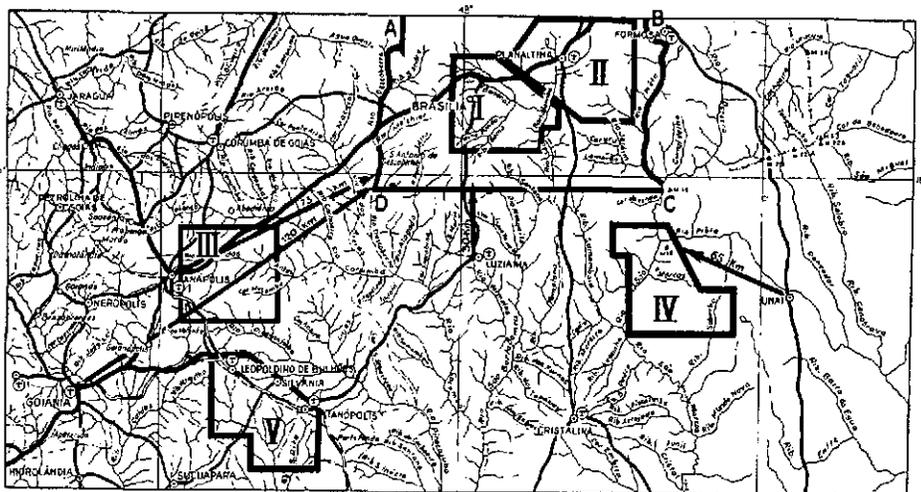
Solicitou ainda o senhor presidente a atenção do plenário para uma exposição que ia fazer sobre o batismo da nova capital da República, sugerindo-lhe o nome de Vera Cruz, terminando assim sua excelência a sua circunstanciada exposição histórica:

“Vera Cruz significa, pois, uma veneranda tradição da nossa pátria, envolvendo-nos carinhosamente sob o manto da fé, relembrando-nos o primeiro nome dado ao nosso país, o título que, num momento de alegria, de exaltação e de vitória, aflorou aos lábios do grande descobridor ao contemplar os sinais da terra brasileira. Vera Cruz! — a cruz verdadeira que há de guiar o pensamento dos nossos dirigentes e abençoar o operoso e bravo povo brasileiro. Vera Cruz, portanto, representa, para nós brasileiros, a continuidade histórica da nossa pátria civilizada, no decorrer dos séculos à sombra do sagrado madeiro”.

Posta em apreciação a proposta, lembrou o capitão-de-mar-e-guerra Silvio de Sousa Mota que Vera Cruz era o nome de uma cidade do México, ao que retorquiu o senhor presidente que, nenhuma analogia existe entre a História do Brasil e a do México, para que seja estabelecida qualquer confusão entre a nossa capital e uma cidade daquele país.

O coronel Júlio Américo dos Reis sugeriu, *data venia*, que o nome da futura capital fosse escolhido ou pelo Congresso Nacional ou por votação popular, de modo a constituir amplo movimento de opinião nacional e interessar o povo brasileiro no problema da mudança da Capital Federal.

Deliberou o plenário que o senhor marechal José Pessoa apresentasse a sugestão do nome da nova Capital Federal como trabalho seu, isto é, em seu nome pessoal, afirmando então o senhor marechal José Pessoa que enviaria a sugestão ao senhor presidente da República, através de uma exposição de motivos. E nada mais havendo a tratar, nem desejando alguém fazer uso da palavra, o senhor presidente deu por encerrada a sessão”.



A seguir, os membros da CLNCF fizeram chegar às mãos de seu presidente os votos escritos por este solicitados, aprovando a eleição do sítio “castanho” para localização da nova metrópole brasileira.

Para não alongar demasiadamente esta narrativa, transcrevemos aqui apenas as justificações dos votos dados pelo Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães e por nós, como representantes, respectivamente, do IBGE e do Minis-

tério da Viação, na suposição de que tais votos possam despertar interesse no Conselho Nacional de Geografia, a que ambos pertencemos.⁵

O voto do engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães foi o seguinte: "Declaro que votei no sítio denominado "castanho", como o que preenche as melhores condições, para a localização da nova capital do país, pelas razões que constam da ata da Subcomissão de Fixação de Critérios e Normas Técnicas para a Comparação dos Vários Locais e Seleção de Sítios, da qual faço parte".

Nosso voto assim o expressamos: "Apraz-me justificar por escrito o voto que dei, aprovando o parecer apresentado nesta reunião, pela ilustre Subcomissão de Fixação de Critério e Normas Técnicas, sobre a escolha do sítio para a nova metrópole brasileira. Assim votei tendo em vista o minucioso estudo de que nos deu conhecimento o relatório da referida Subcomissão e do qual resultou a indicação do sítio "castanho", constante de seu importante trabalho, para a implantação da cidade-capital que se tem em vista; e, ainda, por estar convicto de que a escolha desse sítio, ou seja, do polígono localizado a sudoeste da cidade de Planaltina, no estado de Goiás, é, dos cinco examinados dentro da área de 51 824 quilômetros quadrados fixada por lei, o que melhor satisfaz à construção urbanística que se deseja realizar para instalação do futuro Distrito Federal, já pela sua situação geográfica, já pelas condições mesológicas excelentes que oferece".

Quanto ao trabalho da Subcomissão de Estudos da Demarcação da Área do Futuro Distrito Federal (composta, como já deixamos dito, pelos engenheiros Alirio de Matos, do Conselho Nacional de Geografia; general técnico Aureliano Luís de Farias, representante do Ministério da Guerra; e coronel Luís Eugênio de Freitas Abreu, do Serviço Geográfico do Exército), foi o respectivo relatório submetido à apreciação do plenário da CLNCF e aprovado na sua 15.^a reunião, realizada em 9 de maio de 1955.

De acordo com o resolvido e registrado na ata dessa reunião, a linha-limites do futuro Distrito Federal, abrangendo uma área aproximada de 5 850 quilômetros quadrados, ficou traçada como a seguir é descrita:

"O perímetro começa no ponto de latitude 15° 30' S e longitude 48° 12' oeste de Greenwich. Dêsse ponto segue para leste pelo paralelo de 15° 30' S até encontrar o meridiano de 47° 25' oeste de Greenwich. Daí, por esse meridiano de 47° 25' oeste de Greenwich, para o sul, até encontrar o talvegue do córrego Santa Rita, afluente da margem direita do rio Prêto. Daí, pelo talvegue do citado córrego Santa Rita, até a confluência deste com o rio Prêto, logo a jusante da lagoa Feia. Da confluência do córrego Santa Rita com o rio Prêto segue pelo talvegue deste último, na direção sul, até cruzar o paralelo de 16° 03' S. Daí, pelo paralelo de 16° 03' na direção oeste, até encontrar o talvegue do rio Descoberto. Daí, para o norte, pelo talvegue do rio Descoberto, até encontrar o meridiano de 48° 12' oeste de Greenwich, até encontrar o paralelo de 15° 30' S, fechando o perímetro".

Dados por findos os mais importantes serviços de que se encarregara a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, seu devotado presidente, marechal José Pessoa, enviou ao senhor presidente da República, que então era o preclaro Dr. João Café Filho, o relatório completo das atividades dessa Comissão até aquele momento.

Por julgarmos interessantes, vamos encerrar esta rápida narrativa com a reprodução de alguns tópicos desse relatório, como abaixo se segue:

"Após o levantamento aerofotogramétrico de todo o quadrilátero em questão, a CLNCF, através da Comissão do Vale do São Francisco, firmou, em 25 de fevereiro de 1954, um contrato com a firma Donald J. Belcher & Associates Incorporated, de Ithaca, New York, USA, para, mediante estudos de foto-análise e interpretação, indicar, dentro da

⁵ Além do marechal-presidente, o plenário do CLNCF, ao aprovar a escolha do "sítio castanho", compunha-se de 16 membros — os representantes dos 11 Ministérios e os do Serviço Geográfico do Exército, do IBGE, do DASP, da Fundação Brasil Central e do estado de Goiás, justificando alguns deles extensamente seus votos.

área de 52 000 quilômetros quadrados, os cinco melhores sítios de 1 000 quilômetros quadrados cada um, os quais satisfizessem as condições estipuladas no parágrafo 1.º do artigo 1.º da lei n.º 1 803".

"Cumprindo o seu contrato, a firma enviou a esta Comissão os estudos sobre o assunto, constantes de um relatório geral em língua inglesa e a sua tradução para o português, uma síntese do relatório geral em português, numerosos mapas, mosaicos e *overlays*, além de seis maquetas, representando os cinco sítios que encerravam os melhores requisitos para instalação de uma cidade moderna, e o quadrilátero geodésico fixado pelo Congresso Nacional".

"De posse desses trabalhos, os membros da Comissão e Subcomissões Técnicas iniciaram metucioso estudo nos mapas e maquetas, ouvindo, durante vários dias consecutivos, as explanações pormenorizadas do próprio professor Donald Belcher. Logo após, rumaram ao Planalto Central, onde puderam apreciar *in loco*, em reconhecimento aéreos e terrestres, tôdas as características dos diferentes sítios, examinando-os detidamente e colhendo preciosos informes para o julgamento final".

Após referiu-se à criação da Subcomissão de Fixação de Critérios e Normas Técnicas para a Comparação dos Vários Locais e Seleção de Sítios, diz o relatório:

"Baseada no que determina a lei, elaborou esta Subcomissão os seguintes critérios, dando-lhes pesos convenientes: a) Clima e salubridade favoráveis — pêso 20; — b) Facilidade de abastecimento de água — pêso 15; — c) Facilidade de acesso às vias de transportes terrestres e aéreos — pêso 10; — d) Topografia adequada — pêso 15; — e) Solo favorável às edificações — pêso 5; — f) Proximidades de terras para cultura — pêso 5; — g) Paisagem atraente — pêso 5; — h) Energia elétrica (facilidade) — pêso 10; — i) Existência de materiais de construção — pêso 10; — j) Facilidade para desapropriação — pêso 5.

Aplicados êstes critérios aos diferentes sítios, os membros da Subcomissão Técnica, através de notas atribuídas a cada item e multiplicados pelo pêso de cada um, elegeram o melhor sítio".

Como já ficou dito, o estudo minucioso desta Subcomissão foi levado ao plenário da Comissão, onde "após prolongados debates, pelos quais os membros pediam e obtinham totais esclarecimentos, o sítio denominado "castanho" foi unanimemente escolhido".

Finalmente, depois de tratar do estudo e da demarcação da área do quadrilátero geodésico (5 850 quilômetros quadrados) destinado ao futuro Distrito Federal, trabalhos êsses realizados pela respectiva Subcomissão e aprovados também por unanimidade no plenário da Comissão, diz o íntegro marechal-presidente em seu relatório:

"Parece-nos pois que, com êsses trabalhos, contribuimos para cristalizar a grande idéia e dar corpo aos anseios da nação para a mudança da sua metrópole".^o

^o Aos que desejarem conhecer informes mais detalhados a respeito das atividades da CLNCF, para escolha do sítio onde está sendo edificada a cidade de Brasília, recomendamos o livro *Nova Metrópole do Brasil*, de autoria do ilustre marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Antártica, o Assunto do Momento

Professôra THEREZINHA DE CASTRO
Do Conselho Nacional de Geografia e
da Fundação Osório

1) VISÃO GERAL DA ANTÁRTICA

Denomina-se Antártica a um enorme bloco de terras emersas (?) escondidas por sôbre um espesso manto de gelo, onde se localiza o ponto geodésico denominado pólo sul.

Associando-lhe os 13 000 quilômetros quadrados correspondentes às ilhas, o tronco continental antártico foi estimado em 13 987 000 quilômetros quadrados.

Esta enorme massa continental, cuja altitude é calculada numa média variando de 2 500 a 3 000 metros, é recoberta de gelo que alcança em alguns lugares a espessura de 2 000 metros. Os maciços rochosos costeiros retêm em parte êsse gelo, que quando consegue escapar, ganha o mar sob a forma de *iceberg*. Essa fuga se dá, principalmente, pelas duas enormes reentrâncias opostas, formadas pelos mares de Weddell e Ross.

O que há realmente por baixo desta camada de gelo, ou seja, a topografia da região, só poderá ser patenteada, caso se procedam a sondagens sísmicas, — auscultando assim, a imensa superfície do *indlandstis*, a exemplo do que fizeram as expedições francesas polares, depois de 1948, na Groenlândia.

A Antártica é a região mais fria do globo, daí, a dificuldade de sua ocupação permanente. Lá, a temperatura média anual é de aproximadamente 25° abaixo de zero. No verão, o termômetro desce constantemente a 20° abaixo de zero e, raramente, sobe acima de zero. No inverno, desce a 70° abaixo de zero e, durante meses consecutivos conserva-se a 50° abaixo de zero.

Na Antártica, apenas os picos e altas falésias conseguem ver-se livres dos gelos, no curto verão da região. E segundo informes do contra-almirante Lepotier, foi descoberta por um avião de operação, "Hight-Jump" (1947), "uma superfície livre de gelo de mais ou menos 8 000 quilômetros quadrados, a algumas milhas da costa na Terra da Rainha Mary. Esta superfície contém três vastos lagos — e uma vintena de outros menores — de água livre, colorida de azul e verde pelas algas. Um outro oásis sem gelo, foi percebido mais a oeste. Tais fenômenos não se podem explicar senão pela existência de fontes quentes, análogas às existentes na Islândia".

Distando 4 000, 5 000 e 6 000 quilômetros respectivamente, da Terra do Fogo, Tasmânia e Cabo da Boa Esperança, quase todo incluído dentro do círculo polar antártico, costuma-se dividir o "continente branco", para melhor clareza, em três setores: o africano, o australiano e o americano.

Fazem parte da Antártica Americana uma série de ilhas e terras, agrupadas ao redor do eixo da América do Sul. A Antártica Americana continental é a parte que mais se projeta para o norte, calculando-se que nada mais seja do que um prolongamento da zona meridional da América do Sul.

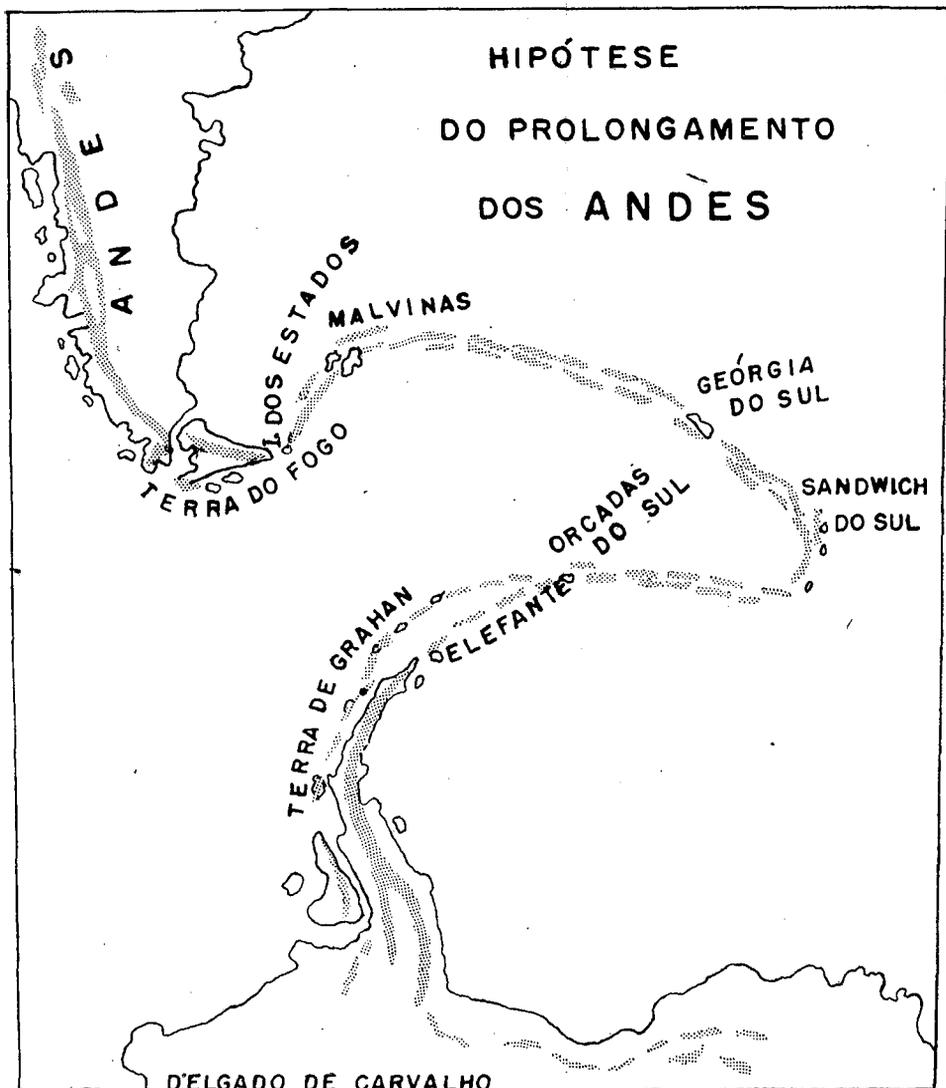


Fig. 1 — A hipótese de prolongamento dos Andes, desenha com estas ilhas e arquipélagos um arco para oeste que penetra pela Terra de Graham.

As ilhas que desenham para oeste um alongado arco, nada mais são do que os seguintes arquipélagos montanhosos:

a) A *Ilha dos Estados*, a leste da Terra do Fogo, e cuja superfície é avaliada em 541 quilômetros quadrados. Descoberta pelos navegantes holandeses, Jacob Le Maire e Willem Cornelis Schouten, pertence politicamente aos argentinos.

b) O *Arquipélago das Malvinas*, cuja descoberta é motivo de controvérsias, foi assim denominado por navegantes franceses, de San Malo (Maloinas).

Instalados aí franceses e ingleses que as denominaram, Lord Falkland, deu-se um conflito colonial com a Espanha, que culminou com a ocupação do arquipélago, pela Inglaterra, em 1833. "A Argentina, que desde 18.0 era o sucessor legal da Espanha, não chegou a ser consultada. Em espaços regulares, a mesma formula um protesto junto ao governo inglês. Selos de 1 pêsco com o setor argentino da Antártica e nos quais figuram também as Malvinas, como território argentino, suscitaram uma reação considerável em Londres. Nas conferências pan-americanas, a Argentina, sempre que se tomam deliberações contra as colônias européias em solo sul-americano, faz a ressalva de que as Malvinas não constituem uma colônia estrangeira e sim solo argentino, indevidamente ocupado por uma potência estrangeira. E quando um morador das Malvinas decide-se a ir a Buenos Aires, os seus documentos ingleses são confiscados como ilegais, sendo substituídos por outros argentinos". (Vide *Der Kampf um den Weissen erdteil*, do Dr. Walter Ostermann, pp. 231 a 239 da "Revista Süd Amerika" — ano VI — n.º 3 — Buenos Aires, 1955).

Este arquipélago que é formado por duas ilhas principais — Malvina do Leste ou Soledade Malvina do Oeste, circundadas por várias outras menores, está situado a 565 quilômetros da entrada do estreito de Magalhães e tem uma superfície conjunta, calculada em 11 718 quilômetros quadrados.

c) A *Geórgia do Sul* enquadrada também nos domínios ingleses, é povoada em sua maior parte por noruegueses, que se dedicam à pesca da baleia. Sua superfície é calculada em 3 075 quilômetros quadrados e Grytviken é o centro principal da ilha, na baía de Cumberland.

d) O *Arquipélago das Sandwich do Sul*, a sudoeste da Geórgia, é constituído por inúmeras ilhotas que perfazem um total avaliado em 420 quilômetros quadrados onde se destacam: Saunders, Sawadouski, Bristol e South Tule. Essas ilhas, de origem vulcânica, atestada por vapores que de lá se desprendem, foram descobertas por Cook, durante sua segunda expedição (1772-75), são também incluídas pela Inglaterra dentro de seus domínios.

e) O *Arquipélago das Orcadas do Sul*, descoberto a 6 de dezembro de 1821 pelo inglês George Powel e, batizado seis dias depois pelo escocês Mc Leod, abrange uma superfície calculada em 1 230 quilômetros quadrados. As duas maiores ilhas deste arquipélago são as da Coroação e Laurie, onde funciona desde 1904 um observatório meteorológico, que faz parte da rede de estações instaladas no setor antártico argentino.

f) O *Arquipélago das Shetlands do Sul*, fecha o arco de ilhas e arquipélagos, próximo que está da ponta projetada pelo continente antártico, conhecida como Terra de Graham. As duas maiores ilhas aí são: a Clarence e Eiefante, mas foi na ilha da Decepção que se estabeleceu uma base de pescadores de baleia.

Seu descobrimento é situado a 19 de fevereiro de 1819, por William Smith, navegador inglês, que se dirigia a Valparaíso, no Chile.

A superfície deste arquipélago é avaliada em 2 300 quilômetros quadrados e está incluído dentro do setor antártico argentino.

g) A *Antártica Continental Americana* (entre os meridianos de 240º a 360º), tem na Terra de Graham uma das partes mais bem conhecidas do continente austral.

A hipótese de prolongamento dos Andes dá essa região, tectônica e petrográficamente, como continuação da cadeia andina. A parte ocidental é bastante alta e acidentada, destacando-se assim na ilha de Amberes os montes Français, com 2 869 metros de altura. A parte oriental é mais regular, assemelhando-se seu relevo ao do planalto de Patagônia, com formações basálticas. Essa região, banhada pelo mar de Weddell, possui as denominações de Terra de Coats, de Caird e Leopoldo.¹

¹ Julgamos de maior interesse apenas a descrição mais pormenorizada da Antártica Americana, omitindo assim, os demais setores. Para maiores minúcias vide: *Les grands froids* — Th. Weber — Hachette — Paris, 1880; *Maravilhas de las regiones polares* — José Otero Espasandín — C. Oro de Cultura — Buenos Aires, 1944; "Las regiones polares" — *Geografía Universal* — Instituto Gallach — Barcelona, 1953.

2) INTERESSES CIENTÍFICOS NA ANTÁRTICA

A revista *História* n.º III (1.º trimestre de 1956), publica um artigo de Roger Verceel "A l'assaut du pôle Sud", no qual o autor descrevendo os perigos sofridos pela expedição de-Byrd na Antártica, conclui com a seguinte interrogação: — "Valerão os pólos estes trabalhos e estes sofrimentos?"

Esta pergunta nos será respondida, talvez, com as próximas pesquisas, planejadas pelo Congresso Geofísico Internacional que deverá realizar-se em 1957-58. Esse Congresso que nada tem de político, será realizado por todas as nações que desejem participar dos estudos científicos sobre a região gelada da Antártica. Não é porém o primeiro que se realiza, pois outros congressos geofísicos já foram levados a efeito sob o nome de Ano Polar.

A idéia de estudar-se as regiões geladas polares, surgiu na Áustria-Hungria, no ano de 1880. Doze nações aderiram prontamente à idéia com exceção da França, por motivos diplomáticos. Sábios franceses protestaram contra tal medida e assim, à última hora, a Marinha nacional prestou seu concurso aos estudos de quatro meses, realizados no setor antártico americano, durante o Ano Polar de 1882-83. Várias contribuições foram trazidas à ciência, sobre esse mundo quase desconhecido, inclusive a criação de aparelhos ainda hoje em uso.

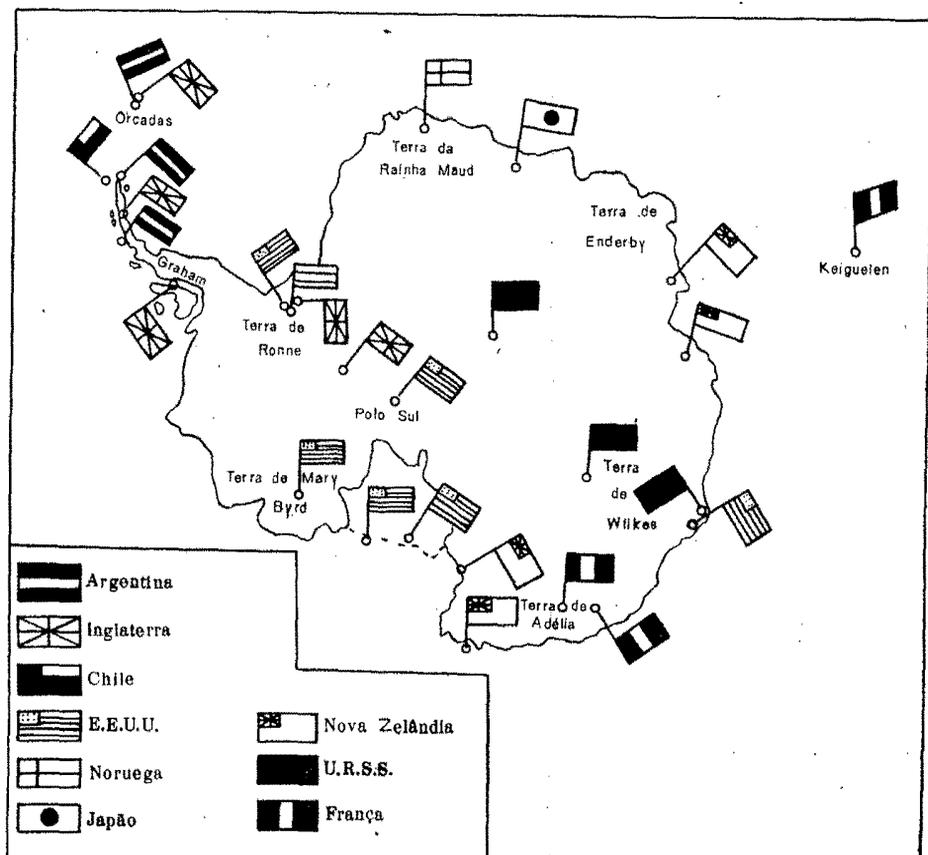


Fig. 2 — Das trinta e sete nações inscritas para participarem do "Ano Geofísico Internacional", as nove nações aí assinaladas já fixaram pontos para suas estações científicas.

Animados pelas experiências iniciais, é marcado cinquenta anos depois o segundo Ano Polar para 1932-33, onde novas pesquisas foram realizadas, desta vez com a adesão de vinte e duas nações.

O novo Ano Polar foi marcado em 1951 para realizar-se em 1957-58, já então com a denominação de Ano Geofísico Internacional. Essas reuniões, como vemos, de estudos gerais, tornam-se puramente geofísicos — “sendo excluídos os geógrafos, zoólogos e botânicos, onde só serão admitidos, por bambúrrio, como convidados ou como primos pobres”.²

Para participarem do “Ano Geofísico Internacional”, já estão inscritas trinta e sete nações. Nos planos de estudos traçados até 24 de junho de 1955, foram previstas 303 estações meteorológicas, 135 para as sondagens da ionosfera em alta altitude, 127 para estudos da atividade solar e 34 para a medida das longitudes. Como a Antártica é ainda um continente bastante desconhecido, estão planejadas 30 estações polares. Uma delas, será equipada pelos Estados Unidos no pólo sul, ficando a cargo da União Soviética, uma no pólo magnético e outra, num lugar bastante inacessível, pois será no centro da calota de gelo.

“Grande união sagrada reina em torno destes projetos; todos os chefes de governo os aprovaram; o Ano Geofísico, disse o Papa Pio XII, é uma das empresas que contribuirá a mais para instaurar uma atitude de paz e de cooperação entre os povos do mundo e melhorar sua sorte material”.³

Enfim, neste Ano Geofísico a realizar-se dentro de breves meses, tratarão os cientistas de saber, qual a real espessura da calota de gelo que esconde do homem, o continente antártico. Para isso, utilizarão o método que o alemão Wegener usou na Groenlândia.

Enquanto é preparado esse movimento científico de grande vulto, para o qual a Marinha de Guerra Brasileira já traçou seu programa,⁴ o continente antártico tem sido visitado insistentemente, por nações em particular. Em quase todos os últimos números da revista francesa *Geographie*, Yves Pasquier nos dá notícias a respeito, em suas “Actualités Géographiques”. Refere-se, por exemplo, à quarta missão francesa, embarcada a 10 de outubro de 1955 no quebra-gelo norueguês, com destino à Terra de Adélia. Carregavam os franceses, um total de 200 toneladas em materiais, entre os quais mantimentos, trenós, grupos eletrogênicos, gás-óleo, e entre barracas pré-fabricadas, uma capaz de resistir a um frio de 50° e ventos de 130 a 150 quilômetros à hora, tão comuns na região. Tudo isso para a construção de uma estação francesa. Outra notícia focaliza as dificuldades sofridas por uma expedição britânica, feita recentemente à Antártica. Confirmando o compromisso assumido pelos ingleses de completar pela primeira vez, durante o “Ano Geofísico Internacional”, a travessia do continente antártico passando pelo pólo sul. Partindo da baía de Vashel, contam os britânicos encontrarem-se no Monte Marklan, com os neozelandeses. Juntos prosseguirão a jornada até o estreito de Mc Murdo, realizando assim, entre o outono de 1957 e a primavera de 1958, uma travessia continental de 3 200 quilômetros.

² Vide: André Cayeux — “L'année géophysique internationale” — *Geografia* n.º 53 e 54 ano 1956.

³ Vide André Cayeux — obra citada.

⁴ Programa da Marinha para o Ano Geofísico Internacional:

a) *Ocupação da ilha da Trindade* — Ocupação, durante um ano, a partir de junho de 1956, por uma pequena guarnição de Marinha, rendida mensalmente (cerca de 15 homens), para apoio de equipes de trabalho especializado em:

1) *Meteorologia* — Observações regulares, inclusive rádio-sondagens, para estudo da massa tropical marítima, cujos deslocamentos determinam o tempo na costa sul do Brasil. Tais observações possibilitarão a previsão do tempo a longo prazo.

2) *Oceanografia* — Estudo da maré oceânica e do nível médio do mar. Previsão do marulho e da arrebentação. Hidrologia da água do Atlântico.

3) *Geofísica e outros estudos* — Prospecção geológica, magnética e gravimétrica da ilha, e distribuição de raios cósmicos no oceano. Estudos de biologia.

b) *Oceanografia do triângulo Trindade-Cabo Frio-Abrolhos* — Instalação, no segundo semestre de 1956, de 60 estações oceanográficas completas, para estudo da circulação permanente, da geologia e topografia do fundo e da distribuição de propriedades nas águas atlânticas (nitratos, fosfatos, oxigênio, etc.), apoio científico indispensável à exploração da pesca da área geograficamente predestinada para o abastecimento do Rio de Janeiro.

c) *Oceanografia e meteorologia da área Cabo Frio-Xuí* — Instalação, durante 1956, de 100 estações oceanográficas, visando sobretudo a estabelecer o ciclo de incursões da Corrente das Falklands, principal fertilizador de nossas águas meridionais. Estudo das ondas internas. Caracterização da massa polar marítima, para melhoria da previsão do tempo.

d) *Oceanografia da foz do Amazonas* — Instalação, no decurso de 1953, de 40 estações oceanográficas, visando ao reconhecimento da plataforma continental e do regime estuarino. (Ministério da Marinha — Diretoria de Hidrografia e Navegação).

3) ANTÁRTICA: O CONTINENTE DO FUTURO (?)

Pelo rápido esboço feito, a respeito dos interesses científicos na Antártica através dos congressos internacionais, vimos que o número de adesões foi aumentando progressivamente, do mesmo modo que os conhecimentos científicos sobre esse "ilustre desconhecido". O interesse veio demonstrar que não há mais dúvida, ser a Antártica um laboratório cobijado para estudos meteorológicos, ionosféricos, cósmicos, magnéticos, etc.

São atribuídas entretanto, outras qualidades ao "continente branco", que mais cedo ou mais tarde, com o avanço técnico que o mundo vai conseguindo, serão reveladas. Se a respeito de algumas ainda existem dúvidas, a respeito de outras, já há quase que certeza.

Vejamos o que nos diz um francês, sobre o ângulo econômico:⁶ "sabe-se que a Antártica oculta enormes reservas de carvão, mas sua exploração não poderá ser encarada na conjuntura atual. Levando-se em conta sua estrutura geológica, confia-se encontrar minas de cobre, prata, ouro e também de urânio, e onde se sabe que tem enunciada esta última palavra, todos os apetites de hoje se desencadeiam. Mas isto não existe até o momento presente senão em hipóteses. A única verdadeira riqueza atualmente explorada no oceano Antártico, é a baleia, e com uma intensidade tal que levou esta caça a um acôrdo internacional".

Que deponha agora um alemão sobre o mesmo assunto:⁶ — "Até então, o continente branco não desempenhou papel de relevância na vida econômica ou política da humanidade. Só a pesca da baleia era de alguma importância e, com relação à mesma é que foram realizadas as principais descobertas. Foram observados depósitos de ferro e carvão, alguns dos quais constituindo jazidas extraordinariamente ricas e facilmente exploráveis a céu aberto. Também pode-se admitir que os minérios que ocorrem nos Andes, possam ser encontrados em seus prolongamentos na Antártica. Mas para um futuro próximo fica excluída qualquer possibilidade de fixar nestas regiões inóspitas o contingente humano exigido para tal mister. Também o transporte de tais produtos, por enquanto é inexequível. Mas talvez exista petróleo e até urânio?!? E aí começam a alta política e os estrategistas de uma guerra do futuro (da qual Deus queira nos livrar) a se imiscuir na disputa e partilha do continente branco".

A essas conjecturas associam-se o valor estratégico do estreito de Drake, a necessidade de bases para o controle dos ares e finalmente, a utilidade da Antártica na questão dos climas.⁷

Caso tamanha riqueza venha a ser evidenciada, com o avanço vertiginoso da ciência, a quem caberá a exploração?!? Lembremo-nos de que na África prevaleceu de início, o espírito científico!

4) "HERDEIROS" DA ANTÁRTICA

Aos cientistas caberá a descoberta das riquezas (?), aos diplomatas tocará sua partilha.

O Direito Internacional não reconheceu até o momento presente nenhuma das pretensões apresentadas. Mas, apesar disso, elas vêm sendo apresentadas e ainda mais, o continente vem sendo repartido "particularmente", por diversas nações. Isso faz com que, muitas vezes, um mesmo território na Antártica, tenha sido anexado por "decretos", por dois e até três países ao mesmo tempo.

A Inglaterra, por exemplo, que se julga com direito a quase toda a Antártica, por cartas patentes de 21 de julho de 1908 e 28 de março de 1917, anexou a seus domínios a dependência das Falklands, abrangendo todas as terras e ilhas até o paralelo de 50°, nos setores compreendidos entre os meridianos de

⁶ Lepotier — "La dispute Antartique" — *Geographie*, n.º 49, ano 1955.

⁶ Dr. Walter Ostermann — obra citada no texto.

⁷ A este respeito já nos referimos em "A Questão da Antártica" — *Revista do Clube Militar* n.º 142 — abril/junho de 1956.

20° e 50° e 58° e 80° de longitude oeste. Baseiam-se ao que parece, nas explorações científicas lá realizadas por Scott e Shackleton.⁸ "Amundsen e os japoneses que também exerceram a sua atividade ali, foram com isso silenciosamente olvidados". (Ostermann).

A 23 de julho de 1923 era fixado o setor neo-zelandês do mar de Ross entre os meridianos de 150° oeste e 160° leste e o paralelo de 60°. Seguiram-se a 7 de fevereiro de 1933 e 24 de agosto de 1936 as demarcações do setor australiano, entre 160° e 45° leste.

Aí estão portanto, 2/3 da Antártica anexados à Coroa Britânica.

A França por sua vez, em decretos de 27 de março de 1924 e 1.º de abril de 1938, tornava possessão francesa a Terra de Adélla entre os meridianos de 136° e 142° leste, que o decreto de 3 de fevereiro de 1925 havia transformado em Parque Nacional. Baseia-se para tal, no direito de descoberta de Dumont d'Urville (1839).

O Estados Unidos, que também têm enviado inúmeros exploradores à região (Byrd e Ellsworth), fundaram a sua "Little America" ao lado de setor reivindicado pelo Chile. Disputam com os russos a honra da descoberta do continente.¹⁰

A Noruega anexou a seus domínios o setor compreendido entre as dependências das Falklands e o da Austrália, pelo decreto de 14 de janeiro de 1939 (17° oeste e 45° leste).

A Alemanha criou aí também, em 1939 (a 4° 50' e 16° 30' leste) o seu *Neu Schwabenland*, com fundamento nas explorações de Filchner feitas em 1912 e na expedição de Ritscher (1938-39) que fez o maior levantamento cartográfico jamais empreendido em área contínua da Antártica.

A Rússia, Suécia e Japão, que também participaram de expedições científicas, embora não tenham ainda delimitado seus territórios, têm aí também suas pretensões.

O Chile e Argentina, cujos setores se embaralham, juntamente com o da Inglaterra, também fizeram suas anexações, não reconhecendo ambos as pretensões inglesas. Chegaram mesmo os dois países, a estudar em 1906 a partilha da Antártica Americana.

A Argentina baseia-se no fato de haver "o Papa Clemente VIII interferido junto ao rei de Espanha em favor do navegante português Fernandez de Queirós, tendo-o mesmo recebido a incumbência de tomar posse dessas terras em nome do rei de Espanha e de converter os seus habitantes (?) à religião católica" (Ostermann). Invoca ainda a teoria de prolongamento dos Andes, seguida pelo direito de ocupação, pois desde 1904 mantém nas Orcadas (Ilha Laurie), uma estação meteorológica e também a primeira e até agora a única agência postal daquela região. Por decreto de 13 de julho de 1939, foi criada a Antártica Argentina de 25° a 68° 34' oeste.

O Chile que além de ser o país que mais próximo está da região em questão, firma ainda seus direitos na hipótese de prolongamento dos Andes à declaração de O'Higgins, de que o território chileno se estendia até às ilhas Shetlands. E, assim sendo, por decreto de 6 de novembro de 1940, transformou em Antártica Chilena todas as terras e ilhas situadas entre os meridianos de 53° e 90° oeste.

São esses os decretos feitos de *per se*, até o presente momento, que o Direito Internacional ainda não reconheceu.

⁸ Vide: *Scott's Polar Journey and mather*, pp. 665 a 666 — *The Geographical Review* (outubro de 1926); "South with Scott" — Edward Raddcliffe Evans — Londres, 1881.

⁹ "The Ross Dependency": A Territorial Addition to New Zealand" — *The Geographical Review* (abril de 1924).

¹⁰ Vide: Arthur R. Hinks — "Antarctica discovered" — *The Geographical Review* — junho de 1941, pp. 491 a 497; Laurence Martin — "Comment (on) Antarctica discovered: "A Reply by Arthur R. Hinks" — *The Geographical Review* — 1941, vol. XXXI — pp. 497 a 498; Laurence Martin — "Antarctica discovered by a Connecticut Yankee, Captain Nathaniel Brown Palmer" — *The Geographical Review* — outubro de 1940, pp. 329 a 352; "Captain Belingshausen's voyage — 1819-21" — *The Geographical Review* — abril de 1947, pp. 303 a 306.

Revindiquemos o nosso quinhão na Antártica! Se apelaram para a história, apelemos também. Unamo-nos aos países sul-americanos, Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai em torno do direito de defrontação ou dos Setores Polares, idealizado pelo senador canadense Pascal Poirier em 1907, quando se tratou da partilha do pólo norte.

Embora na Antártica a situação seja "mais complexa em virtude dos dois sistemas invocados, da proximidade e da descoberta em grande parte incompatíveis. De qualquer modo, a repartição das regiões polares por convenção geral, série de tratados bilaterais, arbitramento ou sentença judiciária, torna-se cada vez mais urgente. Os setores poderiam fornecer uma base, pelo menos provisória, para esse fim".¹¹

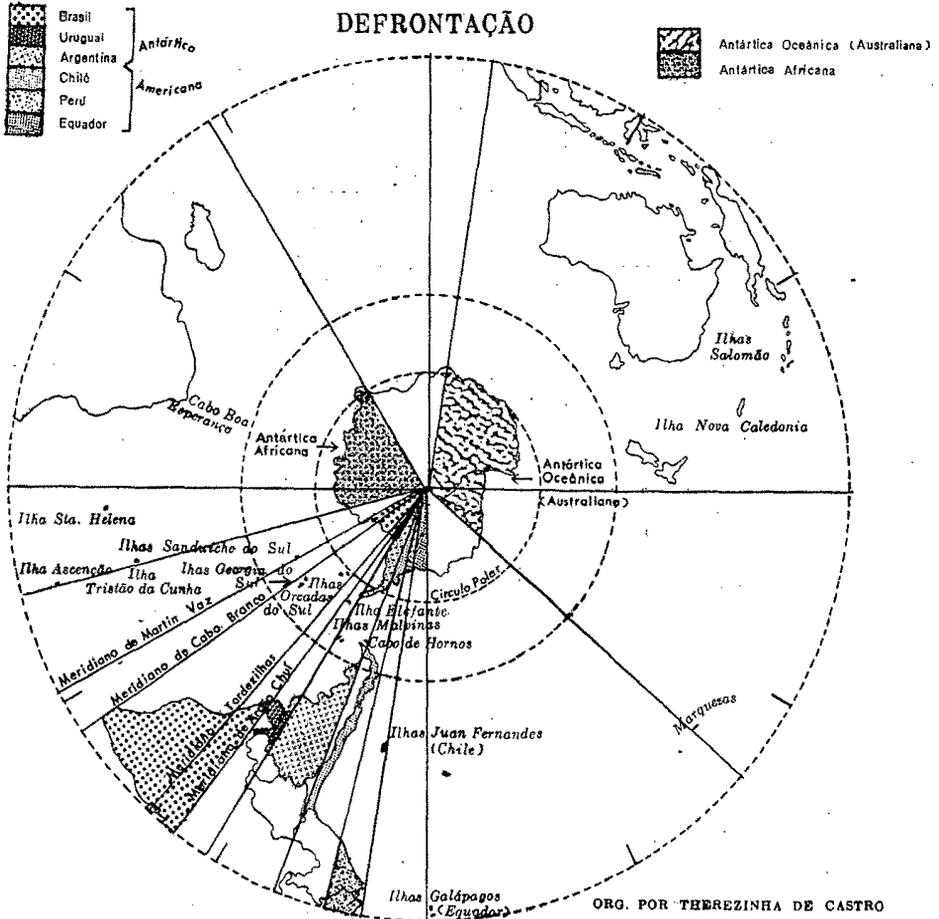


Fig. 3 — Tomando-se o equador como referência, na partilha da Antártica por "Defrontação", além do Brasil, Argentina e Chile, também o Uruguai, Peru e Equador devem defender seus direitos

A questão da Antártica, enfim, está no temário da ONU, vejamos o que se resolve. Que impere a justiça acima de tudo! "Dai a César o que é de César...!"

¹¹ Vide: "A Teoria dos Setores Polares" — João Franck da Costa — *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, números 13 e 14, pp. 87 a 128.

Atualidades Geográficas*

NOTA PRÉVIA

As informações que de agora em diante, passarão a figurar nesta página, destinam-se a todos os interessados em Geografia e particularmente, aos professores desta matéria, no curso secundário. Isto porque, os assuntos aqui apresentados, serão selecionados segundo um plano de unidades didáticas, independente do programa oficial ou das unidades mínimas do mesmo programa. Será observada uma ordem de assuntos que obedecerão a um tema ou unidade geral.

Desta maneira, contará o professor, com grande número de informações geográficas, sobre um mesmo assunto e que poderão ser muito úteis, como leitura ou qualquer outra atividade discente, a critério do professor.

Para maior utilidade do professor, os assuntos desta página, serão apresentados de tal forma, que possibilitem, sem prejudicar o corpo do *Boletim Geográfico*, sob forma de fichas, o que possibilitará, inclusive, um cuidado maior e melhor na seleção dos assuntos.

Lembramos ainda, que será muito mais proveitosa a fixação dos pontos aqui tratados, se forem utilizadas projeções fixas ou fotográficas, que possam completar realmente a integral aprendizagem.

Naturalmente, o importante, é que o professor, tenha sempre em mente, que o ensino da Geografia no curso secundário, deve obedecer primordialmente à observação e à reflexão, completado por exercícios ou trabalhos práticos.

Damos abaixo, algumas sugestões ao professor de Geografia, no aproveitamento dos assuntos que figurarão aqui; o processo de fixação ou da verificação de aprendizagem, será bastante variado, porque obedecerá a critérios pessoais, mas só será realmente útil, se observar o que acima dissemos, visando a *integrar* o aluno, no espírito moderno da Geografia, como disciplina e como ciência.

Sugestões para o aproveitamento dos temas selecionados em Atualidades Geográficas

- | | |
|--|--|
| 1 — Estudo dirigido | } (sob a orientação do professor
e com a participação ativa da
classe) |
| 2 — Debate refletido | |
| 3 — Leitura silenciosa ou oral | |
| 4 — Exercícios comparativos (com auxílio do livro-texto). | |
| 5 — Fichas para uso discente (utilizada no jornal rural). | |
| 6 — Resumo sobre forma comparativa (no fim da unidade). | |
| 7 — Questionário organizado (no final de subunidades), etc. etc. | |

I. O SISTEMA SOLAR

1 — A Lua muda de cor

A Lua de cor à medida que se movimenta no céu: é mais verde quando nasce do que quando se põe

e mais verde no crescente do que na cheia.

V. Axel Firsoff, da Associação Britânica de Astronomia, chegou a essas conclusões após estudar várias cente-

* Seleção organizada pela Prof.^a Maria Magdalena Vieira Pinto.

nas de observações da Lua, através de filtros especiais, monocromáticos, que só deixam atingir a retina uma estreita faixa de luz e permitem ao observador distinguir entre tonalidades (aparentemente iguais) de cada cor.

A Lua apareceria muito mais colorida se pudesse ser vista sem a interferência da atmosfera da Terra. As suas cores se devem provavelmente, diz o astrônomo, ao colorido intrínseco das rochas ou dos depósitos superficiais, e não à vegetação.

2 — Dez horas até a Lua

Uma viagem de foguete até a Lua, pode ser feita em dez horas. É este mais ou menos, o tempo de voo da Terra à Lua a cerca de 40 000 quilômetros por hora, de velocidade necessária para escapar ao campo gravitacional da Terra.

Os astrônomos em Washington, acreditam que qualquer foguete enviado à Lua em futuro próximo deve estar equipado com algum invento que o leve ao satélite e confirme a sua chegada. Isto significa que o foguete terá de fazer contínuos ajustamentos na sua trajetória (como os projéteis balísticos intercontinentais). Como os russos anunciaram haver descoberto nova e poderosa fonte de energia, será lógico que a usem, caso tentem o voo. Imagina-se que o foguete soviético leve a bordo uma bomba de hidrogênio, para que não haja dúvida de ter-se atingido o alvo.

A explosão da bomba H deixará marca na paisagem lunar, mas a cratera por ela aberta, será certamente menor do que muitas que já existem na Lua.

3 — A Via Láctea

A galáxia da Via Láctea, em que a Terra e o Sol se encontram, será em mais de 50% maior do que supunham os astrônomos.

Três astrônomos da Universidade de Wisconsin reexaminaram as medidas da Via-Láctea, em consequência da duplicação da escala de distâncias para outras galáxias. De acordo com as

novas medidas, o Sol estaria cerca de 13 "kiloparsecs" do centro da galáxia — e não a cerca de 8, como geralmente se admite. (Um "kiloparsecs" é a distância que a luz, viajando a 186 000 milhas por segundo — cobre em 3 262 anos). O Sol estaria, assim, a cerca de 250 milhões de bilhões de milhas do centro da Via-Láctea.

As novas dimensões da galáxia aproximam-se das sugeridas, há coisa de trinta anos, pelo Dr. Harlow Shapley, ex-diretor do Observatório de Harvard.

Os astrônomos da Universidade de Wisconsin utilizaram métodos foto-elétricos para obter a distância entre as estrelas que lhes servem de referência e em seguida usaram a distância para encontrar o novo valor da "constante" de Oor, astrônomo holandês, sugerida como ajuda na descrição da rotação da galáxia.

4 — A atmosfera de Marte

Todo o vapor d'água de Marte não será mais do que a quantidade que pode conter uma caixa de ar (terreno) de 2 pés de largura, 2 pés de comprimento e 10 pés de altura. Se esse vapor fosse transformado em água, formaria um véu de apenas 1/318 de polegada de espessura sobre todo o planeta.

Esta é a conclusão final dos cientistas C. C. Kiess e senhora e C. H. Corliss e senhora, do National Bureau of Standards dos Estados Unidos, que examinaram fotografias tomadas de Marte e da Lua (para comparação) em Muna Loa, Hawaii, e no Observatório do Georgetown College, Washington, DC, em 1956, quando a luz do Sol se refletia no planeta em arco-íris (*spectrum*). A comparação com a Lua se fez, não só por ser a Lua planeta essencialmente sem atmosfera, como porque a luz solar se reflete na Lua do mesmo modo que em Marte.

As fotografias de Marte foram tomadas quando o planeta se aproximava da Terra como quando dela se afastava.

FONTE: *Science News Letter*, (1958).

NOTAS: Ano-luz — é uma unidade especial que corresponde à distância percorrida, em um ano, por um ralo luminoso, sabendo-se que a sua velocidade é de 300 000 quilômetros por segundo. Tal distância equivale aproximadamente a nove trilhões e meio de quilômetros.

Pé — medida de comprimento que equivale a 33 centímetros.

Spectrum — imagem resultante da decomposição da luz solar, através de um prisma.

Cadastro de Professôres de Geografia

MINAS GERAIS

Ábia Botelho Serra	Rua D. Inácia, 15 — Lavras
Abner Emmerick	Praça dos Estudantes, 23 — Carangola
Affonso Goulart	Rua 27 de Dezembro, s/n — Lagoa da Prata
Agnes Scioll (Ir. Maria Adelinde)	Ginásio Coração de Jesus — Conceição do Rio Verde.
Alaíde Garcia de Almeida	Rua Madre Cabrini, 104 — Rio Pomba
Albertina Specian	Praça Frei Egídio, s/n — São Lourenço
Alberto Soares Arantes	Praça Coronel J. Caetano Machado, s/n — Passos
Alcides Lanna (Padre)	Colégio Dom Helvécio — Ponte Nova
Alcides de Sousa Reis (Padre)	Rua das Mercês, 149 — Santa Bárbara
Alcina C. Taitson (Ir. Maria Teresa)	Rua Pousou Alegre, 707 — Belo Horizonte
Alcina J. de Carvalho (Irmã)	Avenida do Contorno, 8 902 — Belo Horizonte
Aldeide Soares da Costa	Avenida Alexandre Barbosa, 15 — Uberaba
Alice Breda de Meira	Rua Espinosa, 562 — Belo Horizonte
Aloysio Fritzen	Rua 21 de Abril, s/n — Machado
Álvaro Lontra	Rua Barão do Rio Branco, 169 — Piratininga
Amália Maciel Ferreira de Santana	Rua Olegário Maciel, 262 — Patos de Minas
Ana Lagares	Rua Manhumirim, 1 113 — Belo Horizonte
Angela Machado (Irmã)	Rua Prof. Moraes, 363 — Belo Horizonte
Antônia R. Villar Dantas (Madre) ...	Rua Francisco Sales, 116 — Pousou Alegre
Antônio Carvalho de Faria	Seminário N. S. das Dores — Guaxupé
Antônio Cavatorta	Rua Alves Cabral, 24 — Uberaba
Antônio José da Mata	Rua Joaquim Dias, 135 — Itajubá
Antônio O. Moscon	Rua Pereira Cabral, 178 — Itajubá
Antônio Pedro Baroni	Avenida do Contorno, 3 891 — Belo Horizonte
Antônio Ribeiro Guimarães	Rua Santa Cruz, 617 — Ubá
Antônio dos Santos (Padre)	Avenida Afonso Pena, 1 781 — Uberlândia
Anunciata de Carvalho	Rua Bueno de Paiva, s/n — Caldas
Arabela Andrade	Rua Nossa Senhora de Fátima, 52 — Poços de Caldas
Arnaldo Bellucci	Rua Tiradentes, 415 — Carmo do Rio Claro

OBSERVAÇÃO: — Relação dos inscritos durante o ano de 1958, incluindo as inscrições feitas de acordo com base nas fichas organizadas para atualização do cadastro iniciado em 1947, sob a responsabilidade do Setor de Assistência ao Ensino — Seção de Divulgação Cultural. A inscrição nesse cadastro dá aos interessados o direito ao desconto de 50% na aquisição de publicações do CNG aos professores nele incluídos.

Arnaldo Ribeiro de Sousa	Rua Desembargador Moreira dos Santos, 154 — Santa Bárbara
Ary Cassiano da Silva	Rua Lucas Proença, 43 — Bicas
B. J. M. Franken	Rua Afonso Pena, 722 — Patrocínio
Bárbara Garwolfi (Soror)	Rua Helena Guerra, 140 — Cássia
Benedito Afonsina de Sousa	Praça Municipal, 250 — Alfenas
Benedito de Pádua	Rua 21 de Abril, s/n — Machado
Bernardo (Frei)	Caixa Postal, 12 — Andrelândia
Bernadete Sousa (Irmã)	Avenida Contorno, 8 902 — Belo Horizonte
Bethisa Gomes Alves (Madre)	Rua Francisco Sales, 116 — Pouso Alegre
Branca (Irmã)	Avenida dos Andradas, 1 036 — Juiz de Fora
Cândida Teodoro Cerqueira (Irmã) ...	Rua Barão de Monte Alto, 2 — Muriaé
Canísio Ignácio Lunkes	Rua Misseno de Pádua, 269 — Lavras
Carlos Dalmo Moreira	Rua Diamantina, 2 — Itamarandiba
Carmen Lemelle	Rua Piauí, 1 982 — Belo Horizonte
Carmen de Melo	Rua Espírito Santos, 1 627, apt.º 3 — Belo Horizonte
Celestina Arruda	Praça D. Maria Goulart — Carmo do Rio Claro
Celina Gomes Ribeiro	Caixa Postal, 67 — Ponte Nova
Celso Guerra Lage	Rua Adelino Filipe, s/n — Nova Era
Ceny Figueiredo Medeiros	Rua Frei Dimas, 111 — Teófilo Otôni
Cinira Lorentz	Rua Dr. Serafim, s/n — Araçuaí
Cirilo Grings	Ginásio São José — Teófilo Otôni
Ciro Brasília	Rua Professor José Divino, 115 — Baependi
Cláudio Ribeiro Penchel	Praça São José, s/n — Bicas
Dinorah Alvarenga	Avenida Martins da Costa, s/n — Itabira
Dulce de Oliveira Tarabal	Rua Plombagina, 579 — Belo Horizonte
E. V. Wishart (rscj)	Rua Santa Madalena Sofia, s/n — Belo Horizonte
Edison Morais Drumond	Colégio Rio Branco — Visconde do Rio Branco
Edméa da Cunha Jordão (Madre).....	Avenida Ângelo Calafiori, 393 — São Sebastião do Paraíso
Eduardo Mиейaa (Padre)	Ginásio São Miguel — Passa Quatro
Elvira Schuffner	Avenida Francisco Alves, 1 499 — Belo Horizonte
Elylia de Mattos	Rua Visconde do Rio Branco, s/n — Rio Novo
Elzira Silva (Irmã)	Avenida do Contorno, 8 902 — Belo Horizonte
Emanuel de Souza	Rua Santana, 97 — Sete Lagoas
Emydia F. Braga (Irmã)	Avenida do Contorno, 8 902 — Belo Horizonte
Ennid de Faria	Praça D. Maria Goulart — Carmo do Rio Claro
Ertmann Rohden	Rua 21 de Abril, s/n — Machado
Estácio T. de Melo	Avenida Coronel Carneiro Júnior, 131 — Itajubá
Evaldo Huwel (Padre)	Ginásio São Miguel — Passa Quatro
Evantuir. Rossignolli	Rua Bonaparte, 626 — Belo Horizonte
Fasta Rosa Pires	Alameda das Falcatas, 505 — Pampulha
Fausto Gonzaga de Freitas	Rua Cipriano Del-Távero, 139 — Uberlândia
Flora Maria de Mattos	Avenida dos Andradas, 1 036 — Juiz de Fora

- Francisco Davi (Padre) Colégio Dom Helvécio — Ponte Nova
Francisco Floriano de Paula Rua Prof. Magalhães Drumond, 97 —
Belo Horizonte
Francisco Gonzaga Soares Rua Malacacheta, 153 — Belo Hori-
zonte
Francisco J. dos Santos Rua João A. Salomon, s/n — Itajubá
Francisco Páez Praça dos Estudantes, 23 — Carangola
Francolino José de Sousa Santos Ginásio e Escola Normal Oficial de
Montes Claros — Montes Claros
Franklin Botelho Rua Afonso Pena, s/n — Patrocínio
Frieda Rieder Rua Prof. José Divino, 115 — Baependi
Geralda da Silva Araújo (Irmã) Praça Cid Soares — Ponte Nova
Geraldo Majela de Resende Rua Campos Eliseos, 403 — Belo Hori-
zonte
Gervásio Bassini (Padre) Avenida Afonso Pena, 1 781 — Uber-
lândia
Gilpe F. Santos Rua Santana, 235 — Itabira
Hamilton Leite Rua Ubá, 42 — Belo Horizonte
Hélia Campos Bahia Praça Dr. José Ribeiro, 25 — Oliveira
Hélio de M. Barbalho Praça Padre Gomes, s/n — Virginópolis
Hélio de Oliveira Praça Cândido Viana, 26 — Pedro
Leopoldo
Henrique Lasuen (Padre) Ginásio São Miguel — Passa Quatro
Heriberto J. Schmitt (Padre) Colégio Dom Helvécio — Ponte Nova
Hermes S. Ferreira Rua Martins Peixoto, 87 — Piratininga
Hilário Martinez (Padre) Avenida Amazonas, 1 803 — Belo Hori-
zonte
Hilda Fernal Cascão Rua Bahia, 2 114 — Belo Horizonte
Ida Dutra Sacramento Rua 24 de Fevereiro, 436 — São Lou-
renço
Idemar Lana Araújo Praça D. Maria Goulart — Carmo do
Rio Claro
Liza Campos Rua Silva Jardim, s/n — Manhuaçu
Inácio Castilho Avenida Rio Branco, 230 — Uberlândia
Inayá F. Mendes Rua Padre Camilo, 54 — Bom Sucesso
Inésia Neves (Irmã) Rua Prof. Moraes, 363 — Belo Hori-
zonte
Ismael Antônio (Irmão) Praça D. Eduardo, 5 — Uberaba
Iva Rosa de Carvalho Avenida do Contorno, 8 902 — Belo
Horizonte
Iva Rosa Carvalho Dias Rua Xapecó, 591 — Belo Horizonte
J. Ernesto Coelho Praça João M. Moye, 36 — Itajubá
Januário de Andrade Fontes Rua Gomes Barbosa, 803 — Viçosa
João B. Panisset Sobrinho Rua do Sampaio, 155 — Juiz de Fora
João G. Moraes Caixa Postal, 109 — Aimorés
João Luiz de Castro Rua Gomes Barbosa, 803 — Viçosa
João Mourthé Sampaio Rua Visconde de Ouro Preto, s/n —
Curvelo
João Rodrigues Prado Avenida Olegário Maciel, 1 165 — Belo
Horizonte
José Almir Ribeiro Ginásio Santa Quitéria — Esmeraldas
José Cesário da Costa (Padre) Avenida Cinco, s/n — Ituiutaba
José Ernesto Ballstaed Rua Cristina, 1 335, apt.º 21 — Belo
Horizonte
José H. Rodrigues Rua Gomes Barbosa, 803 — Viçosa
José Maria Lacerda Ruiz (Padre) Ginásio São Miguel — Passa Quatro
José Maria Leite Colégio Peçanha — Peçanha
Josélia Rached (Irmã) Rua Prof. Moraes, 363 — Belo Horizonte
Júlia Antunes Neves Rua Fernandes Tourinho, 708 — Belo
Horizonte
Julietta Mendes (Irmã) Rua Rio Grande do Sul, 1 483 — Poços
de Caldas

Júlio Camargo	Rua Barão de Santa Helena, 481 — Juiz de Fora
Júlio Fernando (Irmão)	Praça D. Eduardo, 5 — Uberaba
Juracy Monteiro de Castro	Colégio Peçanha — Peçanha
Juscelino Bettamio Paraíso	Rua Grão Mogol, 815, apt.º 202-B — Belo Horizonte
Laércio B. de Carvalho	Rua 21 de Abril, s/n — Machado
Leônidas de Castro Serra	Rua Vigário Dantas, 82 — Uberlândia
Lillian de Andrade	Rua do Ouro, 637 — Belo Horizonte
Lincoln Luiz de Bessa	Rua Brumadinho, 42, apt.º 2 — Belo Horizonte
Lívia F. de Carvalho (Irmã Catarina de Carvalho)	Praça dos Andradas, 2 — São João d'El Rei
Lourenço P. Figueiredo	Praça Getúlio Vargas, s/n — Itamarandiba
Lúcia Martins Guedes	Ginásio Escola Normal Santa Clara — Itambacuri,
Luiz Fransen (Padre)	Vila Etna, s/n — Campo Belo
Luiz Gusmeroli (Padre)	Praça da Bandeira, s/n — Conceição do Rio Verde
Luiza Augusta Curado	Rua N. S. de Fátima, 52 — Poços de Caldas
Luiza Maria Portella Ottoni (Irmã)	Avenida Garibaldi, 170 — Juiz de Fora
M. A. Sobral Ferreira (rscj)	Rua Santa Madalena Sofia, s/n — Belo Horizonte
M. de Araújo Penna (rscj)	Rua Santa Madalena Sofia, s/n — Belo Horizonte
M. Eunice L. Siqueira	Alameda das Falcatas, 505 — Pampulha
M. Gomes Vasconcelos	Praça D. Maria Goulart — Carmo do Rio Claro
M. Nelly Nunes	Praça D. Maria Goulart — Carmo do Rio Claro
Manoel Pedro (Irmão)	Praça D. Eduardo, 5 — Uberaba
Manoel dos Santos Rocha Júnior ..	Avenida Bianco, 398 — Bicas
Marcelina H. Gaiarsa (Irmã)	Avenida do Contorno, 8 902 — Belo Horizonte
Margarida L. Pinto	Rua Santana, 235 — Itabira
Margarida Macedo (Irmã)	Rua José Joaquim, 36 — Itajubá
Maria Alves Taveira	Rua Madre Cabrini, 104 — Rio Pomba
Maria Angélica Nascimento	Rua Carlos Gomes, 28 — Belo Horizonte
Maria Aparecida de Almeida	Rua Antônio Carlos, 254 — Ouro Fino
Maria de Barros	Avenida 5, s/n — Ituiutaba
Maria Benedita de Souza (Madre) ..	Avenida Ângelo Calafiori, 393 — São Sebastião do Paraíso
Maria do Carmo A. Pequeno (Madre)	Avenida Ângelo Calafiori, 393 — São Sebastião do Paraíso
Maria da Conceição Barbosa Costa ...	Praça Municipal, 250 — Alfenas
Maria da Conceição Ferraz Drumond	Colégio Rio Branco — Visconde do Rio Branco
Maria da Conceição Garcia	Avenida Professor Brito, 346 — Itanhandu
Maria da Conceição Souza (Irmã) ...	Rua Barão de Monte Alto, 2 — Muriaé
Maria Efigênia de A. Cardoso	Rua Córrego da Mata, 175 — Belo Horizonte
Maria de Freitas (Irmã)	Rua Rio Grande do Sul, 1 483 — Poços, de Caldas
Maria Inês Nunes (Irmã M.ª Regina)	Praça Alfredo Pinho, 52 — Caxambu
Maria José Pinheiro (Irmã)	Avenida do Contorno, 8 902 — Belo Horizonte

Maria de Lourdes Alvarenga (Irmã)	Avenida do Contôrnô, 8 902 — Belo Horizonte
Maria de Lourdes Melo	Rua Santana, 235 — Itabira
Maria de Lourdes Vergueiro	Praça D. Maria Goulart — Carmo do Rio Claro
Maria Luiza dos Reis	Rua da Bahia, 1 565 — Belo Horizonte
Maria Madalena Schade (Irmã Maria Alaisia)	Rua Frei Dimas, 111 — Teófilo Otôni
Maria Madalena Trindade Barreto....	Rua Tamoios, 792 — Belo Horizonte
Maria Neusa Maciel	Ginásio e Escola Normal Oficial de Montes Claros — Montes Claros
Maria Noeme Dias de Carvalho	Colégio Rio Branco — Visconde do Rio Branco
Maria Rosa de J. Ferreira	Rua Manhumirim, 1 113 — Belo Horizonte
Maria do Rosário Sandy (Irmã Maria Benigna)	Rua Duque de Caxias, 140 — Paraisópolis
Maria Teresa Moraes (Irmã)	Avenida do Contôrnô, 9 384 — Belo Horizonte
Maria Virgínia Salgado (Irmã Maria Aurea)	Ginásio S. C. de Jesus — Conceição do Rio Verde
Marilda Nogueira Resende	Rua Rio Casca, 435 — Belo Horizonte
Mario Basacchi	Seminário São Gabriel — Carmo do Rio Claro
Mário Stler (Padre)	Ginásio General Macedo Soares — Acesita — Coronel Fabriciano
Marizza de Carvalho Dias (Irmã) ...	Rua José Joaquim, 36 — Itajubá
Massanielo Santos	Rua Araripe, 303 — Belo Horizonte
Maura Paiva (Irmã Cléria)	Praça Cônego Ulisses, 240 — Campo Belo
Mercês Schade	Rua Frei Dimas, 111 — Teófilo Otôni
Miguel Pereira de Souza	Rua Lauro Borges, 55 — Uberaba
Moisés de Freitas	Rua Princesa Isabel, 134 — Uberlândia
Mozart S. Bezerra	Rua Espírito Santo, 1 025, apt.º 703 — Belo Horizonte
Nair Vieira de Andrade Paranaguá ...	Rua Costa Pereira s/n — Lavras
Nair Vieira Campos (Irmã)	Praça Cid Soares — Ponte Nova
Nazira Eliazar	Praça Cônego Ulisses, 240 — Campo Belo
Neide de O. Magalhães	Rua Félix Gomes, 655 — Virgíniópolis
Neise Melo Franco	Ginásio e Escola Normal Oficial de Montes Claros — Montes Claros
Nelson Duarte	Rua Monsenhor Gonzalez, 445 — Maranhuaçu
Neuman Campos	Caixa Postal, 12 — Andrelândia
Noêmia E. Diniz	Avenida Antônio Carlos, 1 197, apartamento 410 — Belo Horizonte
O. C. de Mattos (rscj)	Rua Santa Madalena Sofia, s/n — Belo Horizonte
Octavia Bassani	Rua N. S. de Fátima, 52 — Poços de Caldas
Odette Rocha	Rua N. S. de Fátima, 52 — Poços de Caldas
Olavo B. Miranda	Rua Osvaldo Cruz, s/n — Itajubá
Oneyr Ferreira Baranda	Avenida Tocantins, 605 — Belo Horizonte
Onofre Gabriel de Castro	Rua Leopoldina, 626 — Belo Horizonte
Osório Alvês Pereira	Rua Venerando Pereira, 125 — Lavras
Oswaldo Louzada Serra	Rua Misseno de Pádua, 269 — Lavras
Otávio Abel (Irmão)	Praça D. Eduardo, 5 — Uberaba
Otto da Fonseca (Padre)	Avenida Afonso Pena, 1 781 — Uberlândia

P. Paula Maia	Praça D. Helvécio — São João d'El Rei
Palestina A. Ferreira	Rua Ceará, 903 — Belo Horizonte
Palmira Vaz de Melo Monteiro	Rua Passa Tempo, 364 — Belo Horizonte
Petrônio Miglio	Caixa Postal, 109 — Aimorés
Pietro Piacentini	Rua Tiradentes, 415 — Carmo do Rio Claro
Raphael José Pelizari	Avenida Liberdade, s/n — Caeté
Rita de Cássia Ligiéro (Irmã)	Rua Barão de Monte Alto, 2 — Muriaé
Rita de Cássia M. Domingues	Rua Barão do Rio Branco, 60 — Piratininga
Rita M. Campos Alvim (Irmã)	Rua Barão de Monte Alto, 2 — Muriaé
Romão Calixto (Irmão)	Praça D. Eduardo, 5 — Uberaba
Roseno Rosendo	Avenida 5, s/n — Ituiutaba
Samuel André (Irmão)	Praça D. Eduardo, 5 — Uberaba
Sebastiana Ferreira Ataíde	Rua Itajubá, 229 — Belo Horizonte
Sebastiana Pereira Fontes	Rua Misseno de Pádua, 269 — Lavras
Sebastião Kappaun	Rua 21 de Abril, s/n — Machado
Sigefredo Marques Soares	Rua General Carneiro, 302 — Belo Horizonte
Sônia de Freitas Macêdo	Rua Duque de Caxias, 501 — Uberlândia
Stela Batista	Rua Santana, 235 — Itabira
Syllas Agostinho Ferreira	Rua Guanabara, 461 — Belo Horizonte
Tabajara Pedroso	Rua Major Lopes, 197 — Belo Horizonte
Tarcisio de Sousa Azevedo	Avenida Imbiara, 130 — Araxá
Teresa Vergueiro de Sousa	Praça D. Maria Goulart — Carmo do Rio Claro
Teresinha Lígia Gusmão	Ginásio São José — Teófilo Otôni
Terezinha de Queiroz Moraes	Rua Guararapés, 54 — Belo Horizonte
Vasco Damião Ferreira	Rua Matadouro, s/n — Paraopeba
Vera Monteiro Junqueira (Irmã Marínês)	Praça Cônego Ulisses, 240 — Campo Belo
Vicente Mendes de Oliveira	Rua Teixeira da Costa, 185 — Sete Lagoas
Víniõ Barbosa Tamburini	Avenida Afonso Pena, 687 — Alfenas
Waldemar de Almeida Barbosa	Rua Guajajaras, 890 — Belo Horizonte
Walter Cabral	Praça Getúlio Vargas, 98 — Itajubá
Walter Licínio de Miranda Barbosa	Rua Álvares Maciel, 530 — Belo Horizonte
Wanda Bernardes Castilho	Praça Municipal, 250 — Alfenas
Wilson Falcomer	Rua Rio Branco, 332 — Araguari
Yole de Souza Marques	Rua das Flores, 71 — Curvelo
Zélia Teresinha Pagnoncelli (Irmã)	Rua Barão de Monte Alto, 2 — Muriaé
Zilda Scarpa Pereira	Praça D. Maria Goulart — Carmo do Rio Claro

PARÁ

Benedito Gomes da Silva	Rua 14 de Março, 411 — Belém
Carlos Moraes Albuquerque	Avenida Independência, s/n — Belém
Eurides Pinto de Brito	Rua Alberto Engelhard, 82 — Belém
Eurides Rocha	Praça Duque de Caxias, 896 — Marabá
Jonathas Pontes Athias	Rua 16 de Novembro, 81 — Belém
Julius James Wadekamper (Irmão Júlio Wadekamper, SCS)	Praça Barão de Santarém, 1 — Santarém
Luiz Oswaldo Pamplona Conceição	Largo do Prado, 88 — Belém
Maria Montandon Afonso (Irmã Maria Tarcila da Cruz)	Rua Mundurucus, 734 — Belém

Myrthes da Silva Ferreira Travessa Padre Eutíquio, 997 — Belém
 William Vasconcelos Pessoa Rua 16 de Novembro, 369 — Belém

PARAÍBA

Ediomar B. Rocha (Madre M.^a Clara) Escola Normal e Ginásio Santa Rita
 — Areia
 Hilda Pires de Mattos Praça Presidente João Pessoa — Ba-
 naneyras
 Iracema Ramos (Madre) Praça Ana de Albuquerque, 12 — Ca-
 jazeiras
 João Costa (Padre) Praça Dom Bosco, s/n — Cajazeiras
 João Francisco de Assis Praça João Pessoa — Santa Rita
 Joaquim dos Santos Praça da Independência — João Pessoa
 Jonas Pinto (Padre) Praça Dom Bosco, s/n — Cajazeiras
 Manoel Amaro Rua Dr. Sales, 89 — Guarabira
 Manuel da Silva Reis Praça da Independência — João Pessoa
 Maria do Carmo Duarte Escola Normal e Ginásio Santa Rita —
 Areia
 Maria Iluminaris Allger (Madre OSF) Escola Normal e Ginásio Santa Rita —
 Areia
 Maria Inviolata Scheckenbach (Madre
 OSF) Escola Normal e Ginásio Santa Rita —
 Areia
 Marius Testud Praça da Independência — João
 Pessoa
 Tarcila Vasconcelos Moura (Madre) Praça Ana de Albuquerque, 12 — Cajá-
 zeira
 Violeta Resende Rua Dr. Sales, 89 — Guarabira

PARANÁ

Abelegy Alves Rua Prof. Sousa Araújo, 188 —
 Imbituva
 Adalberto Mattos Ferreira Rua Jadir Jorge, 249 — Rio Negro
 Adélia Ayres Silveira de Pádua Travessa Oliveira Belo, 16, apt.º 308
 — Curitiba
 Adolfo Rosevics Praça João Gualberto — Paranaguá
 Adriano Robine Rua Vicente Machado, 127 — Curitiba
 Ady Tramujas Samways Rua Xavier das Silva, 156 — Parana-
 guá
 Affonsina E. C. Ribeiro Avenida 7 de Setembro, 4 926 —
 Curitiba
 Agenor H. Ribeiro Caixa Postal, 127 — Araçongas
 Alaide Tureck Rua André de Barros, 289 — Curitiba
 Alceu Antônio Swarewski Rua Vicente Machado, s/n.º — Rio
 Negro
 Alcyone Correia de Freitas Rua Coronel José Lôbo, 72 — Para-
 naguá
 Aldo P. de Almeida Rua Cândido Lopes, 325 — Curitiba
 Aline Bittencourt Apelau Rua Siqueira Campos, 620 — Cambará
 Alteny Maria de Lourdes Gubert Ginásio Estadual — Teixeira Soares
 Ana Spak (Irmã Isidora) Praça João Antônio da Costa, 12 —
 Campo Largo
 Anna Checchia Russo Rua Augusto Ribas, 416 — Ponta
 Grossa
 Antônio M. Martins Caixa Postal, 99 — Santa Mariana
 Aparecida G. Constantino Caixa Postal, 106 — Rolândia
 Aristides Zanella Rua Bispo D. José, 2 674 — Curitiba
 Armando João Ângelo Minghini Rua Expedicionários, 665 — Ribeirão
 Claro
 Arnaldo Faiuro Busatto Ginásio Estadual — Clevelândia
 Arthur Ernesto Werlang Praça Rui Barbosa, 15 — Curitiba

- Artur Borges de Macedo Júnior
 Áurea M. Carneiro
 Áureo L. Guerios
 Balbina Chicora (Irmã Bogumila)
 Barqueth da Veiga Queiroz
 Basílio Chrun
 Bernardino Pedrotti (Irmã Desiderato)
 Carlos Gomes da Silva
 Carmen Simionatto (Irmã)
 Carmem T. Machado
 Casemiro Venskis
 Clóvis Nunes da Silva
 Custódio Netto
 Darcy Olavo Woelner
 David Wiedmer Neto
 Dinorah Bettega
 Edenir Rassele
 Eduardo de Carvalho
 Elias Gilberto (Irmão)
 Eliceu Sgritt (Irmão Zenon-Eliseu)
 Elisa Salmon Jorge
 Estephano Makiak
 Eugênia Teixeira
 Geremias Vieira de Lima
 Hains Ravache
 Hamilton C. Cognialli
 Hatsuko Sanada
 Helena Lucca
 Hélio Fontoura Aderne
 Heriberto Arns
 Irapoan Pimenta
 Ivo Fortes
 Ivone Camargo da Silveira
 Jayra Joaquina do Valle (Irmã)
 João Hort
 João José Slongo
 Jorge Garzuze
 Jorge Szczyppior
 José Carlos de Moraes
 José Guerreiro de Paula
 José M. S. Pôrto
 Ksénia Matviko
 Leônidas Boutin
 Lino Conte (Irmão Sabino Lino)
 Lúcia E. M. N. Heberle
 Luiz José Lauer
 Lygia Pinho Cárdenas
 Rua Buenos Aires, 639 — Curitiba
 Rua Muquillão, s/n.º — Campo Mourão
 Colégio Estadual de Palmas — Palmas
 Praça João Antônio da Costa, 12 —
 Campo Largo
 Rua Vicente Machado, 1 013, apt.º 6 —
 Curitiba
 Rua São Tomás, 49 — Castro
 Colégio Marcelino Champagnat — Alto
 das Mercês — Curitiba
 Rua Venceslau Brás, s/n.º — Santo
 Antônio da Platina
 Ginásio Estadual — Clevelândia
 Caixa Postal n.º 99 — Santa Mariana
 Rua Goethe, 1330 — Curitiba
 Rua Major Barbosa, 654 — Cambará
 Avenida Brasil, 10 — Monte Alegre
 Rua Desembargador Mota, 989 —
 Curitiba
 Caixa Postal, 40 — Lapa
 Rua Chile, s/n.º — Curitiba
 Ginásio Estadual — Clevelândia
 Avenida Antônio Cunha, 394 — Ja-
 guariaíva
 Rua 15 de Novembro, 1 004 — Curitiba
 Avenida Tiradentes, 963 — Maringá
 Rua 15 de Novembro, s/n.º — Sengés
 Colégio Estadual de Palmas — Palmas
 Rua Pinheiro Machado, 189 — Ponta
 Grossa
 Ginásio Estadual — Clevelândia
 Rua Muquillão, s/n.º — Campo Mourão
 Rua Tibaji, 510 — Curitiba
 Ginásio Estadual de Nova Esperança
 — Nova Esperança
 Praça Rui Barbosa, 15 — Curitiba
 Praça Centenário, s/n.º — Tibaji
 Praça Rui Barbosa, 149 — Curitiba
 Avenida Brasil, 347 — Ribeirão Pinhal
 Ginásio Estadual Duque de Caxias —
 São Mateus do Sul
 Colégio Estadual General Carneiro —
 Lapa
 Rua Estados Unidos, 1 351 — Cambé
 Avenida Manuel Ribas, s/n.º — União
 da Vitória
 Rua Bispo D. José, 2 674 — Curitiba
 Rua 24 de Maio, 538 — Irati
 Rua Bahia, s/n.º — Sertanópolis —
 São Jorge Hotel
 Caixa Postal, 127 — Araçongas
 Ginásio Estadual — Clevelândia
 Rua Manuel Ribas, s/n.º — Açaí
 Rua Cândido Mendes, s/n.º — Pruden-
 tópolis
 Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 399
 — Curitiba
 Colégio Marcelino Champagnat — Alto
 das Mercês — Curitiba
 Avenida Manuel Ribas, s/n.º — Ja-
 carézinho
 Rua Xavier da Silva, 145 — Rio Negro
 Rua Júlia da Costa, s/n.º — Paranaguá

Marcelina Manfron	Praça Rui Barbosa, 15 — Curitiba
Maria Amélia da Glória	Praça Rui Barbosa, 15 — Curitiba
Maria da Conceição Martins	Praça Centenário, s/n.º — Tibají
Maria Emir Lopes	Ginásio Estadual — Clevelândia
Maria Geny Sckükli Borges	Ginásio Estadual de Pôrto Amazonas — Pôrto Amazonas
Maria Goto	Avenida Conde Matarazzo, s/n.º — Antonina
Maria José Pinto Borba	Rua Visconde de Nacar, 14 — Para- naguá
Maria de Lourdes F. Manasses	Praça Rui Barbosa, 15 — Curitiba
Maria Magdalena Cigaran	Rua Pará, s/n.º — Londrina
Maria Natércia Vale	Ginásio Estadual de Cambé — Cambé
Matilde Baer	Praça Quintino Bocaiuva, 48 — Castro
Michelina Zavelinski	Rua 24 de Maio, 538 — Irati
Moacir Fantini	Avenida N. S. da Luz, 11 — Curitiba
Moacyr de M. Cordeiro	Rua Marechal Deodoro, s/n.º — Pru- dentópolis
Nabor Silva Júnior	Rua Manuel Ribas, s/n.º — Açaí
Nelson João Sperandio	Caixa Postal, 28 — Ibiporã
Nestor Carlos Cunha	Rua São Paulo, 10 — Andirá
Nilza Therezinha Ricetti	Avenida Silva Jardim, 256 — Curitiba
Nivaldo N. Conter	Avenida Manuel Ribas, s/n.º — Ja- carézinho
Odahir do Amaral e Silva	Rua Julieta Veiga Queirós, s/n.º — Piraí do Sul
Orlando Medeiros de Souza	Caixa Postal n.º 17 — Santa Amélia
Orphila Conta Rodrigues	Caixa Postal n.º 127 — Arapongas
Othmar Kunrath	Rua Bispo D. José, 2 674 — Curitiba
Pedro Antônio Maria Sobrinho	Rua Capitão A. J. Camargo, s/n.º — Laranjal do Sul
Ramiro de Godoy	Avenida Paranaguá, 487 — Cruzeiro do Oeste
Renê Reis	Rua Almirante Gonçalves, 813 — Curitiba
Rosa Stirelberg	Rua Riachuelo, 245 — Curitiba
Rute Moreira Castilho	Ginásio Estadual — Clevelândia
Ruy Ayres Pacheco	Rua Rio Branco, s/n.º — Santo Antônio da Platina
Ruy Rebello Vieira	Rua Martim Afonso, s/n.º — Maringá
Sezinando Andrade	Rua Muquillão, s/n.º — Campo Mourão
Tecla Lesscsyssyn	Rua Cândido Mendes, s/n.º — Pruden- tópolis
Terezinha A. Santa Rosa	Praça Rui Barbosa, 15 — Curitiba
Vanda Rymkiewicz	Rua Cândido Mendes, s/n.º — Pru- dentópolis
Verônica Jataí (Irmã)	Ginásio Estadual — Clevelândia
Wilkon Filemon Braga Madeira	Praça D. Pedro II — Mandaguauçu
Wilmo Maletzki	Rua Castro Alves, s/n.º — Bela Vista do Paraíso
Yatay de Britto	Rua Francisco Leal, s/n.º — Piraquara
Yvone Michel Arruda Brasil	Caixa Postal, 224 — Astorga

PERNAMBUCO

Abucio Lopes Fernandes	Rua São Gonçalo, 34 — Recife
Amaro Ferreira Nunes Filho	Rua Operária, 38-A — Recife
Anibal Torreão de Melo	Rua General Escarcela Portela, 17 — Recife
Azael Leitão de Albuquerque	Rua Afonso Pena, 18 — Caruaru
Barbara Hafenbraedl	Rua Dr. Alcebiades, 216 — Timbaúba
Benitia Kilian (Madre)	Sítio Horta, 5 — Triunfo
Bernardete de Castro (Irmã)	Rua D. Bosco, 1 653 — Recife

Cácia P. Rodrigues	Rua D. Vital, 27 — Recife
Cacilda L. Montenegro	Avenida Herculano Bandeira, 513 — Recife
Caio da Costa Lima	Rua P. Capistrano, 188 — Recife
Cleide Fonseca de Moraes	Rua Real da Tôrre, 1 002 — Recife
Clóvis Lacerda Leite	Rua Buíque, 86 — Recife
Conceição Dias (Madre OSB)	Largo da Misericórdia, s/n.º — Olinda
Estácio Macedo de Oliveira	Avenida Conde Boa Vista, 385 — Recife
Eunice Saldanha	Rua Paraná, 88 — Recife
Eurides Guimarães Novaes	Rua 7 de Setembro, s/n.º — Recife
Glória Maria Moreira	Avenida João de Barros, 1 576 — Recife
Heloisa Oliveira	Avenida Oliveira Lima, 867 — Recife
Hildegard Bühler (Madre Clara)	Rua Benfica, 715 — Recife
Hilton Sete	Rua Neto Mendonça, 169 — Recife
Imaculada Aguiar (Madre OSB)	Largo da Misericórdia, s/n.º — Olinda
Jasson Pacheco	Rua das Pernambucanas, 92 — Recife
Jerônimo Marinho Falcão	Avenida Segismundo Gonçalves, 375 — Olinda
Joaquim Augusto de Noronha Filho	Rua D. Luis, s/n.º — Barreiros
José Rodrigues Nóbrega	Ginásio do Educandário Nordestino Adventista — Belém de Maria
Júlia de Moraes Leite	Rua Coronel João Alfredo, s/n.º — Palmares
Manoel Correia	Rua Meneses Drumond, 215 — Recife
Manuel Antunes dos Santos	Avenida Conde da Boa Vista, 385 — Recife
Maria do Carmo Eutrópio Pimenta ...	Praça da Casa Forte, 52 — Recife
Maria do Carmo Mourão	Avenida Pedro II, s/n.º — Arcoverde
Maria das Dôres Almeida	Avenida Conde Boa Vista, 921 — Recife
Maria Heloisa Oliveira	Avenida Oliveira Lima, 867 — Recife
Maria José Guerra	Avenida Oliveira Lima, 867 — Recife
Maria de Lourdes Oliveira Fernandes	Rua do Sol, 280 — Recife
Maria Mariz de Moraes	Rua Dr. Alcebiades, 216 — Timbaúba
Maria Teresa C. Freire	Praça Duque de Caxias, 621 — Goiana
Maria Torres de Moraes	Rua Dr. Alcebiades, 216 — Timbaúba
Mercês Xavier da Silva (Madre OSB)	Largo da Misericórdia, s/n.º — Olinda
Merval de A. Jurema	Rua Meneses Drumond, 289 — Recife
Miguel F. Alves	Avenida Beberibe, 1 679 — Recife
Nazaré Falcão	Avenida Oliveira Lima, 867 — Recife
Otacília C. Calheiros	Rua Sebastião Alves, 112 — Recife
Paula Cordeiro Pires (Madre OSB) ...	Largo da Misericórdia, s/n.º — Olinda
Pierre Malclès	Avenida Conde da Boa Vista, 385 — Recife
Raymundo Dall'AgnoI	Avenida Conde da Boa Vista, 385 — Recife
Rita Simões de Gouveia	Praça Duque de Caxias, 621 — Goiana
Roberto Navarro de Oliveira Alencida	Rua do Sol, 301 — Recife
Rumilda Pereira (Madre Maria de Fátima)	Rua Benfica, 715 — Recife

PIAUI

Estela Guerra Knitter	Ginásio do Instituto Batista Industrial Corrente
Manuel Parente (Padre)	Praça Marco Aurélio, s/n.º — Bom Jesus
Maria Christina Oliveira	Rua Joaquim Ribeiro, 531 — Teresina
Moema Frejat	Praça Marco Aurélio, s/n.º — Bom Jesus

 Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Bibliografia e Revista de Revistas

Registros e Comentários Bibliográficos

Livros

Carl Troll (Herausgeber), GROSSER HERDER ATLAS (Herders bildungsbuch Atlasband, die Erde des Menschen: Natur und Kulturlandschaften), com 202 mapas, 32 pranchas e numerosas fotografias e tabelas, Verlag Herder, Friburgo, 1958, XIV + 792 páginas.

Esta magnífica obra representa uma das grandes realizações editoriais dos últimos anos. É um compêndio geográfico moderno, elaborado por uma equipe de 150 cientistas da Alemanha e de outros países. Divide-se em três partes principais: um atlas cartográfico, uma secção de fotografias de paisagens naturais e culturais, e uma série de 126 pequenas monografias corográficas. Seguem-se uma secção de tabelas e dois índices finais alfabéticos com mais de 80 000 nomes e termos. Concebido como volume complementar da grande enciclopédia da mesma casa editora, o *Grosser Herder Atlas* não se destina, porém, exclusivamente aos geógrafos, apresentando-se, ao contrário, como obra de difusão de cultura científica em alto nível, tornando os conhecimentos acessíveis a qualquer pessoa de formação intelectual ou profissional. No prefácio, Carl Troll define bem este objetivo como sendo o de "proporcionar cultura relativa à diferenciação espacial da superfície da terra, na qual o gênero humano se originou e desenvolveu, estruturando-se em grupos sociais, povos e comunidades lingüísticas, religiosas e políticas, e que, por seu turno, no curso da história da civilização, foi transformada em múltiplas paisagens culturais". Trabalho dessa envergadura só poderia ser levado a termo por um conjunto de especialistas em toda uma série de ciências naturais e humanas, especialistas capazes de sistematizar os

conhecimentos essenciais em mapas, quadros e textos concisos e bem ilustrados, a fim de que não se sacrificasse a visão de conjunto à riqueza das minudências. Com efeito, os mapas temáticos, que somam 125 ao todo, correspondem, em sua totalidade, a um justo meio-termo entre a elaboração pormenorizada e o esboço esquemático, de modo a permitirem orientação rápida e bastante segura. O mesmo cumpre dizer dos textos que formam os pequenos ensaios corográficos. Está de parabéns o professor Troll por ter conseguido integrar com eficiência a colaboração de equipe tão numerosa e heterogênea, sem cercear demais a personalidade científica de cada um dos autores.

Do ponto de vista técnico, os mapas de geografia física constituem uma inovação. São feitos por um moderno processo patenteado que permite uma nítida representação plástica do relevo junto com abundante indicação dos nomes de acidentes geográficos. Mas também as cartas temáticas e a reprodução das fotografias correspondem a um alto padrão. Quanto aos mapas regionais, compreende-se que sejam em escala maior os relativos à Alemanha (em sua maioria de 1:1 000 000), embora a escala dos restantes seja suficiente para as necessidades normais.

Por amplo que seja o número de assuntos abrangido por uma publicação dessa natureza, ela não pode, entretanto, satisfazer as exigências de todos os especialistas. Entre os mapas temáticos, por exemplo, o antropólogo desejaria encontrar um que mostrasse a distribuição racial da humanidade. Por sua vez, os mapas etnográficos cobrem apenas a Europa, a Ásia e a América do Sul, o que é lamentável, embora haja, em compensação, algumas cartas especificamente lingüísticas, entre elas

uma dos idiomas africanos; muito bem feita, embora um tanto sumária. Mais numerosas e minuciosas são as que se referem à geografia física e econômica, elaboradas sobre a base dos dados estatísticos e informes mais recentes. De acordo com o caráter da área ou do país abrangido, os mapas econômicos apresentam ora a estrutura agrária, ora a mineração e a indústria, ora outras atividades extrativas ou produtivas de importância. Quando necessário, desdobram-se em dois ou mais, distinguindo-se, por exemplo, entre os que informam sobre as riquezas minerais existentes ou conhecidas em determinado país e os que indicam a sua exploração atual. Como é natural, as cartas históricas se referem em sua maioria ao passado da Europa, mas há também os que proporcionam uma visão diacrônica de aspectos da vida cultural e política de outros territórios; uma, por exemplo, que representa a exploração e colonização do continente sul-americano, e duas que mostram, respectivamente, a expansão e o desmembramento do império otomano. — Em conjunto, pois, um quadro vivo e variado da existência humana na superfície da terra.

Todos os mapas temáticos, salvo os de informação ou orientação mais geral e os que se referem aos recursos naturais e à industrialização da União Soviética, trazem o nome do cientista responsável. Também os ensaios monográficos vêm todos assinados pelos respectivos autores.

Uma ressalva final. O autor deste comentário colaborou no *Grosser Herder Atlas*, contribuindo com um pequeno mapa etnográfico da América do Sul. A ele evidentemente não poderia estender-se o que de positivo foi dito acima. Cabe, ao contrário, antecipar uma das observações críticas que talvez venham a ser feitas. Diz respeito ao emprego da expressão "primitiver Hackbau" (primitiva lavoura de enxada) com referência à economia de determinadas tribos de índios. Embora desde E. Hahn certos autores designem sumariamente com o termo "Hackbau" as formas mais rudimentares da lavoura, talvez fôsse preferível não aplicá-lo ao cultivo do solo dos indígenas brasileiros, entre os quais era raríssimo ou talvez mesmo inexistente o uso da enxada. E. S.

(Transcrito do O Estado de São Paulo, edição de 21-2-1959)

Periódicos

LES CAHIERS D'OUTRE-MER — Revue de Géographie — Bordeaux — N.º 44 — IIème année — Octobre-Décembre, 1958.

Com estudos associados por Paul Pélissier, da Faculdade de Letras de Dakar, por Jacqueline Beaujeu-Garnier, da Faculdade de Letras de Lille, e por Serge Lerat, do Liceu Michel-Montaigne de Bordeaux, e com crônicas de Pierre Gourou, do Colégio de França, o Instituto de Geografia da Faculdade de Letras de Bordeaux apresenta mais um número de sua conhecida revista geográfica.

Do seu sumário constam: "Essai de géographie électorale guinéenne"; "Les Diola: étude sur l'habitat des riziculteurs de Basse-Casamance"; "Mise au point: Bauxite et aluminium dans le monde" e "Problèmes de géographie humaine au Cameroun septentrional", além de comentários bibliográficos, e, no final, um cuidadoso índice analítico de todos os assuntos considerados.

L. P. G.

THE GEOGRAPHICAL REVIEW — The American Geographical Society of New York — January 1959 — Vol. XLIX, n.º 1.

A American Geographical Society apresenta mais um número de sua "Geographical Review", correspondente ao mês de janeiro de 1959, e com a colaboração de conhecidas personalidades da geografia.

Nas suas 150 páginas encontram-se os seguintes trabalhos: "A Map of Japan's Manufacturing" — John H. Thompson e Michihiro Miyazaki; "Parkland in the Chilterns" — Hugh C. Prince; "The Population of China's Cities" — Theodore Shabad; "The Recent Growth of China's Urban Population" — Leo A. Orleans; "The Rural Village in the Ethiopian Highlands" — Clarke Brooke; "An Arctic Reindeer Industry: Growth and Decline" — J. Sonnenfeld e "Milk Production in England and Wales: A Study in the Influence of Collective Marketing" — E. S. Simpson.

Além disso, há variado noticiário e diversos comentários bibliográficos que tornam o volume ainda mais interessante, do lado informativo.

L. P. G.

BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ DE GÉOGRAPHIE D'EGYPTE — Tome XXX — 1957 — Cairo Imprimerie de l'Institut Français d'Archéologie Orientale.

Nesse volume são tratados assuntos de grande oportunidade, como a construção da barragem Sadd-El-Ali, no rio Nilo, considerada o maior reservatório do mundo; o clima e microclima do deserto do Cairo e a região fisiográfica do Iraque, etc., acompanhados de diversas ilustrações e mapas que esclarecem e completam os textos.

Em idioma árabe há um comentário de Hassân Awad sobre o XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado em 1956 no Rio de Janeiro.

Colaboram nesse tomo XXX os seguintes nomes: M. A. Sharkawy, M. Kassas, M. Imam, A. Shata, Raoul C. Mitchell, Hassân Awad e Et. de Vaumas.

L. P. G.

ANNALES DE GÉOGRAPHIE — Bulletin de la Société de Géographie — Paris — France — N.º 363 — LXVII, année — September-October, 1958.

A Sociedade de Geografia de Paris, com o concurso do Centro Nacional de Pesquisa Científica, acaba de publicar mais um número dos "Annales de Géographie", contendo: "La géographie physique comme science et les lois géographiques générales de la Terre", por S. V. Kalesnik; "La culture de la vigne dans la Fruska Gora", por

H. Irnard e "Un centre minier de Tunisie: Redeyef", por R. Brunet, além de notas bibliográficas e crônicas geográficas. É um número interessante, com vários clichês e diagramas.

L. P. G.

REVISTA GEOGRÁFICA — Instituto Pan-Americano de Geografia e História — N.º 48 — Tomo XXII — 1.º Semestre — 1958 — Rio de Janeiro.

A Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História apresenta-nos mais um número do seu periódico. O sumário registra os seguintes trabalhos, todos de apreciável valor cinético: "Furos, paranás e igarapés. Análise genética de alguns elementos do sistema potamográfico amazônico", de Gilberto Osório de Andrade; "Climas Panameños", de Angel Rubio; "The Economic-Geographical Structure of Surinam — A character sketch", de John J. Hanrath; "Propriedade e Uso da Terra na Plantation Brasileira", de Manuel Diegues Júnior, e "La Importancia Geográfico-Física del Brasil", de Angel Bassols Batalha. O leitor encontra ainda as seções "Documentário Geográfico", com três trabalhos do Prof. Angel Rubio; "Obituário"; "Bibliografia", e "Noticiário", que oferece uma síntese das principais atividades do Instituto no semestre. Este número da "Revista Geográfica", como sempre confeccionado com esmero, contém ainda ilustrações fotográficas e mapas elucidativos dos trabalhos publicados.

Especial interesse tem o trabalho de Angel Bassols que, numa síntese admirável, focaliza a realidade geográfica brasileira.

A. S. F.



Este "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Avenida Beira-Mar, 435 — Edifício Iguazu — Rio de Janeiro, D.F.

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho de Desenvolvimento do Nordeste

DECRETO DE CRIAÇÃO DESSE ÓRGÃO — COMO SE ACHA CONSTITUÍDO — O presidente Juscelino Kubitschek assinou decreto, que institui o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, providência que antecipa a instalação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, órgão cuja definitiva criação será, dentro de pouco tempo, objeto de mensagem a ser enviada ao Congresso Nacional. O ato verificou-se na presença dos governadores dos estados nordestinos.

O novo organismo terá como principal finalidade a adoção de medidas visando ao estabelecimento de uma estrutura econômica para a região nordestina. Compôr-se-á de um Conselho Executivo, de uma Secretaria Executiva e de um Conselho Deliberativo, com 19 membros, dos quais 9 indicados pelos governadores da área do Nordeste. Dêle fazem parte ainda representantes dos Ministérios da Agricultura, da Viação e Obras Públicas, da Saúde, da Fazenda, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, do Banco do Nordeste, da Comissão do Vale do São Francisco, e do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, bem como um representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, isso por força das recomendações sugeridas no decorrer do "Encontro do Bispos", realizado na cidade paranaense de Campina Grande. Para melhor centralização dos seus trabalhos o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste terá a sua sede na cidade do Recife.

O presidente da República viuva a explanação dos governadores presentes sobre problemas específicos dos respectivos estados, recolhendo, então, uma série de sugestões, as quais serão imediatamente postas em prática, a fim de que, em tempo hábil, possa ser realizado o aproveitamento econômico do Nordeste, notadamente dos seus vales úmidos, o que constitui um dos pontos fundamentais do plano de desenvolvimento da região, apresentado pelo economista Celso Furtado.

☆

AUTOR DO PRIMEIRO MAPA DE BRASÍLIA UM TÉCNICO NATURAL DA REGIÃO DA NOVA CAPITAL. — ENTREGUE O TRABALHO AO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKEK. — O primeiro mapa de Brasília acaba de ser executado pelo cartógrafo Clóvis de Magalhães, que é também técnico do Conselho Nacional de Geografia.

O trabalho, que já foi entregue ao presidente Juscelino Kubitschek, foi impresso em sete cores na escala de 1:100 000. Foi elaborado com base em reconstituições aerofotogramétricas e se destina, além do conhecimento físico-geográfico da região, tendo em vista a riqueza dos seus aspectos e a sua escala a estudos e

planejamentos preliminares, para qualquer tipo de atividade humana no novo Distrito Federal, em consonância com as suas condições e possibilidades geográficas.

Clóvis de Magalhães é filho da região em que se encontra assentada a nova capital. Sua cidade natal é Formosa, um dos três municípios goianos que foram desmembrados para formar Brasília, o que lhe facilitou a execução do trabalho. Conta êle com mais de duas dezenas de obras cartográficas completas e já publicadas. E' autor inclusive das cartas geográficas oficiais dos estados de Goiás e do Maranhão.

O mapa de Brasília foi impresso no Serviço Gráfico do IBGE, por encomenda do escritório de representação do governo de Goiás no Rio.

☆

SERÁ TRADUZIDA PARA O FRANCÊS E O HOLANDEZ UMA NOVA HISTÓRIA DO BRASIL. — A OBRA CONTEM UM CAPÍTULO SOBRE BRASÍLIA. — O diplomata Renato de Mendonça, pouco antes de embarcar para a cidade de Santiago do Chile, onde vai assumir a função de ministro-conselheiro junto à Embaixada do Brasil naquele país andino, teve ocasião de falar sobre o seu mais recente trabalho cultural, que é o livro *História do Brasil*, elaborado em obediência às mais avançadas técnicas didáticas e cujo lançamento será feito simultaneamente na França, Holanda e Bélgica. A edição francesa deverá compreender quatro mil exemplares, e a holandesa, pouco mais de dois mil.

Tecendo maiores considerações relativas ao seu trabalho, o diplomata frisou que é o primeiro a aparecer apresentando um capítulo especial sobre Brasília, com um texto explicativo da idéia, suas bases históricas, políticas e econômicas. Louvando o esforço do presidente Juscelino Kubitschek para tornar realidade a mudança da capital do Brasil para o planalto goiano, o Sr. Renato de Mendonça declarou que o seu trabalho ainda oferece uma série de mapas indicativos da situação geográfica da futura metrópole, bem como ilustrações variadas referentes aos demais temas focalizados.

Continuando suas declarações, o Sr. Renato de Mendonça afirmou que, assim que assumir o seu novo posto na capital do Chile, dará início a um movimento visando à tradução para o espanhol de algumas obras fundamentais da nossa cultura, de modo a permitir que o povo chileno tenha uma idéia mais avançada e mais positiva do Brasil, sua gente e suas tradições.

Finalizando sua palestra, o referido homem de letras fez questão de dizer que, ao chegar a Santiago, pronunciará uma conferência sobre Brasília, mostrando aos nossos amigos chilenos o verdadeiro significado da grandiosa tarefa, que o atual governo da República está executando em cumprimento a um dispositivo constitucional e às exigências do nosso desenvolvimento econômico.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

COMEMORANDO O 22.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DESSE ÓRGÃO — PALESTRA DO PRESIDENTE DO IBGE AO MICROFONE DE "A VOZ DO BRASIL". — Com várias solenidades, entre as quais uma missa votiva celebrada na Igreja de Santa Luzia e uma sessão, realizada no auditório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Conselho Nacional de Geografia comemorou, a 24 de março corrente, o seu vigésimo segundo aniversário de fundação.

Do programa comemorativo também fez parte o ato de integração do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro no sistema geográfico do IBGE, conforme resolução do Diretório Central dessa última instituição.

Ainda com referência ao ato de integração do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro no CNIG vários oradores fizeram-se ouvir durante a citada solenidade, entre os quais o Prof. Speridião Faissol, secretário-geral do CNIG; o general Jaguaribe de Matos, presidente da Sociedade Brasileira de Geografia; o Prof. Jurandir Pires Ferreira, presidente do IBGE, e ainda o jornalista Paulo Filho, este último na qualidade de presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro.

Também como parte das solenidades comemorativas do aniversário de fundação do CNIG, o Prof. Jurandir Pires Ferreira, presidente do IBGE, órgão a que está subordinado o dito Conselho, pronunciou, à noite, ao microfone da "Voz do Brasil", a seguinte palestra: "Hoje é aniversário da fundação do CNIG "Dia do Geógrafo", data em que me cabe dirigir a palavra àqueles que realizam a base para o conhecimento de nossa terra. Ontem a preocupação sobre a nomenclatura da gleba limitava a atuação dos geógrafos no seu aspecto descritivo. Hoje, a amplitude científica dos seus conhecimentos, no campo enciclopédico de sua preparação, é desenvolvida num plano geral de investigação e leva o geógrafo a penetrar na intimidade dos problemas nacionais como elemento fundamental para racionalização dos planos que visam à recuperação econômica do país.

Esse novo aspecto, pelo qual se vê o geógrafo de hoje, lhe amplia o respeito público e gera em torno de seu trabalho a admiração crescente pelo efeito benfazejo de sua atuação social.

A geografia de hoje não se limita à fotografia estática da terra, mas desdobra o dinamismo das relações do homem com a gleba.

Sonda as possibilidades que a mesma lhe oferece como elemento de planejamento em busca da melhoria da vida humana.

O Brasil penetra na sua selva de ontem desbravando sua natureza para nela assentar uma nova civilização que talvez altere o próprio eixo do panorama político universal. Essa obra está realizando o atual governo na fixação

de uma civilização interior, sonho de ontem realidade de hoje na obra do presidente Kubitschek.

Nesse sentido é a responsabilidade maior que assume o geógrafo no dia de hoje quando o Brasil procura realizar obra de fundo, na estrutura orgânica do país.

Seria altamente interessante, pois, referir-se nesse instante à frase do general Cafias Montalva, presidente do IPG que define, em síntese, o ascendente geográfico na vida contemporânea.

Disse a grande figura chilena que, enquanto a história separa os povos na reminiscência saudosista das desavenças do passado, a geografia os une na conciliação efetiva dos interesses comuns, harmonizados para o suprimento dos necessitados de cada um em busca da felicidade humana.

Seja este o lema desfraldado para a realização fecunda de se humanizar o planeta".

☆

Divisão Cultural

NOVO DIRETOR DESSA DIVISÃO. — Desde o mês de fevereiro último a Divisão Cultural do CNIG tem novo diretor na pessoa do Dr. Agenor Barbosa de Almeida, nomeado para esse alto cargo, por ato do presidente do IBGE.

Natural do Piauí, o Dr. Agenor Barbosa de Almeida fez os primeiros estudos na capital do seu estado. Diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Regressando ao seu estado natal, ingressou logo no serviço público, ocupando vários postos administrativos de relevo como secretário de Estado e prefeito de Teresina. Foi deputado estadual à Assembléia Legislativa do Piauí, presidente da referida Assembléia, e eventualmente por força dessas funções, exerceu em caráter interino, o cargo de governador.

Pertenceu ao quadro médico da Polícia Militar piauiense, aposentando-se como coronel-médico.

Estudioso dos problemas nacionais, dotado de largo tirocínio adquirido no exercício de diversas comissões, o Dr. Agenor Barbosa de Almeida há de prestar, sem dúvida, relevantes serviços à causa da Geografia.

Anteriormente, o cargo de diretor da Divisão Cultural vinha sendo ocupado interinamente pelo Prof. Antônio José de Matos Musso, chefe da Seção de Divulgação Cultural.

☆

Diretório Central

NOVO REPRESENTANTE DO CNE — A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística elegeu seu representante do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, o Sr. Rubens Gouveia, diretor do Serviço de Estatística da Saúde, do Ministério da Saúde.

O novo membro do órgão deliberativo do Conselho Nacional de Geografia é, também, membro da Comissão Censitária Nacional e vem substituir, naquelas funções, o Prof. Moacir Malheiros Fernandes Silva, que, até há pouco, exercia a vice-presidência do IBGE.

Instituições Particulares

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS

EXPEDIÇÃO ARQUEOLÓGICA À BAHIA. — Com o intuito de localizar e coletar os restos fósseis de um megatério de 150 milhões de anos, de cujos indícios já se têm notícias, a Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas Arqueológicas está organizando uma expedição de caráter científico à Bahia, no município

de Remanso, na região meridional do rio São Francisco.

A referida expedição será composta dos senhores Nelson Albernazi, que servirá como guia e orientador, conhecedor profundo da mencionada região; Fernand Setzmagel, Roldão Pires Brandão, ambos arqueólogos, e ainda o Sr. Geraldo Passos. Para que tudo alcance os fins desejados, a Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas Arqueológicas já conta com in-

teiro apoio e colaboração do Exército Nacional, que, para tanto, se prontificou a ceder todo o material de acampamento como barracas, cantis, objetos de sapa e de cozinha.

Todavia, ainda existem algumas dificuldades para a viagem da expedição, entre as quais a de se encontrar um teórico em prospecções arqueológicas para os trabalhos de montagem das peças.

★

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS — (Seção Regional do Rio de Janeiro)

PROGRAMA DE ATIVIDADES DESSA ENTIDADE. — Continuando o seu programa de conferências e de seminários, a AGE — Seção do Rio de Janeiro, organizou uma série de reuniões culturais, com início a partir do dia 22 de abril, destinadas à divulgação de estudos de geologia, especialmente dedicadas a professores de Geografia, do qual consta o seguinte: 1 — Emanuel Martins, professor da Universidade do Distrito Federal e naturalista do Museu Nacional — "Os grandes tipos de rochas e as fácies" (22-4); 2 — Walter Curvelo, professor da Universidade do Distrito Federal e naturalista do Museu Nacional — "Rochas magmáticas e metamórficas — modelado do relêvo. Exemplos brasileiros" (29-4); 3 — Júlio Magalhães, professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil — "Rochas sedimentares — modelado do relêvo. Exemplos brasileiros" (6-5); 4 — Gerson Fernandes, geólogo da Petrobrás — "Recursos minerais das áreas sedimentares" (13-5); 5 — Otávio Barbosa, ex-professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e geólogo da Prospec — "Tectonismo e as formas do relêvo" (20-5-); 6 — Waldemar Mendes, diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — "Relação entre os tipos de rochas e os solos" (27-5).

★

FUNDAMENTOS GEográficos DA OPE-RAÇÃO NORDESTE — Sob o título acima o Prof. Josué de Castro pronunciou, no dia 18 de março, no auditório do Conselho Nacional de Geografia, uma palestra, patrocinada pela mesma entidade, na qual focalizou a importância do conhecimento das características geográficas da região abrangida pelo planejamento.

★

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SUA INTEGRAÇÃO NO SISTEMA GEOGRÁFICO DO IBGE. — Como parte das solenidades comemorativas do 22.º aniversário de fundação do Conselho Nacional de Geografia, ocorrido a 24 de março do corrente ano, realizou-se às 16 horas daquele dia o ato de integração do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro no sistema geográfico do IBGE.

Entre os presentes estavam os Srs. Jurandir Pires Ferreira, presidente do IBGE; Manuel Paulo Filho, presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro, generais Jaguaribe de Matos e João Batista Matos, grande número de escritores e de estudiosos das questões de interesse das duas organizações.

Entre as obrigações assumidas pelo IBGE estão as seguintes: a) considerar o Instituto Histórico uma entidade oficial; b) considerar como membros o presidente do Instituto e seus elementos que se dedicam à pesquisa geográfica; c) remeter dados geográficos e históricos ao IBGE. Quanto às obrigações do referido Instituto incluem-se as de respeitar as normas seguidas pelo Conselho, remeter suas publica-

ções especializadas e prestar colaboração em assuntos que constituam o centro de seu interesse científico.

Falaram durante a cerimônia de integração do IHGRJ no Conselho Nacional de Geografia os Srs. Prof. Jurandir Pires Ferreira, general Jaguaribe de Matos, Manuel Paulo Filho.

O general Jaguaribe de Matos, presidente da Sociedade Brasileira de Geografia, ao usar da palavra, saudou o dito Instituto por sua integração no Conselho Nacional de Geografia, bem como o seu presidente, o jornalista e escritor M. Paulo Filho.

Em seguida, foi lido o termo de integração pelo Sr. Luis Gonzaga da Silva Cruz, sendo o mesmo assinado pelos dois presidentes.

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro, Sr. M. Paulo Filho, agradeceu a integração do referido Instituto no Conselho Nacional de Geografia, considerando o ato como uma demonstração confortadora do reconhecimento de um órgão oficial, ao idealismo e ao amor às verdades científicas com que aquela instituição se conduzia, servindo à própria civilização da mais importante metrópole brasileira.

Após aludir às dúvidas e equívocos da História e da Geografia do Brasil, citando fatos de de colonização até a República, terminou declarando que a integração do Instituto no Conselho Nacional de Geografia devia ser tomada na melhor e mais alta consideração.

Encerrando a solenidade, falou o presidente do IBGE, Prof. Jurandir Pires Ferreira, enaltecedo os dois oradores e a nova instituição cultural, integrada no Conselho Nacional de Geografia naquela data, bem como assinalando a elevada significação da que se acabara de verificar.

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

ATIVIDADE DESSA INSTITUIÇÃO NOS PRIMEIROS MESES DO CORRENTE ANO — COMEMORANDO MAIS UM ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — Em sessão magna realizada a 25 de fevereiro do ano em curso, às 17 horas, na sede social, praça da República, 54, foi solenemente festejada a passagem do 76.º aniversário de fundação da Sociedade Brasileira de Geografia.

Durante a sessão observou-se o seguinte programa: a) Abertura da sessão — ligeiro relato dos fatos acontecidos no transcurso do ano social; b) Homenagem póstuma: sócios — major-brigadeiro Godofredo Vidal, brigadeiro português Rui da Cunha e Meneses, comandante César Feliciano Xavier, general de Divisão Hermenegildo Porto Carrero; c) Posse dos sócios eleitos ou reeleitos para a Diretoria e para as diversas comissões. Em seguida, o almirante Roberto Moreira Costa Lima, secretário-geral da sociedade, agradeceu em nome dos primeiros, e, em nome dos segundos falou o general de divisão Leitão de Carvalho.

Ao final, discursou o embaixador Sebastião Sampaio, orador oficial da solenidade.

Altas personalidades da administração da República, associações científicas, professores e famílias dos sócios falecidos foram convidados para assistirem à referida sessão.

★

HOMENAGEADA A MEMÓRIA DO ALMIRANTE GAGO COUTINHO. — Homenageando a memória do almirante Carlos Viegas Gago Coutinho realizou a Sociedade no dia 3 de abril, uma sessão solene em que o comandante Luís Alves de Oliveira Belo evocou os gloriosos feitos do ilustre cidadão, que foi membro de honra daquela Sociedade, ressaltando o seu grande amor ao Brasil e a sua vasta cultura geográfico-histórica.

Certames

QUINTA REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA

PROBLEMAS GEOGRÁFICOS DEBATIDOS EM QUITO — RESOLUÇÕES APROVADAS — Realizou-se recentemente, em Quito, a V Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, certame organizado pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, sob o patrocínio do governo do Equador.

Participaram da reunião representantes oficiais dos governos de países americanos, sob a presidência do professor Fábio de Macedo Soares Guimarães, na qualidade de presidente da Comissão de Geografia do IPGH.

AS RECOMENDAÇÕES APROVADAS — Foram as seguintes as resoluções e recomendações adotadas na V Reunião: Quando à Climatologia: — Publicação de um boletim de Climatologia, destinado à permuta de dados e informação; recomendar aos governos americanos que prolonguem, quanto possível, as observações realizadas durante o Ano Geofísico Internacional, necessárias aos estudos climatológicos e meteorológicos de todo o mundo.

Quanto ao ensino da Geografia: restabelecimento das bolsas de estudo destinadas ao aperfeiçoamento dos geógrafos americanos; realização de trabalhos de classificação do uso do solo e sua cartografia, de caráter didático, desde o curso primário, de forma que os alunos se familiarizem com os problemas de conservação e uso da terra: elaboração de uma Geografia de cada um dos países, de nível universitário, que sirva ao mesmo tempo de contribuição a uma Geografia Geral das Américas; publicação de textos da Geografia da América para o ensino primário, secundário e universitário; estabelecimento intensivo de intercâmbio de informações, dados, estudos e outros materiais entre os professores do continente; prosseguimento dos entendimentos para oportuna criação de um Centro Pan-Americano para aperfeiçoamento de geógrafos profissionais, ficando essa providência na dependência da próxima Assembléa-Geral do IPGH; realização do Seminário Pan-Americano de Geografia, que será levado a efeito no Chile, em 1959; recomendar a inclusão da matéria "Recursos naturais e sua conservação" nas programas de ensino primário, secundário e universitário; recomendar a criação, nas Faculdades de Arquitetura, da cátedra de Geografia Urbana, bem como a publicação de uma Metodologia da Geografia Urbana e o estabelecimento de bolsas para o estudo dessa matéria.

SOBRE O USO DA TERRA — Quanto aos problemas de exploração e uso da terra, foram aprovadas as seguintes resoluções: Elaboração de quadros *standard*, referentes às diversas classificações e uso da terra que sirvam de ponto de partida para as investigações e estudos de todos os Estados Americanos, permitindo comparações internacionais nos seus diversos aspectos; elaboração de mapas de uso da terra em escala de 1/1 000 000, para serem publicados na escala de 1/5 000 000; criação de parques nacionais que salvaguardem os tesouros de fauna, da flora e belezas naturais.

Quanto à Oceanografia: criação de um grupo de trabalho de Oceanografia; recomendar a oportuna criação do Instituto Oceanográfico nas Ilhas Galápagos.

Quanto ao censo de 1950: constituição de um grupo de trabalho conjunto que examinará

os resultados do censo de 1960, como contribuição ao futuro censo de 1970; recomendar providências para utilização dos serviços geográficos no próximo censo de 1960.

Quanto a fotografias aéreas: recomendar seu uso nas instituições educativas, bem como sugerir a cobertura da área total de cada unidade americana e o levantamento aerofotogramétrico dos mesmos e capacitação de seus técnicos; recomendar a criação de fototecas em cada um deles.

ASSUNTOS DE ORDEM GERAL — Os demais temas estudados resultaram nas seguintes resoluções: publicação de mapas destinados ao intercâmbio em todo o continente; recomendar, no possível, se reponha ou se reconstitua com a sua própria ortografia a toponímia tradicional, evitando no futuro sua substituição; recomendar estudos de geografia urbana, para que se possa dispor de conhecimentos científicos sobre a gênese das cidades, seus sítios, situação, formas, estrutura e funções, terminologia geográfica urbana, características ecológicas, raios de ação regionais e processos formativos dessas zonas, estudos esses indispensáveis para uma correta planificação, conforme resolução da VI Reunião do Congresso Interamericano de Municípios (Paraná, 1958); criação de grupos de trabalho para investigação geográfica, destinadas ao desenvolvimento regional.

★

PRIMEIRO CONGRESSO DE PALEONTOLOGIA BRASILEIRO

Realizou-se nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro o I Congresso Brasileiro de Paleontologia, patrocinado pela Sociedade Brasileira de Paleontologia, na sede do Departamento Nacional de Produção Mineral, à avenida Pasteur, 404, Praia Vermelha, nesta capital.

Esta reunião, a que se atribuiu grande relevância, pôsto que realizada pela primeira vez, obedeceu ao seguinte programa: Dia 16, segunda-feira, às 14 horas, no salão nobre do DNPM, assembléa de abertura; conferências dos Profs. Carlos de Paula Couto e Friedrich Wilhelm Sommer, sobre os fósseis da bacia de Itaboraí; palavra livre para comunicações científicas. Dia 17, terça-feira, às 7 horas, na estação das barcas, em Niterói — Encontro dos congressistas, que dali em condução especial, foram transportados à pedreira de Itaboraí, da Companhia de Cimento Portland Mauá; às 12 horas — lanche na pedreira e retorno às 14:30. Dia 18, quarta-feira, às 9:30, no salão nobre do DNPM: assembléa em que foi apresentado o relatório da diretoria, seguindo-se, então, diversas comunicações científicas, eleição da nova diretoria que tomou posse logo após.

★

VII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO

A Sociedade Brasileira de Ciência do Solo patrocinará a realização, na segunda quinzena do mês de julho do corrente ano, do VII Congresso Brasileiro de Ciências do Solo, cujas atividades se desenvolverão na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queirós", em Piracicaba, estado de São Paulo.

Constará o Congresso das seguintes seções técnico-científicas: 1. Comissão: Física do So-

lo; II. Química do Solo; III. Microbiologia do Solo; IV. Fertilidade do Solo; V. Gênese, Morfologia e Cartografia do Solo; VI. Aplicação da Ciência do Solo e Melhoramentos das Terras; VII. Uniformização dos Métodos de Estudos e de Representação dos Solos; Ensino da Ciência do Solo.

Quaisquer adesões, oficiais ou particulares, deverão ser enviadas para: Prof. G. Ranzani, Cadeira de Agricultura Geral, ESA "Luiz de Queirós", MSP — Piracicaba, estado de São Paulo.

★
**CONGRESSO INTERNACIONAL DE
GEOGRAFIA**

O engenheiro agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura e professor do Centro Pan-Americano de Recursos Naturais, da OEA, recebeu, por intermédio do presidente do 19.º Congresso Internacional de Geografia, Prof. W. Ahlmann, convite para presidir a Secção de Biogeografia do certame, juntamente com o Prof. C. Troll, da Universidade de Bonn.

O 19.º Congresso Internacional é patrocinado pelos países nórdicos e sua realização dar-se-á no período de 6 a 13 de agosto de 1960, em Estocolmo, na Suécia. A indicação do Prof. Wanderbilt de Barros foi proposta pelo Conselho Organizador do Congresso.

★
**QUINTO CONGRESSO NACIONAL DOS
MUNICÍPIOS**

ADIADA PARA O MÊS DE AGOSTO A SUA REALIZAÇÃO. — O governador do estado de

Pernambuco, Sr. Cid Sampaio, tendo em vista que, no próximo mês de julho, serão realizadas as eleições municipais naquela unidade da Federação, durante o encontro que teve com o Sr. Celso Azevedo, ex-prefeito de Belo Horizonte e atual presidente da Associação Brasileira dos Municípios, sugeriu o adiamento para o mês de agosto próximo da realização do Congresso Nacional dos Municípios.

Ainda no decorrer do mesmo encontro, o Sr. Celso Azevedo fez ao chefe do Executivo pernambucano uma explanação a respeito dos congressos anteriores, ocasião em que salientou as conquistas do municipalismo, lembrando também que muitas das resoluções aprovadas nos certames anteriores pelos participantes já foram convertidas em lei.

Mostrou também o Sr. Celso Azevedo que a realização do referido Congresso poderia abrir novas perspectivas para o Nordeste, especialmente para o estado de Pernambuco, sobretudo agora que o presidente da República colocou a recuperação daquela vasta área do território brasileiro como uma das principais metas do seu governo, o que, em última análise, representa o desejo de conquistar o tempo perdido, extinguindo o grande desequilíbrio que existe entre a citada região constantemente castigada pelos fenômenos climáticos e o sul do país.

O Sr. Cid Sampaio, depois de concordar com os pontos de vista apresentados pelo senhor Celso Azevedo, sugeriu a realização do certame para a segunda quinzena do mês de agosto, tendo ainda o cuidado de salientar que a realização do Congresso na época previamente marcada poderia dar motivos e explorações políticas.

Unidades Federadas

C E A R Á

NOVO MAPA GEOGRÁFICO DO ESTADO — Trabalho de grande vulto acaba de ser elaborado pelo cartógrafo e desenhista Solon Xavier Onofre. Trata-se de um mapa do Ceará, em que figuram 142 cidades, obra considerada de grande vulto, de vez que o mapa publicado anteriormente, do mesmo cartógrafo, incluía apenas 96 cidades.

O referido trabalho poderá ser utilizado para consultas do público em geral, prestando-se também ao estudo da Geografia.

★

INAUGURADO EM FORTALEZA O MUSEU DE PESCA RODOLFO VON IHERING. — Com a presença do governador do estado, de outras autoridades civis e militares e ainda de várias personalidades ligadas às atividades culturais e científicas, foi inaugurado recentemente na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, o Museu de Pesca Rodolfo Von Ihering, que é o primeiro no gênero a funcionar naquela região do país.

A referida instituição está instalada na sede do Serviço de Piscicultura, do Departamento de Obras Contra as Secas e foi construída segundo as mais modernas técnicas.

A denominação do novo Museu é uma homenagem do povo cearense à memória daquele que tanto se dedicou ao estudo dos animais e da natureza do Brasil, e que, ao falecer em 1939, deixou mais de 100 trabalhos científicos sobre os mais variados temas da História Natural, principalmente sobre a piscicultura.

Dentre as obras deixadas por Rodolfo Von Ihering, pelo seu elevado cunho didático e originalidade, destaca-se o *Atlas da Fauna do Brasil*, e pela sua grande importância e significação científica podem ser citadas *Contos de um Naturalista* e o *Dicionário dos Animais do Brasil*,

além de outras também de grande interesse para os estudiosos da fauna brasileira.

O Museu reúne um conjunto de 8 stands, que são destinados a exposições públicas onde são representadas todas as fases da evolução da pesca, desde o primitivo "facho" até a mais moderna rede de "nylon".

Atualmente a instituição conta com mais de uma centena de exemplares de peixes em exposição, entre eles o pirarucu e o cangati, salientando-se ainda entre outros animais o siri de água doce.

Existe ainda no Museu uma secção que se destina à mostra de aves dos açudes nordestinos, e ali são vistas a galinha d'água, a jacanam, a garça e outras variedades.

★

DISTRITO FEDERAL

CURSO DE ASPECTOS HISTÓRICOS E PITORESCOS DO RIO DE JANEIRO — GEOGRAFIA DE CAMPO NA BAIÁ DE GUANABARA. — O Prof. Afonso Várzea, do Instituto de Educação, realizou, a 21 de março, uma palestra sobre a geografia de campo, para os alunos do Curso de "Aspectos históricos e pitorescos do Rio de Janeiro", palestra que contou com a colaboração do Ministério da Marinha, visando a possibilitar um melhor conhecimento dos acidentes hidrográficos da baía de Guanabara.

★

MINAS GERAIS

Associação dos Geógrafos Brasileiros
CONSTITUÍDA A DIRETORIA DA ENTIDADE PARA 1959 — LANÇADA A REVISTA DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS. — Para integrarem a Associação dos Geógrafos Brasileiros — Secção Regional de Minas Gerais foram eleitos os

Srs. Tabajara Pedroso, Getúlio Vargas Barbosa, Palmeira Monteiro, para os cargos, respectivamente, de presidente, secretário e tesoureiro. Foram igualmente escolhidos para a Comissão Consultiva Regional os Srs. Onofre Gabriel de Castro, Alisson Guimarães e Márcia Rodrigues.

"É preciso — disse o Prof. Tabajara Pedroso, durante a reunião do dia 15 de fevereiro do ano em curso — que a Associação dos Geógrafos Brasileiros se torne mais conhecida, não cingindo as suas relações ao círculo restrito dos associados. Tudo o que for promovido por nós deve ser divulgado para que os estudiosos tomem conhecimento de nossa existência". Na oportunidade, o presidente comunicou aos presentes que a diretoria da ABGMG objetiva intensificar as atividades da entidade, promovendo estudos e conferências e divulgando os resultados obtidos através do rádio e da imprensa.

A seção de Minas Gerais da Associação dos Geógrafos Brasileiros publicou recentemente o primeiro número da *Revista de Estudos Geográficos* que é, sem dúvida, sua mais importante realização, sob a orientação do professor Ézio Dolabeda, chefe do corpo da redação. De grande interesse atual e local, são os assuntos publicados no primeiro número saído entre os quais podem mencionar-se dois de grande relevância: um, focalizando a Belo Horizonte Industrial, da autoria do Prof. Alisson Guimarães; outro, um estudo das favelas beiorizontinas, por um sociólogo francês.

Movimentou-se a Seção Carioca da AGB, no sentido de levar a efeito grande excursão a Viçosa, em julho do corrente ano, a qual deverá estender-se à Zona da Mata, sendo aquela cidade o eixo central.

☆

Diretório Regional de Geografia

ATIVIDADES DESSE ÓRGÃO GEOGRÁFICO — ESTUDOS GEOGRÁFICOS DO VALE DO MÉDIO JEQUITINHONHA. — O Diretório Regional de Minas Gerais, organismo integrado no Conselho Nacional de Geografia, aprovou, em sua reunião do dia 12 de março, por unanimidade de votos, uma moção de louvor ao governador Bias Fortes pela inclusão de uma equipe de geógrafos no "Grupo de Trabalho para a Pecuária", criado pelo decreto n.º 5 353, de 18 de novembro de 1957.

O relatório das atividades desses técnicos, publicado sob o título "Estudos Geográficos do Vale do Médio Jequitinhonha", foi apresentado ao Diretório Regional de Geografia pelo geógrafo do Departamento Geográfico do estado, merecendo aplausos gerais.

Esse relatório é ilustrado com boa documentação fotográfica e com cerca de 40 mapas relativos à geografia física, humana e econômica da zona do nordeste de Minas Gerais.

★

PERNAMBUCO

Departamento de Defesa do Solo

RECUPERAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS — Importante programa de trabalho da autoria do Prof. João Dias, novo diretor do Departamento de Defesa do Solo, será submetida à apreciação do Sr. Francisco Falcão, secretário da Agricultura do estado de Pernambuco.

As linhas gerais do programa foram dadas a público no dia 12 de fevereiro, e constam do seguinte, conforme declarou *ipsis verbis* o aludido professor: "Trata-se de um vasto programa de recuperação dos solos do estado, através de conservação, bem como da água, e das

reservas florestais, dentro das finalidades do Departamento de Defesa do Solo, levando em consideração que a produção econômica do estado depende do equilíbrio daqueles fatores". Aduzindo, disse: "Cada ano será atacado o plano de conservação de uma bacia hidrográfica, das mais importantes zonas das caatingas (Moxotó, Fajeu, Brígida e Pontal) e da Mata (Capiberibe, Ipojuca, Una e Sirinhaém). Nessas bacias serão realizadas práticas intensivas e especiais nas fazendas e propriedades que apresentarem manchas de solo importantes para o aproveitamento econômico, visando à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, como feijão, milho, arroz, batatinha, etc., além de matérias-primas industriais.

No que se refere a pesquisas afirmou que fará funcionar a seção de pesquisas básicas e de extensão agrícola, compreendendo o aproveitamento das áreas de melhores manchas de solo, especialmente dentro das bacias hidrográficas.

A dotação orçamentária destinada ao Departamento de Defesa do Solo é da ordem de 4 milhões de cruzeiros, sendo considerada reduzida, conforme frisou o Prof. João Dias. "Embora pequena, tem entretanto contribuído para uma melhoria sensível das técnicas empregadas na agricultura, pelo uso constante das práticas conservacionistas empregadas". DIVISÃO — Tendo por finalidade precípua a recuperação econômica do estado, pela conservação do solo, da água e das reservas florestais, o DNS, criado em 1954, conta com 4 seções especializadas: a) administrativa; b) pesquisas básicas; c) extensão; d) engenharia, que controlam os trinta setores estabelecidos ao ser organizado o Departamento.

Considerando-se a extensão das comunas, cada setor de trabalho abrange de um a cinco municípios, já se achando instalados e em funcionamento vários setores. A conservação de cada setor está a cargo de um agrônomo conservacionista, residente no local de trabalho. Disse, ainda, o Prof. João Dias que diversos setores se encontram vagos (sem agrônomos), quais sejam: Araripina, Serrita, Serra Talhada, São José do Egito, Bom Conselho, São Bento do Una, Belo Jardim, Lagoa dos Patos, Quipapá, Surubim, Bom Jardim, Vicência, Macaparana, Timbaúba, Nazaré da Mata e Glória do Góitá, o que denota grande carência de técnicos.

★

SÃO PAULO

Atlas Geográfico de São Paulo

O Diretório Regional de São Paulo reuniu-se no dia 2 de março do corrente ano, comparecendo representantes de Secretários do Estado e da Universidade de São Paulo. O Eng.º Milcíades Perreira da Silva apresentou, na oportunidade, tradução do relatório da "Société des Ingénieurs Civils de France", trabalho de sua autoria, sobre a cartografia francesa.

Logo após, a secretária-assistente, senhorita Maria de Lourdes Aquilino, procedeu à leitura de seu relatório, concernente às atividades do DRG, durante o exercício de 1958.

Os membros e consultores técnicos tomaram conhecimento da proposta de elaboração e publicação do *Atlas Geográfico de São Paulo*. Passando à discussão da proposição usou da palavra o Prof. Aroldo de Azevedo, que apresentando emendas ao citado projeto, sugeriu fosse o *Atlas* dividido em três partes, com o esquema:

- I — Geografia física
- 1 Relávo
- 2 Geologia e solos
- 3 Hidrografia
- 4 Climatologia

- 5 Vegetação
- 6 Fauna
- II — Geografia humana e econômica
 - 1 População
 - 2 Agricultura e criação
 - 3 Recursos minerais
 - 4 Energia elétrica
 - 5 Indústrias
 - 6 Transportes
 - 7 Comunicações
- III — Divisões regionais
 - 1 Divisão administrativa e judiciária
 - 2 Divisão policial
 - 3 Ensino
 - 4 Divisão eclesiástica
 - 5 Divisão agrícola
 - 6 Divisão regional

Em se tratando de trabalho preliminar, e considerando-se a conveniência de maior brevidade de apresentação e de redução do custo da obra, deliberou o plenário publicá-lo sem texto, mas sem prejuízo de futura elaboração desta parte.

Outras sugestões foram apresentadas pelos Eng.^o Jesuino Felicíssimo Jr., Ingvay Emilson Luciano de Brito Costa, Profs. Dirceu Lino de Matos e Bueno de Azevedo Filho.

Deliberou-se, ainda, constituir um grupo de trabalho, integrado pelo presidente desta reunião, Eng.^o Valdemar Lefevre, Prof. Ari França e Prof. Aroldo de Azevedo, encarregados, respectivamente, da organização dos três itens: Geografia Física, Geografia Humana e Econômica e Divisões Regionais.

Falecimento do Dr. Frederico Carlos Hoehne

TRAÇOS BIOGRÁFICOS DO ILUSTRE BOTÂNICO — Faleceu no dia 16 de março do corrente ano, na cidade de São Paulo, o doutor Frederico Carlos Hoehne, fundador e ex-diretor do Instituto de Botânica de São Paulo. O extinto, que contava 77 anos de idade, foi um dos maiores expoentes da "ciência amável" dentro e fora do âmbito nacional, granjeando, por suas múltiplas atividades e sua valiosa produção, o respeito e a admiração de todos os meios científicos. Nascido a 1 de março de 1882, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, transferiu-se, ainda moço, para o Rio de Janeiro. Foi como jardineiro-chefe do Museu Nacional que o notável botânico ingressou na vida pública, a 6 de agosto de 1907, sendo logo a seguir nomeado para exercer o cargo de "ajudante-botânico" da Comissão Rondon, na qual trabalhou de 1908 a 1912. Integrou, em seguida, a expedição científica Roosevelt-Rondon até 1914, voltando então a fazer parte da Comissão Rondon, de 1914 a 1917. Quando o Dr. Artur Neiva o convidou para exercer o cargo de botânico do Instituto de Butantã, onde foi criado o horto "Oswaldo Cruz", já havia êle percorrido e explorado os estados de Mato Grosso e Minas Gerais, por diversas vezes. Organizou no horto "Oswaldo Cruz" uma seção de Botânica, que, sob sua chefia, foi transferida em 1923 para o Museu Paulista, e, em 1928, para o Instituto Biológico, transformando-se em 1938 no Departamento e depois, em 1942, no atual Instituto de Botânica do Estado, dos quais foi o diretor até a sua aposentadoria, em 1 de março de 1952. Desde 1917 até 1954, foi o mais assíduo professor de classe da Escola Dominical da Izrela Metodista Central de São Paulo. Foi sócio-fundador da Academia Brasileira de Ciências, e fundador da Sociedade de Amigos da Flora Brasileira. Pertenceu a diversas associações científicas estrangeiras, e foi membro correspondente de outras instituições.

Sua produção bibliográfica, particularmente sobre a flora do Brasil, é a mais extensa até hoje conhecida em nossa língua. Vinha elaborando outros trabalhos em continuação aos volumes já publicados da Flora Brasileira, que iniciou em 1940 e da qual existem já 11 tomos publicados, 8 dos quais são de sua autoria. Na sua autobiografia, publicada em 1950, resume F. C. Hoehne a sua produção, até 31 de dezembro daquele ano, nos seguintes resultados: artigos publicados e redigidos para jornais e revistas, 478 títulos (649 unidades); conferências e palestras impressas ou mimeografadas, 54; livretos e artigos para crianças, 4; trabalhos e monografias técnico-científicas impressos no Rio de Janeiro e em São Paulo até 1923, 12; daí até 31 de dezembro de 1950, 105. Entre os diplomas honoríficos que recebeu, salientam-se o título de doutor "Honoris Causa" em Filosofia, que lhe foi conferido em junho de 1929, pela Universidade de Goettingen, da Alemanha, e o de sócio-honorário do Circulo Paulista de Orquidófilos, e da "American Orchid Society". Por ocasião de sua aposentadoria foi-lhe concedido o título de "Servidor Emérito do Estado".

Casado com D. Clara Augusta Frieda Hoehne, deixa os seguintes filhos: Prof. Wilson Hoehne, casado com D. Maria do Carmo Vallin Hoehne; D. Hilda Hoehne Carvalho, casada com o Sr. Olavo Sampaio Carvalho; D. Iolanda Hoehne Khun, casada com o Sr. Eduardo Kuhn, e D. Larila Hoehne Ellert, casada com o Professor Reinholdt Ellert.

★

RIO GRANDE DO NORTE

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DOS VALES DO AÇU E DO APODI. — Entrevistado pela imprensa carioca, declarou Dom Eliseu Mendes, bispo de Moçoró, que o Plano de Valorização Econômica e Social dos Vales do Açu e do Apodi se desenvolve com pleno êxito. Disse também que não tem dúvida em afirmar que o programa em execução é inédito, no Nordeste, e revolucionário no mais autêntico sentido da palavra, pois que beneficia nada menos de 18 municípios.

"As nossas atividades — afirmou — fundamentam-se em quatro objetivos: produção vegetal, educação rural, saúde e problemas gerais de habitação, crédito, cooperativismo, etc. E já podemos afirmar que os resultados são positivos, citando, para comprovar, que a produção agrícola influiu nos mercados de preços locais". Prosseguindo, acentuou que, apesar de o ano de 1958 haver sido caracterizado pela seca, foram extraídas da terra ressequida 50 mil sacas de farinha de mandioca, 10 mil de arroz, 80 mil quilos de verduras e legumes, 1 milhão e 200 mil bananas, entre outros produtos, com o precioso auxílio, nos cultivos, de água retirada do subsolo, por motobombas fornecidas pelo Ministério da Agricultura.

Disse, ainda, D. Eliseu, continuando a entrevista: "Sentimos, ali, verdadeira transformação na fisionomia física e humana e, por isso, referimo-nos à eclosão de uma autêntica revolução. Os empreendimentos, ao mesmo tempo que fixam o homem à terra, transmitem confiança ao rurícola, que adquire novos hábitos, aprende a cultivar racionalmente o solo e passa a acreditar na utilidade do esforço. Para tanto, fornecendo líderes rurais, que abrem em contacto com a gente simples e acolhedora, novos rumos para os que não alimentavam a menor esperança, e o agricultor passa a ver o vulto do trabalho em execução, nota que ninguém está à procura de popularidade fácil ou de adeptos para as eleições".

O Plano foi muito bem elaborado, merecendo o apoio do presidente da República,

devido ressaltar-se que há uma assessoria própria no Palácio do Catete.

Leve-se em conta, por outro lado, a função do Conselho, cujo presidente é o bispo de Moçoró e vice-presidente, o bispo auxiliar de Natal, D. Eugênio Sales. Acrescente-se, ainda, a ação das paróquias do interior, dos líderes rurais, formados no Centro de Treinamento, e a colaboração de várias entidades públicas e Ministérios, como o da Agricultura, DNPV, Serviço de Informação Agrícola e outros. "O encontro dos bispos do Nordeste ensinou as linhas gerais do Plano de Valorização de Açú e Apodi", afirmou o bispo de Moçoró. "No entanto, suas raízes remontam à semana ruralista realizada em Açú, em novembro de 1954. Em companhia de D. Eugênio Sales, fomos àquela cidade, para sondar as autoridades e sentir as possibilidades de realização do certame que tínhamos em mente. Fomos recebidos com

reservas, ouvindo a alegação de que não havia condições para tal. O vigário considerou que não seria possível decepcionar dois bispos. Em colaboração com a SIA acabamos levando a cabo a semana, que representou um espetáculo maravilhoso, travando-se o mais amplo debate com os líderes da região. Esta se caracterizou pela extrema miséria, de vez que o trabalho não estava ajustado ao meio. Hoje, é uma nova civilização, um oásis no deserto nordestino".

A máquina administrativa precisa ajustar-se à realidade brasileira, principalmente no que concerne à agricultura, disse D. Eliseu. Disse mais que as perspectivas da produção deste ano em Açú e Apodi são animadoras, tendo sido distribuída ou vendida a preço de custo grande quantidade de sementes e material agrícola. Daí a sua preocupação em obter silos e armazéns.

Exterior

ESTADOS UNIDOS

CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE PARA AVALIAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DA AMÉRICA LATINA. — Notícias procedentes de Washington dão conta de que a Secretaria da União Pan-Americana propôs a imediata criação de um escritório, destinado a prestar ajuda aos trabalhos de avaliação, coordenação e exploração dos recursos naturais da América Latina, organismo já considerado de imperiosa necessidade, visto que, até o presente momento, não existe nenhum critério uniforme sobre a maneira de efetuar estudos, e, conseqüentemente, de utilizar a ajuda de fomento oferecida pelos países mais desenvolvidos e industrializados.

A presente proposição representa uma das muitas apresentadas ao exame da respectiva Comissão de trabalho do "Comitê dos 21" sobre a matéria. Esses documentos serão oportunamente compilados para serem apresentados na reunião plenária do Comitê, a realizar-se na

cidade de Buenos Aires, em meados de abril corrente.

Ainda de acôrdo com os estudos realizados, o escritório fará parte da Divisão de Assuntos Econômicos e Sociais da União Pan-Americana; será integrado por seis especialistas, pelo menos, e contará com uma "unidade móvel", que poderá ser enviada a qualquer país que solicite os seus serviços.

Ao mesmo tempo que recomendou a criação do dito escritório, a Secretaria da União Pan-Americana também lembrou que o mesmo deve constituir-se num requisito prévio essencial para qualquer Conferência Interamericana sobre Recursos Naturais. Entre os países que apóiam a imediata criação do referido órgão, figuram o Brasil e a Argentina, tendo o México feito algumas restrições, baseando-se em que um estudo exterior dos recursos minerais de uma nação, por exemplo, poderia converter-se em uma ingerência em seus direitos de soberania.



A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Relatórios de Instituições de Geografia e Ciências Afins

Relatórios dos Representantes Estaduais Apresentados à XVIII Sessão Ordinária da Assembléia-Geral do CNG.

RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES GEOGRÁFICAS VERIFICADAS DURANTE O ANO DE 1957, APRESENTADO PELO DIRETÓRIO REGIONAL DE GEOGRAFIA. — INTRODUÇÃO — Os trabalhos do Diretório Regional desenvolveram-se durante o ano de 1957 sob a presidência do engenheiro José Carlos Porchat, digno secretário de Viação e Obras Públicas.

A reunião do Diretório realizada a 22 de maio, como convidado especial, compareceu o geógrafo do CNG professor Ziede Coelho Moreira que, na oportunidade, proferiu uma proveitosa palestra sobre a campanha nacional de reflorestamento, em plena atividade, e a sua repercussão no território fluminense. O assunto mereceu dedicada atenção de todos os presentes, amplamente confirmada pelos aplausos que lhe foram tributados.

A 29 de maio, como tem acontecido nos anos anteriores, houve a festa de confraternização de estatísticos e geógrafos, em comemoração da sua data magna, a qual simboliza o êxito da unificação dos serviços prestados ao Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o conagraamento das forças espirituais que mantêm coesas as duas importantes alas do IBGE, a estatística e a geográfica.

Ao findar o ano, no seu último dia, mais uma vez, pela iniciativa feliz do inspetor regional de estatística, reuniram-se num almôço de fraternal motivo os ibgeanos fluminenses, para mais e melhor consolidarem a sua consagrada união.

A Secretaria do Diretório manteve durante o ano estreito contacto com os presidentes dos Diretórios Municipais de Geografia, que são os senhores prefeitos das respectivas comunas, os quais foram postos a par de todas as atividades geográficas do estado, por meio de relatórios, de publicações oficiais e de correspondência.

Os agentes de estatística, instalados nas sedes municipais e que ali também exercem as funções de informantes do Diretório, em assuntos geográficos, estão sempre atentos ao movimento deste órgão, ora fornecendo dados esclarecedores solicitados, ora recebendo da Secretaria do DRG literatura geográfica atualizada, de grande interesse regional.

O Diretório tem-se feito representar em solenidades cívicas, em reuniões culturais, em assembleias de c'asse, sempre que a sua presença dê ocasião de realçar a solidariedade do órgão na efemérides que se comemoram ou festejam, relacionadas com objetivos geográficos.

A Secretaria não sido visitada por numerosos afeiçãoados à geografia que procuram ele-

mentos informativos para suas teses, seus estudos e suas pesquisas. Todos são cordialmente atendidos e graças ao Serviço de Documentação de que dispõe o DG sempre levam em sua bagagem algo que lhes interessa e que lhes era desconhecido.

Assim, o Diretório Regional e o Departamento Geográfico, numa íntima comunhão de esforços, vêm prestando uma valiosa contribuição à coletividade, num trabalho perseverante e contínuo. Dispõem de uma turma primorosa de servidores, dedicados e prestimosos, afeiçãoados à causa geográfica e que se sentem integrados no sistema ibgeano. Esta particularidade influi, benéficamente, na execução dos trabalhos e na planificação dos programas.

O Departamento Geográfico, como órgão executivo de atividades congêneres, impôs-se pela apresentação de nova edição de mapas estaduais atualizados, pelo desenvolvimento dado aos trabalhos de cartografia, pela pontual distribuição do *Anuário Geográfico*, pela instalação plena de um núcleo colonial e pela elaboração de vários planos de urbanização de cidades fluminenses. Neste última mister vem cumprindo o disposto em resolução da Assembléia Geral do CNG que, patrocinando o movimento urbanístico no Brasil, espera, com aplauso, que as unidades da Federação incentivem a técnica urbanística, para que o país se torne, como deve, um centro de atração turística internacional, para o que não lhe faltam, privilegiadamente, as mais variadas e extasiantes belezas panorâmicas naturais".

☆

ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO GEOGRÁFICO — DIVISÃO DA CARTA — A Divisão da Carta cumpriu o seu programa de trabalho estabelecido para o exercício, bem aplicando todos os seus recursos orçamentários. São os seguintes os principais serviços realizados e em realização:

1 — CARTA COROGRÁFICA DO ESTADO NA ESCALA DE 1:400 000

A primeira publicação da carta corográfica do estado na escala de 1:400 000 deu-se no ano de 1950. A segunda ocorreu em 1953, havendo sido introduzida nesta segunda edição aperfeiçoamentos conquistados no intervalo das duas publicações: trabalhou-se neste ano de 1957 para preparar uma nova edição e ao chegar-se ao mês de novembro estavam concluídos todos os serviços de escritório e laboratório; foram então enviadas as sete chapas *off set* para o Serviço Gráfico do IBGE onde é feita a im-

pressão. Ao fim do exercício financeiro encontravam-se terminados os trabalhos de impressão. Esta edição, atualizada, traz, também, uma série de novos toponímicos e apresenta melhores condições técnicas, em comparação com as primeiras edições.

2 — CARTA COROGRÁFICA DO ESTADO NA ESCALA DE 1:250 000 — Continuam os trabalhos de cartografia para o preparo da carta na escala supra indicada, iniciados em anos anteriores. Os levantamentos aerofotogramétricos estão sendo feitos havendo já uma área coberta de cerca de 70% do território estadual. Espera-se que até fins de 1958 tenham estes serviços chegado à sua fase final.

3 — CARTA COROGRÁFICA DO ESTADO NA ESCALA DE 1:50 000 — A carta corográfica do estado feita nesta escala de 1:50 000 dará os meios para se elaborarem os mapas municipais, na mesma escala. À medida que a escala aumenta novos elementos terrestres precisam ser cartografados, mas como estão sendo feitos vãos baixos para a confecção da carta de 1:250 000, esses mesmos filmes vão ser aproveitados para o mapa na escala de 1:50 000. Já quando se estabeleceu a altura dos vãos foi prevendo a possibilidade de aproveitá-los para essa escala maior. Nos nossos contactos com membros da oficialidade da Aeronáutica, incumbidos desta tarefa, muito temos que louvar a maneira compreensiva com que têm acolhido os nossos problemas e a disposição favorável que demonstram em atender às nossas solicitações. Esse clima de cordialidade mantido com membros da Aeronáutica e elementos oficiais do CNG tem contribuído enormemente para que as realizações do Departamento no âmbito cartográfico tenham alcançado os melhores resultados.

4 — CRAVAÇÃO DE MARCOS DEFINITIVOS NA LINHA DIVISÓRIA RIO DE JANEIRO-SÃO PAULO — A linha divisória Rio de Janeiro-São Paulo está com os marcos provisórios substituídos, por definitivos, em toda a sua extensão. Apenas falta colocar um marco em treliça, com três faces, na junção da linha de limites com os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, numa altitude de cerca de 2 400 metros. Serão, também, cravados, a mais, dois marcos condutores. As despesas com estes trabalhos correram obsequiosamente à conta do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo.

5 — CRAVAÇÃO DE MARCOS EM DIVISAS MUNICIPAIS — As divisas municipais não estão ainda demarcadas. Cumpriria às municipalidades respectivas cuidar desse assunto, que lhes é sumamente peculiar. Ao estado não faz diferença que uma divisa municipal qualquer passe mais para lá ou para cá; é um problema da família municipal. As divisas que interessam diretamente ao estado são as interestaduais e essas são cuidadas, atentamente, pelo órgão oficial, o Departamento Geográfico. Acontece, porém, que as linhas divisórias municipais passam, quase todas, por cumiadas, por picos, por pontões, nem sempre bem definidos, inatingíveis às vezes, com isso surgindo uma série de embaraços ao seu reconhecimento. As Prefeituras estão, na maioria, desprovidas de técnicos habilitados, daí resultando que as divergências nunca chegam a ficar esclarecidas. Com estas dificuldades à frente, tem este Departamento recebido numerosos apelos providos de municípios interessados em resolver as suas pendências de limite, de maneira amigável. Dentro dos seus recursos e da necessidade de resolver questões que se vêm prozelando de governo em governo, tem este órgão prestado os seus serviços, dissolvendo dúvidas,

definindo pontos e estabelecendo harmonia entre contedores.

Neste ano foram colocados cinquenta e um marcos em divisas municipais, em que foram favorecidos os municípios de São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Maricá, Itaboraí, São Pedro da Aldeia e Saquarema. As linhas correm, às vezes, distantes dos povoados, em meio de serras e contrafortes, sem caminhos de acesso, em zonas revestidas de matas e acima de íngremes escarpas. A escalada para o operador de campo com o seu instrumento já é difícil, quanto mais em se tratando de levar o material para a fundição do marco! De um marco quase nunca se pode avistar o seguinte ou o antecedente. Dêste modo foi preciso lançar rédes de triangulação para fixar os pontos e percorrer poligonais de cerca de trinta quilômetros para obter a posição, em certos casos, de um só marco.

☆

DIVISÃO SANITÁRIA E DE URBANIZAÇÃO — O programa estabelecido para esta Divisão foi cumprido satisfatoriamente, durante o exercício financeiro.

Ficou assentado, no início do ano, que as Prefeituras interessadas na elaboração de um plano urbanístico para a sede do seu município assinassem, previamente, neste Departamento, um termo de acordo, em que ficariam obrigadas a colaborar no empreendimento, com o fornecimento de alguns homens para serviço braçal e com alojamento para a permanência da turma, durante as operações de campo. Estas obrigações, que vinham sendo sustentadas oralmente, passaram a ter forma expressa e vêm sendo acatadas sem restrições.

À medida que maior número de cidades e vilas vão tendo os seus respectivos planos diretores, mais vai se aproximando o momento de termos de instalar em cada uma de cinco regiões, em que para esse fim o estado será dividido, um escritório técnico para, dentro dessa região, fiscalizar a execução dos planos elaborados, manter atualizado o cadastro imobiliário, levantar as áreas que forem sendo cobertas pelo desenvolvimento local, a fim de se poder entrosá-las no plano, de maneira harmoniosa, e prestar auxílio nas locações, com o objetivo de não serem elas feitas com erros, por pessoas inabilitadas.

Foram as seguintes as principais realizações desta Divisão:

1 — SÃO JOÃO DA BARRA, ATAFONA E GRUÇAL — Os planos urbanísticos destas três localidades foram executados pela firma Coimbra Bueno, antes da instalação deste Departamento. Por falta, então de um órgão que zelasse pela sua execução, foram os planos deixados à margem, pois não possuía a Prefeitura técnico capaz de assumir a responsabilidade de sua efetivação. O resultado foi que numerosos prédios se ergueram fora de alinhamento e até alguns em plena via pública, ainda não aberta. Depois de criado o DG as populações de Atafona e Gruçal socorreram-se do governador da época, para que por este órgão fossem tomadas todas as medidas que impedissem o estado de coisas, segundo o qual os planos daqueles dois balneários estavam sendo impiedosamente mutilados.

Por determinação do governo, este Departamento entrou imediatamente em ação, instalando em Atafona um pequeno escritório técnico, pelo qual providenciou o levantamento cadastral das áreas planejadas, para a devida adaptação. Por este processo foi possível, alterando um pouco certos traçados, impedir que muitas residências, algumas de elevado custo, tivessem de ser sacrificadas. As populações estão satisfeitas com as soluções dadas e o plano está sendo mantido.

Damos a seguir uma relação, apresentada pelo auxiliar de engenheiro Gérson Fontoura, dos serviços principais executados, durante o ano, em Gruçai e Atafona e os solicitados pela Prefeitura.

GRUÇAI — a) Locação para pavimentação das ruas 1-3-4, a fim de dar trânsito para veículos na parte da lagoa, porquanto a estrada existente era em areia e completamente fora do plano diretor. Extensão total: 723 000 metros

b) locação das quadras ns. 42-43-45-46, compondo as ruas 10-14-13-15-8, para atender loteamentos aprovados pela prefeitura. Note-se que, por exigência da Prefeitura, estão sendo pavimentadas as ruas aludidas. Extensão em poligonal: 915,00 metros;

c) locação da rua n.º 11, numa extensão de 710,00 metros;

d) locação de 14 prédios novos, de acordo com o plano diretor;

e) a pedido da EFE, para colocação de postes, foram locadas as ruas 12 e 20;

f) locação do mirante do Gruçai Praia Clube, construído na praia, num trecho da avenida Atlântica fronteiro à rua 11;

g) demarcação de quatro terrenos para receberem construções.

ATAFONA — a) Levantamento de poligonal de 5 385,00 metros, para várias amarrações;

b) cadastro de 38 casas, com os respectivos detalhes;

c) auxílio técnico na pavimentação de um trecho da avenida Feliciano Sodré, com 1 342,00 metros, situado na escola da Marinha em construção; esse trecho irá estabelecer a ligação Atafona-Gruçai;

d) locação das ruas 34-36 com a avenida Barão da Boa Viagem, a fim de definir as quadras 36 e 42;

e) levantamento em poligonal do Pontal, numa extensão de 1 805,00 metros, para figurar em planta todos os elementos não assinalados;

f) cadastro de 83 prédios no Pontal, incluindo-se os elementos secundários;

g) levantamento e amarrações no plano diretor, de prédios e terrenos que aguardam legalização junto ao governo da União;

h) locação de meio fio em torno da praça da igreja, com o respectivo greide;

i) separação de todos os terrenos pertencentes a particulares e desenhados no plano de urbanização, a fim de separar os do estado.

SERVIÇOS PRESTADOS À PREFEITURA —

a) Reconhecimento de toda faixa de contorno do futuro 6.º distrito do município de São João da Barra;

b) levantamento em poligonal de 2 232,00 metros, necessário à fixação do limite do distrito de Barcelos, a ser criado, colocando-se, no correr do trabalho, marcos de concreto;

c) levantamento de 36 terrenos vagos na cidade, incluindo cálculos de áreas, valor locatário, croqui explicativo e desenho em folhas apropriadas;

d) levantamento topográfico, projeto e locação de uma área de propriedade da Prefeitura, na praça São João, para efeito de loteamento;

e) desenho e projeto para ampliação da Santa Casa, inclusive sala de raios X e mais 3 cômodos de enfermagens;

f) exame e aprovação de 26 pedidos de obras novas, 8 reformas de prédios e 5 loteamentos;

g) desenho na escala de 1:500 do levantamento dos elementos omissos, em Atafona, para figurarem no plano de urbanização;

h) desenho na escala de 1:500 do levantamento procedido no Pontal;

i) desenho dos trabalhos referentes a Barcelos (criação do 6.º distrito de São João da Barra);

j) desenho dos perfis de ruas em Atafona e Gruçai.

2 — **MAJÉ, CORDEIRO E RIO CLARO** — Foram concluídos e entregues os planos urbanísticos dessas cidades.

3 — **ITAPERUNA** — De posse dos levantamentos de campo, realizados no ano anterior, foram feitos, em continuação dos trabalhos, os cálculos, os desenhos, as reduções e a planta de conjunto. Falta somente o estudo para o lançamento do plano.

4 — **RESENDE E AGULHAS NEGRAS** — Ficou resolvida a ampliação dos levantamentos da cidade de Resende em face de um bairro novo que se ergueu com muita rapidez, contando atualmente com cerca de oitocentas casas. Esta circunstância retardou um pouco o programa de trabalho, mais em compensação será traçado um plano mais completo, com o que muito lucrará a comunidade local. A vila de Agulhas Negras terá o seu plano articulado com a cidade de Resende, em vista de terem as duas localidades vida praticamente comum.

5 — **MACAÉ** — Os levantamentos topográficos desta cidade estão na fase final. Tivemos de estender um pouco mais os serviços de campo neste ano, para abranger uma área que vem se desenvolvendo rapidamente. A cidade está tendo um crescimento excepcional o que nos obriga a fazer constante atualização nas áreas já levantadas. Concomitantemente, no escritório, estão sendo feitos os cálculos e trabalhos de desenho.

6 — **CONCEIÇÃO DE MACABU** — Todos os trabalhos de campo foram concluídos. Continuam em andamento as tarefas de escritório: cálculos, reduções, ampliações, cadastro e desenhos.

7 — **CONSELHEIRO PAULINO** — Esta localidade está sendo considerada como um prolongamento de Nova Friburgo. Cada ano que passa maior aproximação se estabelece entre as duas localidades. Conselheiro Paulino, pela sua topografia, em boa parte plana, oferece condições para instalação de indústrias, com o que muito aproveitará o município e, indiretamente, o estado. A sua rede geodésica está ligada à de Nova Friburgo e os estudos urbanísticos terão estreita ligação com os dessa cidade

8 — **ITABORAÍ** — Os serviços de campo prosseguiram neste ano com intensidade e foi feita uma grande parte de cálculos e desenhos. Os serviços de escritório prosseguirão no ano próximo, quando também será traçado o plano urbanístico.

9 — **MIGUEL PEREIRA** — Esta cidade de veraneio, composta de vários agrupamentos populacionais, vinha reclamando, por intermédio do seu prefeito, o indispensável concurso de se lhe dar, por parte do estado, um plano de urbanização. Terrenos valorizados pela disputa muitos dos quais servindo a magníficos palacetes, oferece a cidade um aspecto de franco desenvolvimento. Possui um bem montado hotel de turismo, o "Sumerville", situado num recanto agradável e com acomodações para pessoas de recurso.

10 — **ITAOCARA** — Esta cidade, possuidora de um clima ameno e saudável, está situada à margem do rio Paraíba do Sul, num dos pontos mais pitorescos de seu curso, em que foi construída uma das maiores e das mais belas obras de arte do estado, a "Ponte de Itaocara". Os trabalhos de campo foram iniciados no último trimestre do ano.



OBRAS DE SANEAMENTO HIDRÁULICO

1 — **BOM JARDIM** — A conclusão das obras de canalização do ribeirão Floresta, nessa cidade, que poderia ser feita no curso de 1958, foi orçada em Cr\$ 8 000 000,00 (oito milhões

de cruzeiros). Conviria fazê-las, de uma só vez, no período de um único exercício financeiro. Para continuarmos aplicando, como vem sendo feito, uma pequena verba anual, teríamos como resultado levar muitos anos para executar a obra. Um serviço assim lento é contraproducente, não só porque enerva a população tal morosidade, como porque pode servir de base a críticas, sem cunho construtivo. Como, porém, na verba orçamentária do exercício de 1958, não se podia inserir a importância reclamada dos oito milhões de cruzeiros para a conclusão rápida das obras, resolveu, sabiamente, o governo sustar, provisoriamente, o andamento das mesmas, até que, num equilíbrio orçamentário mais favorável, seja possível terminar, prontamente, aquele trabalho. Com pesar tal deliberação foi tomada, pois, a intenção do governo era a de fazer a obra completa. Representa ela um ornamento para a cidade e faz parte integrante do plano urbanístico traçado. O canal fica ao centro de uma esplêndida avenida, para a qual faz frente um suntuoso grupo escolar estadual, recentemente inaugurado.

2 — CORDEIRO — Quando o DG projetou o plano de urbanização para essa cidade, fez também o estudo contra as cheias produzidas pelo transbordamento do curso d'água que atravessa a cidade. As obras tiveram andamento regular durante o ano e deveriam prosseguir, caso houvesse verba disponível, no exercício de 1958. Contamos com a ajuda eficiente da Estrada de Ferro Leopoldina que fez o transporte, graciosamente, de alguns milhares de metros cúbicos de pedra. Os serviços vinham sendo conduzidos com o propósito de, no fim do ano próximo, deixar a cidade completamente livre das possibilidades de ainda vir a sofrer as conhecidas conseqüências das enchentes periódicas.

TRABALHOS DE ESCRITÓRIO E DIVERSOS — 1 — Redução, com desenho em vegetal, do mapa do município de Campos, da escala de 1:100 000 para a de 1:200 000;

2 — cópia em vegetal do mapa do estado do Rio de Janeiro com a divisão dos municípios, na escala de 1:400 000;

3 — 2 cópias coloridas, em papel ozalid, do mapa do estado do Rio de Janeiro, na escala de 1:400 000;

4 — redução de 57 folhas do levantamento cadastral de Itaperuna, da escala de 1:500 para a de 1:2 000;

5 — cópia em tela, em 2 folhas, do conjunto do levantamento cadastral da cidade de Itaperuna, na escala de 1:2 500;

6 — redução do conjunto do levantamento da cidade de Itaperuna, da escala de 1:2 500 para a de 1:5 000;

7 — cópia em tela do conjunto do levantamento da cidade de Itaperuna, na escala de 1:5 000;

8 — cópia em vegetal do mapa do novo distrito de Trajano de Moraes, vila da Gramma, na escala de 1:2 000;

9 — cópia em vegetal do mapa do estado do Rio de Janeiro com a rede rodoviária, na escala de 1:400 000;

10 — cópia em vegetal do mapa do município de Barra Mansa, na escala de 1:100 000;

11 — cópia em vegetal do mapa do município de Volta Redonda, na escala de 1:50 000;

12 — redução e cópia em tela do mapa corográfico do estado do Rio de Janeiro, da escala de 1:400 000 para a de 1:1 000 000;

13 — cópia em vegetal do mapa do município de Barra Mansa, com o plano de urbanização do 1.º distrito, na escala de 1:100 000;

14 — redução da planta da cidade de Cordeiro, com o plano de urbanização, da escala de 1:2 000 para a de 1:10 000;

15 — redução da planta da cidade de Cachoeiras de Macacu, com o plano de urbanização, da escala de 1:2 000 para a de 1:10 000;

16 — redução da planta da cidade de Cabo Frio, com o plano de urbanização, da escala de 1:5 000 para a de 1:9 000;

17 — cópia em vegetal do mapa de Cabo Frio, na escala de 1:50 000;

18 — cópia em vegetal do mapa de Barra Mansa, na escala de 1:250 000;

19 — cópia em vegetal do mapa de Volta Redonda, na escala de 1:100 000;

20 — redução e cópia em vegetal, do levantamento cadastral da cidade de Saquarema, da escala de 1:500 para a de 1:2 500;

21 — redução e cópia, em vegetal, do levantamento cadastral de Bacaxá, 2.º distrito de Saquarema, da escala de 1:500 para a de 1:2 500;

22 — colocação, no mapa do município de Vassouras, do 10.º distrito, Conrado, com o seu limite, fornecido pela Prefeitura de Vassouras;

23 — redução de loteamentos, bairros e fazendas, da escala de 1:10 000 para a de 1:50 000, para serem colocados no mapa do município de Itaguaí;

24 — ampliação e cópia em tela da planta cadastral da cidade de Cabo Frio, com o plano de urbanização, da escala de 1:5 000 para a de 1:3 000;

25 — redução da planta cadastral da cidade de Natividade de Carangola, da escala de 1:1 000 para a de 1:2 500;

26 — cópia em tela de 5 folhas do levantamento cadastral de Rio Claro na escala de 1:500;

27 — redução de 5 folhas do levantamento cadastral de Rio Claro, da escala de 1:500 para a de 1:1 000;

28 — cópia em tela do conjunto cadastral de Rio Claro, na escala de 1:1 000;

29 — desenho do plano de urbanização da cidade de Rio Claro, nas 5 folhas (tela) do levantamento cadastral na escala de 1:500;

30 — desenho do plano de urbanização da cidade de Rio Claro na planta de conjunto, na escala de 1:1 000;

31 — cópia em tela de 11 folhas do levantamento cadastral de Cordeiro, na escala de 1:500;

32 — redução de 11 folhas do levantamento cadastral de Cordeiro da escala de 1:500 para a de 1:2 000;

33 — desenho do plano de urbanização nas 11 folhas do levantamento cadastral de Cordeiro, na escala de 1:500;

34 — desenho do plano de urbanização na planta de conjunto de Cordeiro, na escala de 1:2 000;

35 — cópia em vegetal da planta da baía de Sepetiba, na escala de 1:50 000;

36 — cópia em vegetal do mapa do município de Cabo Frio, na escala de 1:250 000;

37 — ampliação das praças existentes no plano de urbanização de Rio Claro, da escala de 1:500 para a de 1:200;

38 — 2 cópias coloridas (ozalid) do plano de urbanização (conjunto) da cidade de Rio Claro, na escala de 1:1 000;

39 — 2 cópias coloridas (ozalid) do plano de urbanização (conjunto) da cidade de Cordeiro, na escala de 1:2 000;

40 — 6 cópias coloridas (ozalid) compreendendo detalhes de praças e de jardins, da cidade de Cordeiro, em diversas escalas;

41 — 8 cópias coloridas (ozalid) compreendendo detalhes de praças da cidade de Rio Claro, escala de 1:200;

42 — cópia em vegetal do mapa da cidade de Itaguaí, na escala de 1:2 000;

- 43 — cópia em vegetal da distribuição de terras em Sodrelândia, na escala de 1:100 000;
- 44 — cópia em vegetal da planta da baía de Ilha Grande e Sepetiba, na escala de 1:50 000;
- 45 — 4 cópias coloridas, (ozalid) do mapa da cidade de Petrópolis, na escala de 1:20 000;
- 46 — 4 cópias coloridas do mapa corográfico do Estado do Rio de Janeiro, na escala de 1:250 000;
- 47 — cópia em vegetal do levantamento cadastral da cidade de Rio Bonito, na escala de 1:5 000;
- 48 — confecção de 294 fichas com o cadastro da cidade de Resende (diversas escalas);
- 49 — cópia em tela de 40 folhas do levantamento cadastral de Resende, na escala de 1:500;
- 50 — redução de 40 folhas do levantamento cadastral de Resende, da escala de 1:500 para a de 1:3 000;
- 51 — cópia em tela do conjunto do levantamento cadastral de Resende, na escala de 1:3 000;
- 52 — cópia em vegetal do mapa do município de Miguel Pereira, na escala de 1:100 000;
- 53 — cópia em vegetal do mapa do município de Vasouras, na escala de 1:250 000;
- 54 — cópia em vegetal do mapa de Resende na escala de 1:100 000;
- 55 — marcação, por coordenadas, das folhas originais (detalhes) nos planos de conjunto de Cabo Frio, Rio Claro e Cordeiro;
- 56 — 3 cópias coloridas (em ozalid) da planta cadastral de Cabo Frio, com adaptação do plano de urbanização, na escala de 1:2 500;
- 57 — cópia em vegetal da planta da baía de Guanabara, na escala de 1:50 000;
- 58 — cópia em vegetal do mapa do município de Nilópolis, na escala de 1:10 000;
- 59 — cópia em vegetal do mapa de Nova Friburgo, na escala de 1:100 000;
- 60 — cópia colorida (em ozalid) da planta do porto de Niterói, na escala de 1:2 000;
- 61 — 1 cópia colorida (em ozalid) da planta de conjunto de Cabo Frio na escala de 1:3 000;
- 62 — 1 cópia colorida (em ozalid) da planta do conjunto de Mangaratiba na escala de 1:1 000;
- 63 — 1 cópia colorida do mapa do município de São João da Barra, na escala de 1:100 000;
- 64 — desenho 10 folhas, em canson, do levantamento cadastral de Macaé, na escala de 1:500;
- 65 — cópia, colorida, do mapa do município de Saquarema, na escala de 1:50 000;
- 66 — providências para conservação do material técnico e rodante do Departamento;
- 67 — providências relativas à compra de material mecânico e equipamento do serviço de campo;
- 68 — serviços mecânicos executados na pequena oficina deste Departamento com reparos, ajustagem e conservação de carros, bem como a aquisição de material urgente, inclusive combustível e lubrificante;
- 69 — organização e controle do fichário de entrada e saída do material pertencente ao Departamento;
- 70 — conservação dos prédios das oficinas, garage e residência do encarregado.

☆

Comissão de Terras

Seguindo a orientação do governo, este DG preparou-se para a extinção da Comissão de Terras e a passagem do núcleo colonial de

Sodrelândia para a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. A extinção da Comissão de Terras encontra justificativa no fato de não dispor a Divisão do Domínio do Estado de nenhuma gleba colonizável disponível. As terras devolutas que o estado possui ou deve possuir continuam em fase de ocupação, não se conhecendo qual a extensão das mesmas e que tempo poderá levar em processos judiciais até ficarem desembaraçadas. Além disso, segundo suposições, é de crer que as áreas que por fim venham a ficar livres de intrusos serão pequenas e não darão margem à instalação de novos núcleos pelos gastos elevados que estes consomem, muitos dos quais inalteráveis, tanto para a colonização de grandes quanto de pequenas porções.

A colonização do núcleo de Sodrelândia deu-nos um sentido exato do problema, pois, quase com os mesmos gastos, poderíamos ter colonizado um trato de terras, talvez dez vezes maior.

Tivemos vários contatos com assessores técnicos do senhor secretário da Agricultura, com o propósito de combinar a transferência para aquela Secretaria do núcleo colonial de Sodrelândia. Após estudarem o assunto com aprofundado critério, concluíram que não seria prudente cogitar-se, no momento, da entrega total desse serviço àquele órgão, pois não fôra prevista dotação orçamentária suficiente para tal fim e, dos recursos próprios existentes, não havia nenhum saldo por onde pudessem custear as despesas decorrentes. No entanto, para acomodar a situação por mais algum tempo, pareceu-lhes viável pôr à disposição deste Departamento um prático rural ali lotado, para tomar conta do núcleo sob nossa supervisão. Qualquer solução que seja dada no sentido de conservar aquele patrimônio encontrará por parte do DG franca acolhida.

A lotação do núcleo é de 43 famílias, não havendo nenhuma vaga. Há 29 quilômetros de estrada de penetração, construídos pela Comissão, sendo necessário manter a sua conservação. Uma vez seja completada a ligação de Sodrelândia a Triunfo, para cujo fim faltam apenas 9 quilômetros, fica estabelecida uma ligação mais direta entre Campos e Nova Friburgo, com real aproveitamento para o núcleo, pois terão os colonos meios de transporte mais acessíveis, seus lotes valorizados e maior facilidade de colocar os seus produtos.

A instalação da colônia agrícola de Sodrelândia alcançou pleno êxito, pois todas as previsões foram atingidas, no tocante à experiência de promover a recuperação do lavrador humilde, que encontrou, por parte do governo, apoio às suas aspirações, ficando ainda de cada uma demonstração de interesse, verificada em prol da colonização, como parcela do esforço comum e nacional feito nesse sentido. Mantendo o governo federal em território fluminense vários núcleos coloniais de grande extensão, pode também o governo estadual firmar-se na participação efetiva do movimento colonizador, com o seu núcleo colonial de Sodrelândia, plenamente instalado.

Atualmente impõe-se preservar o que foi ali realizado, fato que se conseguirá com pequeno esforço e reduzido dispêndio. Boa parte dos colonos se mantêm com os recursos obtidos do lote e a parte restante caminha para os mesmos resultados.

Com a necessidade de passar para a Secretaria de Agricultura essa colônia agrícola foi preciso acelerar os serviços finais, o que deu motivo à construção de um trecho de estrada de 1 200 metros, com as decorrentes obras de arte, ensaibramento de outro trecho na extensão de 2 000 metros, obras de reparos nas casas existentes, conservação de 29 quilômetros de

estradas de penetração e 5 quilômetros de caminhos carroçáveis; atendeu-se ao completo restabelecimento do tráfego, após as chuvas torrenciais do fim do ano, que causaram, excepcionalmente nesse período, danos consideráveis, tanto nas estradas como nas casas dos colonos.

Diretório Regional de Geografia

O Conselho Nacional de Geografia em sua Assembléa Geral inscreveu-se, por uma resolução ali tomada, na campanha nacional de reflorestamento, instituída pelo Ministério da Agricultura.

Os Diretórios Regionais, dos respectivos estados do Brasil, ficaram com o encargo e a responsabilidade de pôr em execução a resolução mencionada.

O Diretório Regional deste estado entrou logo em ação. Conseguiu que fosse posto a sua disposição o geógrafo professor Ziede Moreira, do CNG, o qual fizera anteriormente um curso de especialização em florestamento e reflorestamento na Universidade Rural.

O presidente do Diretório e secretário de Viação e Obras Públicas recomendou que os trabalhos de reflorestamento começassem pela arborização das margens das rodovias asfaltadas e determinou que o Departamento de Estradas de Rodagem fornecesse transporte e desse ajuda de outra espécie para facilitar o objectivo.

A Secretaria do Diretório articulou-se com os órgãos filiados à campanha e capazes de incentivar o movimento já encetado, os quais forneceram mudas de sementes de essências apropriadas, para início das atividades. Assim, está o Diretório entrosado com o Hórtio Florestal de Santa Cruz, Hórtio Florestal da Gávea, Serviço de Reflorestamento da Secretaria de Agricultura estadual, Secção de Botânica Agrícola do Ministério da Agricultura, Instituto Nacional do Pinho e Inspetoria Regional de Fomento Agrícola, com sede nesta capital. Algumas destas organizações forneceram 9 551 mudas de essências.

A Secretaria do Diretório, com a eficiente atuação do geógrafo Ziede Moreira, entrou em contacto com a diretoria do Instituto Educacional Protógenes Guimarães, em Araruama, para formar nos terrenos da instituição um viveiro florestal, o que foi conseguido. Foram ali preparados, com pessoal do estabelecimento, 25 canteiros em que estão se desenvolvendo 55 000 essências. Foram assentados entendimentos com a diretoria do Educandário Vista Alegre, para se reproduzir ali idéntico trabalho.

A Inspetoria Regional de Fomento Agrícola, dirigida pelo agrônomo Brandão Caldas, vem operando com muita eficiência em favor dos trabalhos, pois tem fornecido ferramentas, instrumentos de rega, tijolos para preparo de canteiros e estuda a possibilidade de concorrer com parte da mão-de-obra.

O Departamento de Estradas de Rodagem, dentro das suas possibilidades, tem ajudado com algum transporte e demonstrado boa vontade no atendimento das solicitações.

O plantio das árvores deverá ter início nos primeiros meses de 1958, quando deverão ter crescimento suficiente para isso.



Serviços Auxiliares

SERVIÇOS DE SECRETARIA E PESSOAL

a) PROTOCOLO — 755 documentos foram registrados no Protocolo e os seus movimentos devidamente anotados nas respectivas fichas.

A expedição dos volumes do 9.º número do *Anuário Geográfico* esteve a seu cargo.

b) EXPEDIENTE — Durante o exercício, o Departamento Geográfico expediu 436 ofícios e prestou informações e esclarecimentos diversos nos diferentes processos que transitaram pelo órgão.

c) MECANOGRRAFIA — Foram extraídas 2 043 cópias heliográficas, mimeografadas diversos documentos e dactilografado todo o expediente do Departamento e do Diretório Regional de Geografia, assim distribuído: ofícios, memorandos, relatórios individuais e gerais, informações, certidões, declarações, telegramas, relações, tabelas, resumos de ponto do pessoal, mapas de diárias, fôlhas de pagamento de diaristas e os respectivos cartões de ponto e a matéria para o número dez do *Anuário Geográfico*.

d) PESSOAL — No decorrer do ano, 160 pessoas, entre funcionários, extranumerários e diaristas de obras, trabalharam para o Departamento; o fichário e o arquivo relativos a esse pessoal foram mantidos atualizados pelos Serviços Auxiliares.

CONTABILIDADE — Os serviços de contabilidade do DG continuam em dia. Compreendem esses serviços: escrituração e movimentação das verbas orçamentárias; requisição de adiantamento; organização e exame de prestações de contas; confecção das fôlhas de pagamento dos diaristas de obras e dos respectivos cartões de ponto; cálculo de diárias.

MATERIAL — Os SA mantêm controlado o material aos seus cuidados. São devidamente anotados nas fichas próprias os preços, as entradas e as saídas.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO — Durante o exercício, o Serviço de Documentação foi constantemente consultado por servidores de diversas repartições estaduais, federais e municipais e, também, por particulares. Constituem esse Serviço a mapoteca, a biblioteca, a fototeca e o arquivo corográfico.

Cerca de 1 900 documentos estão registrados na mapoteca, entre os quais são encontrados mapas do Brasil, do estado, dos municípios fluminenses, de diversas regiões, e plantas referentes a planos de urbanização de localidades fluminenses e de levantamentos topográficos e cadastrais.

ANUÁRIO GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Este *Anuário*, editado pelo Diretório Regional de Geografia, em colaboração com o Departamento Geográfico, apresentou-se em 1957 com o seguinte sumário:

Registro.

Geologia das quadriculas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xezé — Alberto Ribeiro Lamego.

Seropédica de Itaguaí — Carlos Gomes Filho.

O Estado do Rio de Janeiro em face da mudança da Capital Federal.

O XVIII Congresso Internacional de Geografia — Luis de Sousa.

Presidente do IBGE — Posse do professor Jurandy Pires Ferreira.

XVI sessão ordinária da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Relatório das atividades do DRG, em 1955.

Guia de excursão a Cabo Frio — Lysia Maria Cavalcanti Bernardes e Ruth Lopes da Cruz Magnanini.

A província do Rio de Janeiro em 1856.

Vultos da geografia fluminense.

Urbanização e industrialização na orla oriental da baía de Guanabara — Pedro Pinchas Geiger e outros.

Campanha de educação de adolescentes e adultos.

Atas das reuniões ordinárias e resoluções do DRG — 1955-56.

Legislação de interesse geográfico.

Hotéis Fluminenses — Fábrica Nacional de Motores.

Documentação histórica dos municípios e distritos do estado do Rio de Janeiro.

Esta obra vem encontrando a melhor acolhida no seio das autoridades públicas do estado, nas secções técnicas do Conselho Nacional de Geografia e nas organizações congêneres dos Estados da Federação e de alguns países estrangeiros. Por cartas e pessoalmente tem a redação recebido palavras de estímulo, de aplauso e de incentivo. Geógrafos nacionais do mais alto relevo cultural são seus colaboradores. Vários trabalhos, inéditos, de grande valor científico estão sendo preparados, por autoridades máximas da geografia, para as próximas edições. São estudos que levam, às vezes, anos para serem concluídos. Mas estão sendo elaborados e os leitores do *Anuário* terão oportunidade de conhecê-los, se o futuro não for alterado. Há numerosos intelectuais das letras geográficas que se sentem ligados ao *Anuário* por laços de simpatia e de afinidade espiritual. A redação empenha-se, com o melhor dos seus esforços, para que a apresentação da obra corresponda aos anelos dos seus afeiçoados.

CONCLUSÃO — Pelo presente relatório ficou evidenciado o esforço empregado pelo órgão geográfico estadual para dar boa aplicação aos recursos que lhe foram concedidos e que vieram satisfazer solicitações imperiosas, de reconhecimento mérito. As cartas estaduais, reclamadas pelas escolas e pelo serviço público em especial, precisam estar sempre atualizadas e é indispensável que haja delas número suficiente, que corresponda às necessidades prementes. Este cuidado tem sido rigorosamente observado não tendo deixado de atender o Departamento Geográfico a todos os apelos que lhe foram dirigidos nesse sentido. Presentemente encontram-se nesse órgão dez mil mapas à disposição dos interessados. No âmbito da urbanização os resultados não têm sido me-

nos alentadores, pois já há, no estado, 27 localidades que dispõem de planos de urbanização e mais 10 que estão com os seus planos em preparo. A mentalidade urbanística no estado do Rio de Janeiro vai se corporificando com o resultado das primeiras realizações e é de se esperar que, pela marcha atual, não estará longe o dia em que as soluções urbanísticas estarão colocadas em primeiro plano no programa das administrações municipais. É um problema municipalista de mais evidente importância, que não escapa à apreciação cautelosa dos que estudam os assuntos de direção. É com regozijo que se verifica o avanço que as idéias urbanísticas estão obtendo na esfera fluminense, fato esse que propiciará, em futuro não distante, meios de se estabelecerem bases para um destacado movimento turístico. A indústria turística está ainda incipiente em nosso estado, pela ausência da causa precursora que é o urbanismo, por enquanto medianamente difundido, mas, em se levando em conta os princípios adotados, com sabedoria, pelo governo, para dar a essa indústria o amparo que ela reclama, poderemos antever para a mesma um futuro promissor, com apoio neste trabalho atual, em desenvolvimento.

Ac concluir-se e-nos grato registrar o apoio que o Diretório vem recebendo da administração estadual superior, que vê nas atividades geográficas uma operação de grande utilidade, animadora do progresso, de favorecimento ao ensino e que induz à conquista da riqueza. É-nos grato, também, registrar o estimulante apoio que sempre nos tem concedido a Secretaria Geral, empenhada no maior crescimento das lides geográficas nas unidades da Federação.

Finalmente, ao apresentar esta resenha da vida geográfica fluminense a esta colenda Assembléa, o Diretório Regional do Estado do Rio de Janeiro congratula-se com todos os demais Diretórios Regionais do país pelo êxito da faina geográfica que se verifica no território pátrio. — Niterói, 4 de fevereiro de 1958. — *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório Regional de Geografia.



Este "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Avenida Beira-Mar, 435 — Edifício Iguazu — Rio de Janeiro, D.F.

Leis e Resoluções

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Íntegra da legislação de interesse geográfico

Atos do Poder Executivo

DECRETO N.º 45 445, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1959

Dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Enquanto não se constituir, por lei, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, funcionará, junto à Presidência da República, um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, sediado em Recife, com o objetivo de coordenar e executar os projetos e programas de ação imediata, tendentes ao desenvolvimento econômico e social daquela área.

Parágrafo único. Para os fins deste decreto, entendem-se compreendidos na área do Nordeste os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Art. 2.º O Conselho de Desenvolvimento do Nordeste compreenderá:

- a) um Conselho Deliberativo;
- b) uma Secretaria Executiva.

Art. 3.º O Conselho Deliberativo será constituído de 19 membros, sendo 9 indicados pelos Governadores dos Estados do Nordeste — um por Estado — e 10 representantes dos seguintes órgãos:

- a) Ministério da Fazenda;
- b) Ministério da Agricultura;
- c) Ministério da Educação e Cultura;
- d) Ministério da Saúde;
- e) Ministério da Viação e Obras Públicas;
- f) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
- g) Banco do Nordeste do Brasil;
- h) Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos.

Parágrafo primeiro. Serão membros natos do Conselho Deliberativo:

- a) o Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco;
- b) o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Parágrafo segundo. Os Governadores dos Estados, sempre que o desejarem, assumirão pessoalmente a representação dos seus respectivos Estados.

Art. 4.º A Secretaria Executiva funcionará sob a responsabilidade de um Diretor Executivo designado pelo Presidente da República e que terá as seguintes atribuições:

- a) representar oficialmente o Conselho de Desenvolvimento;
- b) promover os meios legais para o funcionamento da Secretaria Executiva;

c) fixar e delegar atribuições para o desempenho dos trabalhos da Secretaria Executiva;

d) constituir grupos de trabalho para exame e estudo de problemas especiais;

e) atribuir a órgãos ou estabelecimentos públicos ou entidades outras de reconhecida idoneidade técnica, a realização de estudos e levantamentos;

f) admitir o pessoal técnico, administrativo e auxiliar da Secretaria Executiva, tendo em vista as necessidades do serviço e os recursos do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste;

g) promover as requisições a que se refere o art. 6.º do decreto número 40 554, de 4 de dezembro de 1956;

h) superintender os trabalhos técnicos e administrativos do Conselho de Desenvolvimento;

i) fixar a retribuição por serviços técnicos prestados ao Conselho de Desenvolvimento e atribuir outros critérios de remuneração, observadas as respectivas tabelas aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 5.º Incumbe ao Conselho Deliberativo:

a) formular, com bases nos trabalhos técnicos da Secretaria Executiva, as diretrizes da política de desenvolvimento regional;

b) verificar e orientar a execução dos programas e projetos integrantes do Plano Diretor;

c) sugerir a integração dos planos estaduais de desenvolvimento na orientação do Plano Diretor;

d) pronunciar-se sobre as proposições da Secretaria Executiva referidas no artigo 6.º, alínea h, e encaminhar sugestões aos poderes competentes;

e) opinar sobre a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais que operam na região;

f) propor ao Presidente da República, aos Ministros de Estado e aos dirigentes de órgãos não ministeriais subordinados à Presidência da República, a adoção de medidas tendentes a facilitar ou acelerar a execução dos programas, projetos e obras, inclusive em curso, bem como a fixação de normas para a sua elaboração;

g) organizar o seu regimento interno.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo poderá reunir-se em diferentes locais da região e na capital da República, deliberando por maioria de votos, sob a presidência de um de seus membros, escolhido na forma estabelecida de seu Regimento Interno.

Art. 6.º A Secretaria Executiva compete:

- a) elaborar o Plano Diretor;

b) coordenar a ação de outros órgãos ou entidades para elaborar os programas e projetos que se enquadram no Plano Diretor;

c) assistir o Conselho Deliberativo, suprindo-o das informações, estudos e sugestões que se fizerem necessários ao exercício das atribuições do mesmo;

d) coordenar e verificar a execução dos programas e projetos que subsidiarem as diretrizes do Plano Diretor;

e) elaborar ou contratar a elaboração de projetos e dar assistência técnica a órgãos federais, estaduais e municipais na elaboração de programas e projetos que objetivem o desenvolvimento do Nordeste;

f) executar os projetos que lhe forem diretamente atribuídos;

g) promover contactos com grupos privados, objetivando sua participação nos projetos compreendidos no Plano Diretor;

h) cooperar com o DASP no exame das proposições que incluem recursos para o Nordeste, formulando sugestões a respeito;

i) desincluir-se das atividades administrativas indispensáveis ao exercício das atribuições do Conselho de Desenvolvimento.

Art. 7.º Dentro das diretrizes da política do desenvolvimento regional e em articulação com o DASP, a Secretaria Executiva proporá medidas, inclusive de natureza legislativa, objetivando:

a) a extinção de órgãos que perderem razão de ser, pela mudança de condições;

b) a transformação ou adaptação de órgãos que perderem funções, assumirem ou devam assumir funções novas;

c) a criação de órgãos para o exercício de funções novas ou melhor exercício de funções atuais;

d) as medidas necessárias à eliminação de duplicidade, concorrência ou oposição de funções.

Art. 8.º Passa a integrar a Secretaria Executiva o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste, com o seu acervo e recursos financeiros, o qual será dirigido por um chefe, designado pelo Diretor Executivo.

Art. 9.º A Secretaria Executiva articular-se-á imediatamente com o Ministério da Fazenda e o DASP para imprimir no Plano de Contenção de Despesas, orientação consentânea com os propósitos do Plano Diretor.

Art. 10. Os recursos atribuídos no orçamento vigente do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, (Decreto número 40 554, de 14 de dezembro de 1956), serão movimentados pelo Diretor Executivo.

Art. 11. Dentro de 30 dias o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste baixará Regimento Interno dispondo sobre as normas de funcionamento de seus órgãos e setores de trabalho.

Art. 12. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive as do decreto número 40 554, de 14 de dezembro de 1956 e decreto número 43 395, de 13 de março de 1958, que colidirem com as disposições do presente decreto.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1959; 138.º da Independência e 71.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Cyrilo Júnior
Lucas Lopes
Lúcio Meira
Mário Meneghetti
Clóvis Salgado
Mário Pinotti.

(D.O., 16-3-1959).

DECRETO N.º 45 577, DE 16 DE MARÇO DE 1959

Altera a redação do artigo 3.º, do decreto número 45 445, de 20 de fevereiro de 1959.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 3.º, do decreto número 45 445, de 20 de fevereiro de 1959, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2.º O Conselho Deliberativo será constituído de 21 membros, sendo 9 indicados pelos Governadores dos Estados do Nordeste — um por Estado e 12 representantes dos seguintes órgãos:

- a) Ministério da Fazenda;
- b) Ministério da Agricultura;
- c) Ministério da Educação e Cultura;
- d) Ministério da Saúde;
- e) Ministério da Viação e Obras Públicas;
- f) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

- g) Banco do Nordeste do Brasil;
- h) Forças Armadas;
- i) Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos.

Parágrafo primeiro — Serão membros natos do Conselho Deliberativo:

- a) o Diretor Executivo do Conselho do Desenvolvimento;
- b) o Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco;
- c) o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Parágrafo segundo. Os Governadores dos Estados, sempre que o desejarem, assumirão pessoalmente a representação dos seus respectivos Estados.

Parágrafo terceiro. Os representantes dos órgãos federais no Conselho Deliberativo e o Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos poderão ser substituídos, nos seus impedimentos, por suplentes, na forma indicada pelo Regimento Interno do Conselho do Desenvolvimento.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1959, 138.º da Independência e 71.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Mário Meneghetti
Clóvis Salgado
Lucas Lopes
Lúcio Meira

(D. O., 16-3-1959).

☆

DECRETO N.º 45 574, DE 16 DE MARÇO DE 1959

Subordina à Presidência da República a Comissão de Armazéns e Silos, com a denominação de Comissão Executiva de Armazéns e Silos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal e considerando:

a) a necessidade de melhor coordenar os esforços dos Estados que organizaram ou organizam entidades para a construção e exploração de redes de armazenamento;

b) a necessidade de uniformização dos tipos de construção e métodos de exploração, bem como de conjugação de esforços de Estados li-

Nota: Republicado por ter saído com incorreções no D.O. de 20 de fevereiro de 1959.

mitrofes, para evitar distorções de investimentos;

c) a necessidade de um órgão coordenador de assistência técnica e organização financeira, para melhor conjugar as atividades governamentais com os setores estaduais, decreta:

Art. 1.º Fica transferida para a Presidência da República a Comissão Consultiva de Armazéns e Silos, com a denominação de Comissão Executiva de Armazéns e Silos.

Art. 2.º A Comissão Executiva de Armazéns e Silos será integrada de uma Direção Executiva e de um Conselho.

Art. 3.º A Direção Executiva incumbê:

a) realizar os estudos finais de natureza econômica, técnica, financeira e jurídica, para a implantação de um sistema nacional de armazenagem, ensilagem e de centros de abastecimento;

b) tomar as providências necessárias à instalação e operação, no país, da Rede Nacional de Armazéns e Silos, destinada à guarda e preservação de cereais, grãos leguminosos e tubérculos.

Parágrafo único. A Comissão Executiva deverá tomar, como documento básico de seus trabalhos, o projeto da Rede Nacional de Armazéns e Silos (RENAS) elaborado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Art. 4.º A Direção Executiva será composta de um Presidente e de dois Diretores, todos nomeados pelo Presidente da República.

Art. 5.º O Conselho será integrado por representantes de órgãos governamentais e de entidades diretamente interessadas, nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão será o Presidente do Conselho.

Art. 6.º A Direção Executiva, reunida em sessão conjunta com o Conselho, constituirá o Plenário da Comissão.

Art. 7.º O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico prestará à Comissão a assessoria técnica suplementar que se fizer necessária.

Art. 8.º Para prestação de serviços especiais, poderá a Comissão contratar os serviços técnicos, administrativos e auxiliares de pessoas ou entidades.

Parágrafo único. Quando se tratar de servidores públicos, serão os mesmos requisitados, na forma da legislação em vigor.

Art. 9.º Durante o corrente exercício, a Comissão Consultiva de Armazéns e Silos, com a denominação constante deste decreto, será mantida com os recursos orçamentários constantes do Anexo 4.13 — Ministério da Agricultura, 07.04.02 — Divisão do Orçamento (Encargos Gerais) Verba 1.0.00 — Custeio, Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos; Subconsignação 1.6.23-4 — Manutenção da Comissão etc., e nos exercícios vindouros, com as dotações que lhe forem consignadas no Orçamento da União.

Art. 10. Ficam revogados os decretos números 37 514, de 22 de junho de 1955, 38 916, de 21 de março de 1956 e 40 855, de 30-1-57, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1959; 138.º da Independência e 71.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Cyrilo Júnior
Lucas Lopes
Mário Meneghetti

(D.O., 20-3-1959).

DECRETO N.º 45 581, DE 18 DE MARÇO DE 1959

Cria a Comissão de Povoamento dos Eixos Rodoviários e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, atendendo ao que consta da Exposição de Motivos n.º 166-GM, de 14 de fevereiro de 1959, do Ministério da Viação e Obras Públicas; e

Considerando a necessidade de fomentar o movimento dos excedentes demográficos observados no Nordeste Oriental para outras áreas, de acordo com os superiores interesses econômicos e sociais do país, os interesses do desenvolvimento dessas novas áreas e do próprio Nordeste Oriental, que se vê perturbado por aqueles excedentes;

Considerando que a migração espontânea não apenas arrisca a não alcançar a magnitude desejável, mas também, pode assumir formas inconvenientes do ponto de vista geral do país e das regiões de fixação das populações, realizando-se em condições desfavoráveis para essas mesmas populações;

Considerando que nos eixos das rodovias federais construídas ou em construção no Estado do Maranhão se encontram grandes áreas de terras agricultáveis tornadas acessíveis graças a essas rodovias e às estradas e caminhos construídos pelas administrações estadual e municipais, e já habitáveis por força do trabalho realizado pelo Estado contra as endemias rurais;

Considerando que entre essas terras recém-abertas ao povoamento, ou que em breve o serão, várias oferecem excepcionais características institucionais e tecnológicas para a ocupação em condições econômicas, ou seja, a existência, respectivamente, de terras de propriedade pública e de rios navegáveis convenientemente dispostos,

Decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Ministério da Viação e Obras Públicas, sob a presidência do Ministro, a Comissão de Povoamento dos Eixos Rodoviários, composta de um representante de cada um dos seguintes órgãos:

Governo dos Estados onde a Comissão opere

Instituto Nacional de Imigração e Colonização

Serviço Nacional de Proteção aos Índios Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura

Carteira de Colonização do Banco do Brasil

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Parágrafo único. A Comissão terá um Secretário-Executivo, designado pelo Ministro. Os trabalhos serão realizados:

a) por servidores civis lotados na Comissão ou requisitados, na forma da lei, de outros órgãos federais, autarquias e sociedades de economia mista;

b) por pessoal cedido pelos Governos dos Estados; e

c) por técnicos contratados para a própria Comissão nos termos da legislação em vigor.

Art. 2.º O campo de atividade da Comissão será inicialmente a região pré-amazônica

maranhense, servida pelas rodovias federais BR-21, BR-22, BR-24 e BR-14. Sua atuação poderá estender-se a outros Estados, mediante aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 3.º A Comissão compete elaborar e supervisionar a execução de um programa de povoamento e colonização da área indicada no artigo anterior. Para esse fim deverá:

I — fazer a coordenação das iniciativas já existentes e dos projetos a serem elaborados pela própria Comissão, pelos órgãos nela representados ou por terceiros;

II — proceder a estudos demográficos, agrológicos e de outra natureza que julgue necessários e úteis ao seu programa: solicitá-los dos órgãos especializados da região e do Nordeste; e sugerir, a quaisquer entidades, investigações ou estudos de interesse geral inspirados por sua própria observação e experiência;

III — sugerir ao Poder Executivo Federal ou Estadual providências destinadas a fomentar

o desenvolvimento da área, nos limites do seu programa ou em correlação com ele.

Art. 4.º Os órgãos do Governo Federal, organizações autárquicas e sociedades de economia mista, especialmente aqueles com atuação no Norte e Nordeste e, mais particularmente, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, prestarão à Comissão toda a assistência técnica e administrativa que for necessária.

Art. 5.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1959; 138.º da Independência e 71.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Lúcio Meira
Cyrilo Júnior
Lucas Lopes
Mário Meneghetti



O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se este à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE

JURANDYR PIRES FERREIRA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização pública da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistemático do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgações, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas do governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes, o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários.

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934; consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho e do Instituto.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", que são: *Assembleia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os estados, o Distrito Federal e o território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); e *Junta Executiva Central*, composta do presidente do Instituto, dos diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena) e delibera ad referendum da Assembleia Geral; as *Juntas Executivas Regionais* no Distrito Federal, nos estados e no território do Acre; de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J. E. C. (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", subdivididos em *Comissões Técnicas* isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, o *Corpo de Consultores Técnicos*, composto de 24 membros eleitos pela Assembleia Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura), Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda) e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos estados — Departamentos Estaduais de Estatística, — no Distrito Federal e no território do Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, — e os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de Estatísticas especializadas em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", isto é, os Departamentos ou Serviços Municipais de Estatística, existentes nas capitais dos estados, e as Agências nos demais municípios.

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", ou seja a *Assembleia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os estados e o território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Dire-*

tório Central, composto do presidente do Instituto, do secretário-geral do C.N.G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do governo municipal da capital da República e de um representante do C.N.E. (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos estados e no território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D.C. (reúne-se ordinariamente uma vez por mês).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS"; isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D.C. e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", com um órgão executivo central — Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica do Ministério da Viação — e órgãos cooperadores — serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicional).

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos estados.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

III — SISTEMA DOS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O Sistema dos Serviços Censitários compõe-se de órgãos deliberativos — as Comissões Censitárias — e de órgãos executivos cujo conjunto é denominado *Serviço Nacional de Recenseamento*.

A — COMISSÕES CENSITÁRIAS:

1. A Comissão Censitária Nacional, órgão deliberativo e controlador, compõe-se dos membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, do secretário do Conselho Nacional de Geografia, de um representante do Conselho Atuarial e de três outros membros — um dos quais como seu presidente e diretor dos trabalhos censitários — eleitos por aquela Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, verificando-se a confirmação dos respectivos mandatos mediante ato do Poder Executivo.

2. As 22 Comissões Censitárias Regionais, órgãos orientadores, cada uma das quais se compõe do delegado regional do Recenseamento como seu presidente, do diretor em exercício da repartição central regional de Estatística e de um representante da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística.

3. As Comissões Censitárias Municipais, órgãos cooperadores, cada uma das quais constituída por três membros efetivos — o prefeito municipal como seu presidente, o delegado municipal do Recenseamento e a mais graduada autoridade judiciária local, além de membros colaboradores.

B — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO:

1. A "DIREÇÃO CENTRAL", composta de uma Secretaria, da Divisão Administrativa, da Divisão de Publicidade e da Divisão Técnica.

2. As "DELEGACIAS REGIONAIS", uma em cada unidade da Federação.

3. As "DELEGACIAS SECCIONAIS", em número de 117, abrangendo grupos de municípios.

4. As "DELEGACIAS MUNICIPAIS".

5. O "CORPO DE RECENSEADORES".

Sede do CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — Avenida Beira-Mar, 436 — Edifício Iguazu

Sede do INSTITUTO — Av. Franklin Roosevelt, 166

ÁREA E POPULAÇÃO DO BRASIL

ÁREA E POPULAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DAS UNIDADES FEDERADAS E DAS GRANDES REGIÕES DO BRASIL

UNIDADES FEDERADAS	ÁREA — 1952			POPULAÇÃO (1.º-VII-1950)			Densidade de população hab/km²
	Absoluta (km²)	Relativa		Absoluta (hab.)	Relativa		
		% do Brasil	% das Regiões		% do Brasil	% das Regiões	
1. Guaporé.....	242 983	2,85	6,79	36 935	0,07	2,00	0,15
2. Acre.....	152 589	1,79	4,26	114 755	0,22	6,22	0,75
3. Amazonas.....	1 583 281	18,60	44,23	514 099	0,99	27,87	0,32
Região a ser demarcada AM/PA..	3 192	0,04	0,09	—	—	—	—
4. Rio Branco.....	230 660	2,71	6,44	18 116	0,04	0,98	0,08
5. Pará.....	1 229 983	14,45	34,36	1 123 273	2,16	60,90	0,91
6. Amapá.....	137 303	1,61	3,83	37 477	0,07	2,03	0,27
Norte.....	3 579 991	42,05	100,00	1 844 655	3,55	100,00	0,52
7. Maranhão.....	332 174	3,90	34,26	1 583 248	3,05	12,67	4,77
8. Piauí.....	251 683	2,96	25,96	1 045 696	2,01	8,37	4,15
Região a ser demarcada PI/CE..	2 460	0,03	0,25	—	—	—	—
9. Ceará.....	147 895	1,74	15,25	2 695 450	5,19	21,57	18,23
10. Rio Grande do Norte.....	53 069	0,62	5,47	967 921	1,86	7,75	18,24
11. Paraíba.....	56 556	0,66	5,83	1 713 259	3,30	13,71	30,29
12. Pernambuco.....	98 079	1,15	10,11	3 395 185	6,54	27,17	34,62
13. Alagoas.....	27 793	0,33	2,87	1 093 137	2,11	8,75	39,33
14. Fernando de Noronha.....	(1) 27	0,00	0,00	581	0,00	0,01	21,52
Nordeste.....	969 736	11,39	100,00	12 494 477	24,06	100,00	12,88
15. Sergipe.....	22 027	0,26	1,75	644 361	1,24	3,41	29,25
16. Bahia.....	563 367	6,62	44,67	4 834 575	9,31	25,59	8,58
17. Minas Gerais.....	581 975	6,84	46,15	7 717 792	14,86	40,85	13,26
Região a ser demarcada MG/ES..	10 137	0,12	0,80	160 072	0,30	0,85	15,79
18. Espírito Santo.....	(2) 39 577	0,46	3,14	861 562	1,66	4,56	21,77
19. Rio de Janeiro.....	42 588	0,50	3,38	2 297 194	4,42	12,16	53,94
20. Distrito Federal.....	1 356	0,01	0,11	2 377 451	4,58	12,58	1753,28
Leste.....	1 261 027	14,81	100,00	18 893 007	36,37	100,00	14,98
21. São Paulo.....	247 222	2,90	29,95	9 134 423	17,59	53,81	36,95
22. Paraná.....	200 857	2,36	24,34	2 115 547	4,07	12,46	10,53
23. Santa Catarina.....	94 798	1,11	11,48	1 560 502	3,00	9,19	16,46
24. Rio Grande do Sul.....	282 480	3,32	34,23	4 164 821	8,02	24,54	14,74
Sul.....	825 357	9,69	100,00	16 975 293	32,68	100,00	20,57
25. Mato Grosso.....	1 254 821	14,74	66,83	522 044	1,00	30,05	0,42
26. Goiás.....	622 912	7,32	33,17	1 214 921	2,34	69,95	1,95
Centro-Oeste.....	1 877 733	22,06	100,00	1 736 965	3,34	100,00	0,93
BRASIL.....	8 513 844	100,00	—	51 944 397	100,00	—	6,10

ÁREAS —

(1) Inclui as áreas dos penedos São Pedro e São Paulo e do atol das Rocas.

(2) Inclui as áreas das ilhas de Trindade e Martin Vaz.

POPULAÇÃO —

Recenseamento Geral do Brasil — 1.º de julho de 1950.